



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 143 - TERÇA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽¹⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(2,3) Maria do Carmo Alves ⁽⁴⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 172ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE SETEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Posse e prestação do compromisso regimental da Senhora Ada Mercedes de Mello Marques Luz, Segunda Suplente do Senador Fernando Collor

1.2.2 – Comunicação

Da Senadora Ada Mello, referente à sua filiação partidária e adoção do nome parlamentar..... 37699

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADORA ADA MELLO – Discurso de posse no cargo de Senadora da República. 37700

SENADOR PAPALÉO PAES – Elogio ao artigo intitulado “Orçamento Público: um farol para o desenvolvimento nacional”, de autoria do Diretor-Geral do Senado, Agaciel Maia, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição do dia 13 do corrente. 37701

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Considerações sobre as eleições municipais de outubro. Defesa da redivisão territorial do Brasil..... 37702

SENADOR JOÃO PEDRO – Cumprimentos ao Jornal do Senado, pela utilização de papel reciclado em sua edição semanal. Festeja a aprovação do Governo Lula, conforme pesquisa do Datafolha, divulgada na última semana. Expectativas da participação do Presidente Lula para a solução da crise na Bolívia..... 37709

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comentário sobre matéria do jornalista Antônio Góis, publicada na **Folha de S.Paulo**, demonstrando que não tem havido melhora na qualidade da educação nos Estados que recebem **royalties** de petróleo. Defesa da aprovação de projeto de lei de sua autoria, que direciona a totalidade dos recursos dos **royalties** do petróleo e o gás obtidos pelos Estados e municípios à educação. 37712

1.2.4 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 952/2008, de 8 do corrente, registrando o recebimento do Ofício nº 1.393/2008, e informando que o referido expediente foi remetido à Unidade Técnica competente daquela Casa..... 37713

Nº 955/2008, de 8 do corrente, registrando o recebimento do Ofício nº 1.394/2008, e informando que o referido expediente foi remetido à Unidade Técnica competente daquela Casa..... 37714

Nº 956/2008, de 8 do corrente, registrando o recebimento do Ofício nº 1.386/2008, e informando que o referido expediente foi remetido à Unidade Técnica competente daquela Casa..... 37714

Nº 958/2008, de 8 do corrente, registrando o recebimento do Ofício nº 1.383/2008, e informando que o referido expediente foi remetido à Unidade Técnica competente daquela Casa..... 37714

1.2.5 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.097/2008, de 9 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003 (nº 2.419/2007, naquela Casa) e seu envio à sanção. 37714

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 50, de 2008 (nº 949/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1635/2008, proferido nos autos do processo nº TC-020.538/2005-3, que trata de Representação convertida em Tomada de Contas Especial para apuração de supostas irregularidades na Casa da Moeda do Brasil, relacionadas ao fornecimento de tintas de segurança destinadas à impressão de cédulas e outros impressos especiais..... 37715

1.2.7 – Pareceres

Nº 995, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2007 (nº 221/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba*. 37715

Nº 996, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2008 (nº 528/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina*

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná. 37718

Nº 997, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2008 (nº 535/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná. 37721

Nº 998, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2008 (nº 554/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cristalina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná. 37725

Nº 999, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2008 (nº 485/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Café Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná. 37729

Nº 1.000, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2008 (nº 486/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra Da Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná. 37732

Nº 1.001, de 2008, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2008 (nº 512/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul. 37735

1.2.8 – Offício do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Nº 147/2008, de 10 do corrente, comunicando a aprovação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 362, de 2007, e 193, 194, 195, 203, 204 e 205, de 2008, em reunião realizada naquela data. 37738

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 362, de 2007, 193, 194, 195, 203, 204 e 205, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. ... 37738

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do

Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional. 37738

Recebimento do Parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003. 37738

Remessa do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008 (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados) à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde terá o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas. 37738

1.2.10 – Mensagens do Presidente da República

Nº 178, de 2008 (nº 675/2008, na origem), de 9 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Ana Cândida Perez, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria. 37740

Nº 179, de 2008 (nº 676/2008, na origem), de 9 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano. 37759

Nº 180, de 2008 (nº 685/208, na origem), de 15 de setembro corrente, informando que se ausentará do País, nesta data, em visita oficial à República do Chile. 37799

1.2.11 – Leitura de requerimentos

Nº 1.130, de 2008, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando voto de congratulações pelos 40 anos da revista **Veja**. 37799

Nº 1.131, de 2008, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando voto de congratulações ao Grupo Severiano Ribeiro. 37801

Nº 1.132, de 2008, de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando voto de aplausos ao Diretor e ator Carlos Manga. 37802

Nº 1.133, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a prorrogação de sua licença autorizada pelo Requerimento nº 1.078, de 2008. 37803

1.2.12 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 49, de 2008-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de Companhias Docas, crédito suplementar no valor total de

R\$ 42.113,381,00 (quarenta e dois milhões, cento e treze mil, trezentos e oitenta e um reais), para os fins que especifica. (Mensagem nº 129, de 2008-CN – nº 677/2008, na origem). Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria..... 37803

1.2.13 – Ofício do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Nº 106/2008, de 9 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, em reunião realizada naquela data, e que será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar... 37814

1.2.14 – Comunicação da Presidência

Informa que poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte..... 37814

1.2.15 – Ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.106/2008, de 12 do corrente, comunicando que foram rejeitadas as Emendas nºs 1 a 3, oferecidas pelo Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2008 (MPV nº 429/2008) e seu envio à sanção..... 37814

Nº 1.107/2008, de 12 do corrente, comunicando que foram aprovadas as Emendas nºs 2 e 3, e rejeitada a Emenda nº 1, oferecidas pelo Senado ao

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2008 (MPV nº 433/2008) e seu envio à sanção. 37814

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.916 a 1.918, 1.931 a 1.933, de 2008. 37815

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 172ª Sessão Não Deliberativa, em 15 de setembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Leomar Quintanilha e João Pedro

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 11 minutos, e encerra-se às 15 horas e 31 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, antes de iniciarmos a nossa sessão formal, quero agradecer a presença dos senhores e das senhoras, referindo-me a Dom Edvaldo Amaral, Arcebispo Emérito da Arquidiocese de Maceió. Temos a honra de tê-lo aqui conosco.

Agradecemos também a presença do Padre João Neto, da Arquidiocese de Maceió, a quem agradecemos a presença; o Exm^o Sr. Desembargador Juarez

Marques Luz; Professor Luitgard, digníssimo reitor da Faculdade de Maceió – Fama e aos demais presentes, que espero sintam-se cumprimentados.

A Casa agradece a presença dos senhores e das senhoras aqui para testemunharem os procedimentos que vamos adotar a partir de agora.

Encontra-se na Casa a Sr^a Ada Mercedes de Mello Marques Luz, segunda suplente convocada em virtude da licença do Senador Euclydes Mello, da representação do Estado de Alagoas.

S. Ex^a encaminhou à Mesa original do Diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o Diploma encaminhado:



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

DIPLOMA

O Presidente Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 1º de outubro de 2006, expede o diploma de Suplente de Senadora por Alagoas a

ADA MERCEDES DE MELLO MARQUES LUZ

pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), conforme Ata Geral das Eleições Gerais de 2006.

Maceió, 26 de agosto de 2008.

Desembargador Estácio Luiz Gama de Lima
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Gim Argello, Leomar Quintanilha e Senador Cristovam Buarque para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

Solicito a todos os presentes que fiquem de pé para ouvirem o juramento da Sr^a Senadora.

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL. Para firmar compromisso regimental de posse. Sem revisão da oradora.)
– Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do meu País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de

Senadora que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sentados.

Declaro empossada no mandato de Senadora da República a nobre Senhora Ada Mercedes de Mello Marques Luz, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa. (Palmas)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gim Argello.

É lida a seguinte:




SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Alagoas, em substituição ao Senador Silvanio Euclides Mello, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB

Nome Parlamentar: Ada Mello


Sala das Sessões, em 15 de 09 de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Comunicação lida será enviada para publicação.

Concedo a palavra à nobre oradora recém-empossada Ada Mello para fazer uso da palavra.

Aproveito a oportunidade para, mais uma vez, agradecer a presença das autoridades civis, militares e eclesiásticas que estão prestigiando a posse da Senadora Ada Mello e dizer que a Casa fica muito honrada com a presença das senhoras e dos senhores. Obrigado.

Com a palavra a Senadora Ada Mello.

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Se me fosse pedido que escrevesse um livro para ser investido da mais alta autoridade, eu preferiria escrevê-lo de modo a que um leitor pudesse encontrar, ressoando em minhas palavras, quaisquer verdades que ele fosse capaz de aprender. Preferiria escrever dessa maneira a impor um único significado verdadeiro tão explicitamente que excluísse todos os demais, ainda que eles não contivessem falsidade alguma que me pudesse desagradar.

À luz das palavras e dos ensinamentos de Santo Agostinho, a quem devoto irrestrita admiração, venho a esta tribuna, pela primeira vez, não para ressoar verdades absolutas, mas tão-somente para tentar aquilatar a relevância deste momento em minha vida pública e pessoal, assim como para permear passagens de um perfil que revelem o meio em que vivo e a fé que professo.

Sou oriunda de uma terra e de um povo que, através dos séculos, travam uma histórica e tenaz luta pela sobrevivência. Uma gente que não se abate pelos percalços e circunstâncias adversas que insistem em perdurar em nosso meio e que nos obrigam a viver momentos paradoxais alternados entre o desânimo e a efervescência, a incerteza e a esperança.

Daí advém, Sr. Presidente, minha origem de militância de toda uma vida dedicada, nos três níveis de governo, à caridade, à assistência social e, principalmente, ao trabalho voltado às obras da Igreja Católica Apostólica Romana. Um foco, portanto, direcionado para a defesa e o apoio aos menos favorecidos.

Na política sou uma estreante, sem qualquer outra experiência de tribuna ou de prática legislativa. Contudo, declaro-me orgulhosa e incentivada com esta

oportunidade ímpar de poder contribuir, ainda que na breve interinidade deste mandato, com o País e com meu Estado de Alagoas.

Mediante um trabalho ordenado e devidamente refletido, pretendo pautar, neste Senado Federal, uma atuação em prol das políticas de assistência social e de preservação ambiental, mas sempre enxergadas pela ótica dos ideais maiores da humanidade: a consolidação da prática democrática; a ação social como instrumento de reparação das injustiças humanas; e a doutrina católica como referência ética e espiritual.

Para tanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo valer-me dos valores cristãos e de uma permanente conduta pelo verdadeiro, pois, como já assinalaram, *“a simplicidade é o selo da verdade”*.

Por outro lado, tenho plena consciência de que nada disso é suficientemente eficaz diante do recrudescimento da violência e da escalada do crime organizado País afora. Mais do que intenções, precisamos de práticas eficientes para enfrentar até mesmo as sombras do chamado “estado policial” que, ultimamente, tenta sobrepor-se ao Estado democrático de direito.

Estou convicta de que alguma contribuição será dada nesta Casa. Com minha dedicação e o apoio que, tenho certeza, posso rogar aos nobres pares e ao meu Partido, o PTB, estarei pronta para mais uma caminhada, seja na apreciação da matéria legislativa e na iniciativa de proposições, seja em manifestações acerca dos temas que considero relevantes ao trabalho parlamentar.

Em memória de meu pai, Manoel, e em homenagem à minha mãe, Helena, aos quais devo o legado moral que carrego, agradeço à minha família, a base de sustentação de toda uma existência de luta social.

Registro, ainda, especial agradecimento pela oportunidade deste mandato ao Presidente Fernando Collor e ao estimado Senador Euclides Mello, aos quais tenho a honra, o orgulho e a responsabilidade de substituir nesta Câmara Alta.

Devo, também, exprimir meu reconhecimento de apoio e amizade aos companheiros da Bancada de Alagoas nesta Casa, Senadores Renan Calheiros e João Tenório, e ao Líder de meu Partido, Senador Epitácio Cafeteira.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, permitam-me, novamente, citar Santo Agostinho para extrair dois de seus adágios que tão bem se aplicam à atuação pública e à atividade colegiada como é a do Parlamento. No primeiro, ele nos ensina: *“Nas coisas*

necessárias, a unidade; nas duvidosas, a liberdade; e em todas, a caridade". E, finalmente, em outra apropriada reflexão, ele lembra que: *"Na essência, somos iguais; nas diferenças, nos respeitamos."*

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada. (Palmas.)

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Permita-me, Sr^a Senadora?

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL) – Pois não, Senador Papaléo.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Aguardei V. Ex^a encerrar seu pronunciamento. Quero, mais uma vez, agora com a possibilidade de fazer um aparte, desejar a V. Ex^a as boas-vindas à Casa e dizer que, ainda há pouco, V. Ex^a dizia que a sua convivência na vida política com mandato é a convivência de uma iniciante. Pode ser de iniciante detentora de mandato, mas V. Ex^a tem a experiência, principalmente na convivência religiosa, por conhecer os principais problemas deste País, que são os mais graves. Por isso, tem também a grande responsabilidade de estar aqui substituindo o nobre Senador e ex-Presidente da República Fernando Collor de Mello e o Senador Euclides, que por aqui já passou. Então, o que nós desejamos é realmente que pessoas como V. Ex^a tragam para esta Casa os bons exemplos como os que V. Ex^a tem. Significa muito a presença dos seus amigos, admiradores e pessoas que confiam em V. Ex^a, porque nós precisamos, nesta Casa, de políticos, de pessoas, enfim, de parlamentares que realmente venham honrar o nome do povo, a vontade do povo e, no caso de V. Ex^a, o Estado de Alagoas. Desejo, mais uma vez, que V. Ex^a seja muito bem-vinda a esta Casa, que é uma Casa que nos ensina muito, uma Casa que nos dá uma grande responsabilidade e uma Casa que precisa ser honrada pela instituição que representa. Então, V. Ex^a se une a todos nós que queremos o bem do Brasil para honrar esta Casa e levar este ingrediente da democracia para a compreensão do povo. Muito obrigado.

A SRA. ADA MELLO (PTB – AL) – Obrigada, Senador Papaléo. (Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Ada Mello, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, que deixa da cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha. PMDB – TO) – A Mesa se associa nos votos de boas-vindas e de sucesso na honrosa missão que V.

Ex^a assume ao defender o Estado de Alagoas nesta Casa.

Há oradores inscritos.

Tenho a honra de passar a palavra ao ilustre Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como prometi a V. Ex^a, serei breve, mas tenho um assunto muito importante para nós e diz respeito a um artigo publicado no dia 13 de setembro, no jornal **Correio Braziliense**.

Quero solicitar a V. Ex^a a inserção, nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal *Correio Braziliense* do último sábado, dia 13, cujo título é "Orçamento Público: farol para o desenvolvimento nacional", de autoria do nosso Diretor-Geral, Agaciel da Silva Maia.

O Dr. Agaciel, homem competente, um dos melhores economistas do País, é também Vice-Reitor da Universidade do Legislativo e Membro de Honra da Academia Norte-Riograndense de Letras.

O Dr. Agaciel da Silva Maia conseguiu, em sessenta linhas, de forma sintética e didática, dissecar a proposta orçamentária do Governo para 2009.

Então, Sr. Presidente, passo a ler o artigo do nosso Diretor-Geral Agaciel da Silva Maia, publicado no sábado, dia 13, no jornal *Correio Braziliense* e quero antecipar o nosso orgulho de termos, na Casa, pessoas competentes, técnicos e assessores que realmente nos deixam felizes e que honram o nome do Senado Federal.

O título da matéria é "Orçamento público: um farol para o desenvolvimento nacional", de autoria do Diretor-Geral da Casa, Agaciel Maia. Diz o artigo:

O Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho, recebeu, do Poder Executivo, no último dia 27 de agosto, o Projeto de Lei Orçamentária da União para 2009, com previsão de receitas e despesas da ordem de R\$1,6 trilhão. As despesas orçamentárias denominadas discricionárias, isto é, aquelas que não têm prévia vinculação constitucional ou legal, representam, aproximadamente, 10% desse total. São, portanto, R\$145,4 bilhões, dos quais quase 53% estão destinados às áreas da saúde, educação e ao Programa Bolsa-Família. Ainda no âmbito dessas despesas discricionárias, serão aplicados aproximadamente R\$21 bilhões no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que também sinalizam para as demais esferas político-administrativas do Estado brasileiro e para o setor privado os investimentos necessários ao crescimento da economia.

As despesas obrigatórias, consideradas aquelas que, compulsoriamente, devem ser efetuadas em função da Constituição ou de leis, somam R\$456 bilhões. Aqui, há que se registrar, são executados programas de grande alcance social, no âmbito da previdência pública e da assistência social. Para ter uma dimensão da participação do Estado nessas políticas, veja-se que a lei orçamentária para 2009 prevê despesas de R\$271,5 bilhões em benefícios previdenciários e assistenciais, além dos abonos, do seguro desemprego e da renda mensal vitalícia para os mais necessitados. A lei orçamentária anual, ao mostrar a política do gasto estatal, indica à sociedade quais segmentos serão contemplados com recursos públicos, servindo de base para as demais decisões de investimentos. Assim, por exemplo, é de grande utilidade para o setor da construção civil saber que estão previstos, para 2009, Sr. Presidente, gastos públicos de R\$3,6 bilhões na área de habitação, superando em mais da metade o previsto para este ano de 2008. Isso resulta numa sinergia de esforços em benefício da renda e do emprego dos brasileiros. Outra fonte valiosa para guiar a economia são os parâmetros macroeconômicos sobre os quais foram elaboradas a previsão das receitas e a fixação das despesas públicas.

Na elaboração do projeto de lei do Orçamento para 2009, admitiu-se que a inflação do próximo ano, medida pelo IPCA, seria de 4,5%. O salário mínimo, outro parâmetro importante para 2009, é estimado em R\$464,72. No campo dos juros, a previsão para 2009 é de uma taxa Selic anual de 13,5%. É importante ressaltar que os parâmetros sugeridos pelo Poder Executivo serão submetidos ao escrutínio do Congresso Nacional e estão sujeitos às adequações à Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir de estudos técnicos das consultorias de orçamento do Senado e da Câmara.

O orçamento de investimentos das entidades estatais federais, como Petrobras, Banco do Brasil e BNDES, é de cerca de R\$80 bilhões. Desse total, 92% estão programados para o setor de energia, onde se destacam os investimentos em petróleo e derivados, no valor de R\$65,5 bilhões. A energia elétrica, por exemplo, tem previsão de receber investimentos de cerca de quase R\$8 bilhões. Tais previ-

sões são úteis para os segmentos que utilizam mais intensamente os insumos energéticos. A lei de orçamento, além das informações quantitativas, mostra, em seus anexos, a relação de obras públicas com indícios de irregularidades graves, conforme indicação do Tribunal de Contas da União. Essa demonstração obedece ao dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias e se configura num importante instrumento de controle visual, visando à correta aplicação dos recursos da sociedade.

O Senado Federal, nesse contexto, coloca à disposição de toda a sociedade o Siga Brasil, sistema de consulta premiado internacionalmente, que permite aos cidadãos verificar a origem e o destino dos recursos públicos. O acesso é simples e pode ser efetuado por meio do endereço que os senhores podem encontrar na página do Senado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Senador Papaléo, permite-me participar do raciocínio de V. Ex^a?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP)

– Com muita honra, Senador Leomar.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Seguramente, como V. Ex^a está fazendo e a grande maioria dos colegas, eu também tenho percorrido os Municípios do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, o Tocantins. Tenho visitado quatro ou cinco Municípios, discutindo com os líderes locais, sobretudo com os Prefeitos, os Vereadores, os candidatos a Prefeito e a Vereador, quando questionam muito a respeito das emendas parlamentares. E hoje vejo como foi correta a inspiração dos legisladores constituintes, que permitiram que, a partir de 2008, os membros desta Casa e da Câmara dos Deputados pudessem interferir no Orçamento, apresentando indicativos de onde deveria ser aplicado parte desses recursos federais. Nada mais sábio, nada mais apropriado, porque é a manifestação popular. Esse é o verdadeiro orçamento participativo, porque é discutido com a população. O Parlamentar apresenta uma emenda demandada pela população, manifestada por meio dos seus prefeitos, dos seus vereadores. Então, traz o desejo da população de uma intervenção, de uma interferência numa obra em determinado Município ou distrito. Imaginem a dificuldade dos técnicos, por mais capazes e competentes que sejam, para elaborar o Orçamento da União, o Orçamento federal a partir de Brasília, para os rincões, para Caseara, para Mateiros, para São Fé-

lix, para Pindorama, para Pedro Afonso, qualquer que seja o Município do meu Estado, qualquer que seja o Município do seu Estado. A visão do técnico aqui não é tão perfeita, tão profunda e não estabelece a verdadeira prioridade, como ocorre com aqueles que estão vivendo o problema lá na ponta, lá no Município, que são os prefeitos e os vereadores. Então, quando V. Ex^a aborda a questão da aplicação dos recursos orçamentários, eu gostaria de emendar no raciocínio a importância da participação da população na realização do Orçamento por meio das emendas parlamentares. Parabéns a V. Ex^a pelo tema que traz à discussão na Casa nesta tarde.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu quero agradecer a V. Ex^a a participação, porque realmente agrega ao nosso raciocínio a questão orçamentária nesse ponto que é muito importante. É exatamente o parlamentar que está representando o seu povo, que está representando o seu Estado que tem obrigação de saber do que é que seu povo está mais necessitado.

Ou seja, o povo classifica as prioridades, e o meio que nós temos de fazer essa interação entre o povo, a Casa e o Orçamento é exatamente o parlamentar. Como V. Ex^a citou aqueles exemplos, com certeza as necessidades do Estado do Amazonas, que o Senador João Pedro aqui representa muito bem, são bastante diferentes da necessidade do Tocantins, da necessidade do Amapá. Cada um tem sua necessidade mais imediata. Então, mais do que justo isso, e quero parabenizar todos aqueles que propiciaram essa condição de nós representantes do povo realmente conseguirmos interferir, no sentido de participar, de uma maneira muito clara, na distribuição orçamentária do País.

Então, agradeço a V. Ex^a, lembrando que, depois de escolhida, deve-se entregar aos técnicos para que façam as adaptações legais no Orçamento. Agradeço a V. Ex^a, principalmente por ter lembrado esse ponto que é muito importante para nós.

Continuo, Sr. Presidente, a ler a nota do Dr. Agaciel:

Com a chegada do Projeto de Lei do Orçamento ao Congresso, inicia-se um novo ciclo de debates que resultam no aperfeiçoamento da proposta oriunda do Poder Executivo. Serão, portanto, elaborados estudos para verificar a consistência dos dados constantes do referido projeto, bem como emendas parlamentares que visam ao atendimento de programas tidos

como essenciais ao atendimento da população e daqueles considerados indispensáveis ao crescimento econômico e ao desenvolvimento. As manifestações dos Senadores e Deputados, no processo orçamentário, representam a própria participação da sociedade na definição de quanto se deve arrecadar e onde deverão ser aplicados os recursos. É no Congresso Nacional que o orçamento ganha legitimidade. Por tudo isso, o orçamento público transforma-se num dos mais importantes instrumentos de política pública do Estado. É uma peça que reúne, ao mesmo tempo, características de naturezas econômico-financeira e sócio-política. Valorizar o orçamento público e o processo orçamentário, em todas as suas fases, é dever de todos os que desejam a racionalidade e a previsibilidade na utilização dos recursos que são da coletividade.”

Sr. Presidente, basicamente quero registrar que esse artigo elaborado pelo Dr. Agaciel, muito respeitado por nós pela sua condição técnica e pela forma como gere a Diretoria desta Casa, é importante porque simplifica e dá uma compreensão do que significa o Orçamento.

Sr. Presidente, eu teria uma outra referência de pronunciamento, mas quero citar o meu interesse de deixar registrada nesta Casa mais uma ação do Governo do Estado do Amapá que visa à melhoria da qualidade de vida da população, e, no caso, este aqui atinge diretamente a economia do povo, ou seja, dá condições para emprego e renda da população.

Então, quero deixar registrado que, o Governo do Estado do Amapá, cujo Governador é o Sr. Valdez Goés, tem levado a cabo uma política das mais louváveis ao incentivar os setores de pesca e aquicultura como forma de melhorar a renda de populações de áreas de preservação ambiental.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Portanto, neste meu pronunciamento, faço diversas referências importantes, mas, como estou com meu tempo se esgotando, peço a V. Ex^a que considere como lido este meu discurso.

Também aproveito a oportunidade para lembrar que apresentei um projeto de lei para a construção da escola naval no Município de Santana. Esse projeto de lei está em andamento e logicamente, em todas as comissões em que ele passou, foi aprovado.

Quero parabenizar o Governador do Estado do Amapá por essa outra ação importante para a sociedade e dizer que o Amapá está conseguindo evoluir econômica e socialmente graças à ação de políticos sérios, comprometidos com o povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAPALÉO PAES.**

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desenvolvimento econômico sustentável é o grande objetivo para o Século XXI. São iniciativas que visam ao mesmo tempo preservar a natureza e assegurar renda, afinal de contas de nada adianta um meio ambiente preservado, mas com homens famintos e, da mesma forma, de nada adianta haver pessoas ricas, se a saúde está condenada pela poluição e pela destruição de nosso planeta.

É importante sempre ressaltar iniciativas que busquem o desenvolvimento sustentável. Ao contrário dos grandes projetos, que sempre merecem a atenção da imprensa, os pequenos projetos recebem pouco destaque, a despeito de sua relevância.

Sabemos todos que nossos pronunciamentos alcançam um número cada vez maior de brasileiros. A TV Senado tem paulatinamente ampliado o seu sinal de transmissão para os mais diversos rincões do País. É surpreendente a quantidade de brasileiros que nos assistem e que sabem sobre as decisões tomadas nesta Casa.

De tal modo, parece-me uma obrigação de todos nós darmos divulgação a medidas para o desenvolvimento sustentável que são bem sucedidas.

No Estado do Amapá, o Governo do Estado tem levado a cabo uma política das mais louváveis, ao incentivar os setores de pesca e de aquicultura como forma de melhorar a renda de populações de áreas de preservação ambiental.

A Agência de Pescado do Amapá – PESCAP – colocou em ação os projetos que serão destinados ao desenvolvimento da pesca ao longo de 2008. Esses projetos representam mais de um milhão de reais e são provenientes de três convênios firmados, em 31 de dezembro de 2007, entre o Estado do Amapá e a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEA), ligada à Presidência da República, e a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social.

Um primeiro projeto é destinado a capacitar profissionalmente pescadores artesanais por meio de cursos básicos nas áreas de extensão pesqueira e aquícola, com a concentração na pesca, navegação, aquicultura, cultura e área social.

Um segundo projeto busca recuperar e manter as unidades industriais de apoio à Pesca do Governo amapaense, incluindo sistema de refrigeração, tão necessário para aumentar a escala da produção pesqueira. O fim desse convênio é revitalizar a Unidade de Beneficiamento de Pescado, em Macapá. Assim, melhora-se o funcionamento da estrutura de beneficiamento e conservação do pescado, diminuindo possíveis perdas com mercadoria estragada e garantindo renda para os profissionais da pesca.

Um terceiro convênio é destinado ao apoio à implantação de unidades produtivas de aquicultura para a prática de piscicultura. Serão áreas de 2,4 hectares de espelho d'água para a atividade pesqueira nos municípios de Ferreira Gomes, Porto Grande, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Santana.

Esse terceiro convênio contempla a implantação de viveiros, aquisição de equipamentos de produção, insumos, cursos de capacitação tecnológica, assistência técnica e compra de alevinos.

Estima-se que esses projetos virão a atender 27 mil pessoas direta ou indiretamente.

O Diretor da Pescap, José Santos de Oliveira, afirma que “o objetivo do Estado é contribuir de forma social através da difusão tecnológica, alternativa alimentar e fonte de renda”.

Enfim, quero cumprimentar entusiasticamente a iniciativa do Governo do Estado do Amapá. É exemplo de seriedade, de trabalho árduo e, sobretudo, constitui um modo de assegurar dignidade para milhares de pessoas.

Um velho ditado – tão velho que o autor não é mais lembrado -, assevera que não basta dar o peixe, mas dar a vara e ensinar como se pesca. Aproveitando o motivo desse nosso discurso, posso afirmar que o governo amapaense tem ensinado a pescar – e não se limita simplesmente a entregar o peixe, como fazem tantos demagogos em nosso País.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Publicado no Correio Braziliense do dia 13/9/2008

Orçamento Público: um farol para o desenvolvimento nacional

Agaciel Maia ()*

O Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho, recebeu, do Poder Executivo, no último dia 27 de agosto, o Projeto de Lei Orçamentária da União para 2009, com previsão de receitas e despesas da ordem de R\$ 1,6 trilhões. As despesas orçamentárias denominadas discricionárias, isto é, aquelas que não têm uma prévia vinculação constitucional ou legal representam, aproximadamente, 10% desse total. São, portanto, R\$ 145,4 bilhões, dos quais quase 53% estão destinados às áreas da saúde, educação e ao Programa Bolsa-Família. Ainda no âmbito dessas despesas discricionárias, serão aplicados aproximadamente R\$ 21 bilhões no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que também sinalizam para as demais esferas político-administrativas do estado brasileiro e para o setor privado os investimentos necessários ao crescimento da economia.

As despesas obrigatórias, consideradas aquelas que, compulsoriamente, devem ser efetuadas em função da Constituição ou de leis, somam R\$ 456 bilhões. Aqui, há que se registrar, são executados programas de grande alcance social, no âmbito da previdência pública e da assistência social. Para se ter uma dimensão da participação do Estado nessas políticas, veja-se que a lei orçamentária para 2009 prevê despesas de R\$ 271,5 bilhões em benefícios previdenciários e assistenciais, além dos abonos, do seguro desemprego e da renda mensal vitalícia para os mais necessitados.

A lei orçamentária anual, ao mostrar a política do gasto estatal indica à sociedade quais segmentos serão contemplados com recursos públicos, servindo de base para as demais decisões de investimentos. Assim, por exemplo, é de grande utilidade para o setor de construção civil saber que estão previstos, para 2009, gastos públicos de R\$ 3,6 bilhões na área de habitação, superando em mais da metade o previsto para este ano de 2008. Isso resulta numa sinergia de esforços, em benefício da renda e do emprego dos brasileiros.

Outra fonte valiosa para guiar a economia são os parâmetros macroeconômicos, sobre os quais foram elaboradas a previsão da receita e a fixação da despesa pública. Na elaboração do projeto de lei do orçamento para 2009, admitiu-se que a inflação do próximo ano, medida pelo IPCA seria de 4,5%. O salário mínimo, outro parâmetro importante para 2009, é estimado em R\$ 464,72. No campo dos juros, a previsão para 2009 é de uma taxa SELIC anual de 13,5%. É importante ressaltar que os parâmetros sugeridos pelo Poder Executivo serão submetidos ao escrutínio do Congresso Nacional e estão sujeitos às adequações à Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir de estudos técnicos das consultorias de orçamento do Senado e da Câmara.

O orçamento de investimentos das entidades estatais federais, como Petrobrás, Banco do Brasil e BNDES, é de cerca de R\$ 80 bilhões. Desse total, 92% estão programados para o setor de energia, onde se destacam os investimentos em petróleo e derivados, no valor de R\$ 65,5 bilhões. A energia elétrica, por exemplo, tem previsão de receber investimentos de cerca de quase R\$ 8 bilhões. Tais previsões são úteis para os segmentos que utilizam mais intensamente os insumos energéticos.

A lei de orçamento, além das informações quantitativas, mostra, em seus anexos, a relação de obras públicas com indícios de irregularidades graves, conforme indicação do Tribunal de Contas da União. Essa demonstração obedece a dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias e se configura num importante instrumento de controle social, visando à correta aplicação dos recursos da sociedade. O Senado Federal, nesse contexto, coloca à disposição de toda a sociedade o SIGA BRASIL, sistema de consulta, premiado internacionalmente, que permite aos cidadãos verificar a origem e o destino dos recursos públicos. O acesso é simples e pode ser efetuado por meio do endereço

http://www.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil.

Com a chegada do projeto de lei do orçamento ao Congresso, inicia-se um novo ciclo de debates, que resultam no aperfeiçoamento da proposta oriunda do Poder Executivo. Serão, portanto, elaborados estudos para verificar a consistência dos dados constantes do referido projeto, bem como emendas parlamentares que visam ao atendimento de programas tidos por essenciais ao atendimento da população e daqueles considerados indispensáveis ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

As manifestações dos Senadores e Deputados, no processo orçamentário, representam a própria participação da sociedade na definição de quanto se deve arrecadar e onde deverão ser aplicados os recursos. É no Congresso Nacional que o orçamento ganha legitimidade.

Por tudo isso, o orçamento público transforma-se num dos mais importantes instrumentos de política pública do Estado. É uma peça que reúne, ao mesmo tempo, características de naturezas econômico-financeira e sócio-política. Valorizar o orçamento público e o processo orçamentário, em todas as suas fases, é dever de todos os que desejam a racionalidade e a previsibilidade na utilização dos recursos que são da coletividade.

() Economista e Diretor-Geral do Senado Federal.*

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Leomar Quintanilha, que deixa da cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a fez na realidade duas proposições, e as duas, na forma regimental, serão acatadas: a matéria do Diretor do Senado, Agacieli, e o discurso acerca da realidade das políticas públicas do Governador Valdez, do Estado de V. Ex^a.

Na forma regimental, serão acatadas as duas proposições de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, representante do Estado do Tocantins.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador João Pedro, do nosso querido Estado do Amazonas e que preside os trabalhos nesta tarde, gostaria de fazer um breve registro do que tenho vivido e que seguramente repete o que V. Ex^a no seu Estado e o Senador Papaléo no Estado que representa também vivem, agora que vim do Tocantins, num movimento que envolve todo o povo brasileiro: é o momento da discussão das eleições municipais, momento em que as populações dos diversos Municípios se mobilizam e se manifestam porque vêm às praças e às ruas ouvir as propostas dos candida-

tos a Prefeito e a Vereador exatamente para discutir o futuro do seu Município, os destinos de suas famílias, enfim, discutir o que será de cada um dos Municípios com uma nova gestão.

Há casos em que Prefeitos são candidatos à reeleição e há casos, em outros Municípios, onde a disputa é de igual para igual, quando nenhum tem mandato, e buscam a representação municipal.

Ledo engano pensarmos que teríamos tirado a graça do processo eleitoral quando, por legislação votada no Congresso Nacional, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, proibiu-se a distribuição de brindes – da camiseta, do boné –, proibiu-se a contratação de *shows*. Imaginávamos que, com isso, estaríamos tirando a graça da mobilização política, da mobilização das pessoas, com vistas à eleição de seus candidatos. Ledo engano.

O que temos visto nos Municípios é a população mais amadurecida, revelando uma consciência muito grande da importância que cada um representa nesse processo, revelando que não quer deixar para outro decidir por si, que quer participar das discussões, quer participar dos debates, quer ouvir as propostas dos seus candidatos, vai analisar essas propostas, vai analisar o perfil de cada candidato e, seguramente, haverá de fazer uma opção que, no seu entendimento, seja melhor para a escolha de Prefeito e de Vereadores do seu Município.

Olha que coisa bonita, que festa democrática bonita estamos experimentando em todos os Municípios brasileiros! As populações estão acorrendo às ruas e encontram os candidatos e os políticos para ouvir suas propostas, para ouvir seus discursos, para ouvir suas manifestações.

E antes confessamos que tínhamos dúvida se as pessoas se reuniam ali para ouvir os artistas de renome nacional, que trazíamos para ali darem um *show* e alegrar a vida das pessoas, ou se viriam ali para ouvir as propostas dos seus candidatos. Que bom que hoje estamos tendo a convicção e a certeza de que as pessoas saem às ruas, saem às praças, participam das reuniões, vêm aos comícios, ouvem as propostas, apresentam sugestões, fazem as suas críticas e estão participando ativamente desse momento cívico importantíssimo que os nossos Municípios vivem.

Nós que lutamos tanto para que houvessem as eleições Diretas Já, estamos convencidos de que a população hoje pode exercitar, na plenitude, a cidadania, porque sabe que, se escolher errado o seu representante, serão quatro anos de sofrimento, de lamentações. E, se escolher certo, com um Orçamento participativo, estará o cidadão dando a sua opinião, a sua sugestão e participando do desenvolvimento do seu Município.

Eu devo dizer, querido Senador Papaléo, meu querido Senador João Pedro, que, no Tocantins, nós vivemos uma experiência inusitada, uma experiência nova no Brasil, razão pela qual sou um defensor incontestado da redivisão territorial deste País. O Estado do Tocantins é originário do Estado de Goiás, que tinha uma extensão territorial muito grande. E o norte de Goiás sentia a ausência do poder, sentia a ausência do Governo. Pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela dificuldade de locomoção, faltava apoio do Governo à população da região norte do Estado, que vivia ao abandono, relegada à própria sorte, vivendo à mercê da vontade de Deus. Com a criação do Estado do Tocantins, com a redivisão territorial, foi muito bom para Goiás, que pôde reorganizar sua estrutura, cresceu rapidamente e é hoje uma das mais importantes economias do País, dando uma resposta a sua população, um apoio melhor ao cidadão goiano.

O mesmo ocorreu com o Tocantins. A mudança para a população foi da água para o vinho. Melhorou o apoio e a condição social das pessoas. A diferença em relação à forma como vivíamos naquela região antes da criação do Estado é algo fenomenal.

Hoje, para alegria nossa, a população participa das reuniões conosco, que não somos candidatos, mas somos agentes públicos e temos a responsabilidade de um cargo de investidura popular, escolhidos que fomos

pelo povo, nesse processo de discussão das propostas novas de governo que projetem os Municípios; que promovam socialmente as pessoas; que dêem oportunidades aos jovens; que permitam a geração de emprego, do aproveitamento do potencial econômico, a geração de riquezas de cada um dos Municípios. É uma festa efetivamente gratificante para todos nós que estamos participando do processo eleitoral de 2008.

Confesso que estou feliz com isso. Estou encontrando muitos colegas, companheiros, nessa peregrinação, visitando Municípios, encontrando as pessoas, ouvindo o seu sentimento, a sua crítica, a sua sugestão, a sua idéia, respeitando a sua opção ideológica, a sua opção política. Mas o fato é que a democracia se consolida definitivamente no Brasil com essa participação mais estreita e mais efetiva da população brasileira no processo de escolha de seus representantes, no processo eleitoral.

Ontem tive a felicidade de percorrer cinco Municípios – Almas, Porto Alegre, Taipas, Novo Jardim – e, em todos eles, a manifestação era a mesma: uns a favor, outros contra; uns defendendo determinadas teses, outros contra, manifestando as razões por que estavam acompanhando determinada candidatura, dizendo o que efetivamente queriam. Então, compreendo que esse processo democrático existente no Brasil, que está servindo de exemplo para muitos países do mundo, é efetivamente algo importante nessa construção para a qual todo cidadão brasileiro tem contribuído, juntamente conosco. Somos agentes públicos que temos contribuído para dar, para oferecer ao nosso País essa manifestação popular, efetiva e intensa na escolha das idéias, dos projetos e, sobretudo, na escolha de quem vai conduzir esses projetos.

Ouçó, com muito prazer, o Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a faz uma reflexão acerca do processo eleitoral, do processo nacional, e elogia procedimentos. Penso que estamos no caminho do aperfeiçoamento. Concorro com o que V. Ex^a está dizendo acerca das manifestações, dos comícios, das reuniões, sem o artifício do poder econômico e de showmícios. Enfim, o rigor com a prestação de contas do candidato está mais presente, mais transparente. Pode-se acompanhar os gastos das eleições. Penso que isso merece ser elogiado. Vivemos esse momento e tiramos lições para chegarmos à reforma política. Essa é uma eleição diferente da eleição de 2006, diferente da eleição de 2004 para prefeitos e vereadores. Está correto esse avanço. Parece-me que, se a Casa e a sociedade civil não aprofundarem o entendimento político de que a sociedade brasileira, o Estado brasileiro carece de uma

discussão profunda sobre a reforma política, vamos fazer eleições e para todas haverá uma regra. Então, estou satisfeito principalmente porque o showmício foi retirado. Isso fica muito bonito, mas artificializa o mérito, a importância da escolha. Agora não, o procedimento impõe que o candidato faça a discussão com a sociedade e que a sociedade discuta, exigindo propostas, discutindo a sua cidade, a sua localidade, o seu bairro, a praça, a creche, os espaços para o teatro, o esporte. E está correto; deve ser assim. Agora, a experiência desta eleição tem que nos levar à reforma política. Aí sim, acho que nós vamos, com a participação da sociedade, concluir e chegar a uma regra que possa garantir, de forma democrática, as representações da cidadania aos nossos Municípios. Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento que V. Ex^a faz.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a o enriquecimento às modestas colocações que faço nesta tarde, nesta Casa, a respeito do processo político.

Efetivamente, penso que temos muito o que avançar em termos de aprimoramento, e creio que as lições virão exatamente das bases, das manifestações populares.

A população está realmente debatendo, discutindo e tendo a oportunidade, sem o artificialismo, de conhecer a proposta e o proponente, o que facilita a escolha.

Eu gostaria só de fazer um último comentário. Cada eleição é diferente, e eu já disputei várias. Nunca houve uma igual a outra. Cada eleição tem a sua peculiaridade, a sua diferença. Ao visitar os Municípios, estive em Aparecida do Rio Negro, um Município muito interessante. É pequeno, mas sua população faz questão de se expor no processo e na discussão. Tanto é que duas candidaturas polarizadas definiram cores para as suas candidaturas: uma carrega a bandeira vermelha; outra carrega a bandeira amarela. Quem chega a Aparecida do Rio Negro hoje se surpreende. Ela fica em um vale, e quem chega pelo alto enxerga a cidade palmilhada de bandeiras vermelhas e amarelas. Na cumeeira da casa, em cima de uma árvore, enfim, eles buscam os pontos mais altos, para destacar a posição daquela casa, daquela família, a posição adotada no processo político. É algo assim inusitado, que eu ainda não tinha visto, mas muito interessante essa definição, essa participação da população.

Era esse o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente, dizendo do meu entusiasmo de estar participando desse processo das eleições municipais.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. João Pedro, que deixa da cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Pedro, que, como orador inscrito, dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, no início deste pronunciamento, parabenizar – não é a primeira edição, nem a segunda, de responsabilidade da Mesa do Senado Federal – o *Jornal do Senado*, bem como a Mesa, pela decisão. E ainda hoje eu recebi um cartão do nosso 1º Secretário, Efraim Moraes, acerca do trabalho inovador do Senado com o papel reciclado. Por isso eu parabenizo a Mesa e a equipe de divulgação do Senado, na pessoa do Diretor, Davi Emerich; do Editor-Chefe, Flávio Faria, e de toda a sua equipe de reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Michel Lopes, Paula Pimenta, Sílvio Guedes, enfim, toda a equipe que faz um jornal muito bonito. O *Jornal do Senado* é um jornal bonito, e ficou mais bonito, eu quero dizer, com o papel reciclado. Os meus parabéns por essa iniciativa.

Não vejo a hora de todos os jornais, inclusive o *Diário*, serem feitos com papel reciclado. Toda vez que vejo um jornal com papel reciclado, aumenta a minha convicção de nós tratarmos melhor o Planeta Terra. São menos árvores derrubadas quando se tem um jornal impresso, enfim, todo um trabalho gráfico com papel reciclado. Então eu parabenizo a decisão da Mesa e da equipe que faz o jornal por utilizar papel reciclado. Parabéns ao Senado.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para dizer que esse é um jornal zeloso, democrático, bonito. Na minha opinião, a cada edição, traz matérias oportunas e bem elaboradas, matérias que compõem o debate da conjuntura em âmbito nacional e internacional. Parabéns à equipe que faz o *Jornal do Senado*.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de fazer uma reflexão nesta tarde acerca da última pesquisa DataFolha que avaliou o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E faço com alegria este registro por conta de todo o contexto que envolve o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que surgiu do meio operário, que surgiu das camadas populares deste Brasil, particularmente do movimento sindical do ABC paulista, de São Bernardo do Campo.

É um homem que surgiu do movimento sindical e, naquele contexto de luta contra a ditadura militar, de luta pela redemocratização do País, esse líder operário vira um líder nacional. Imediatamente, ao lado de outros companheiros, funda a Central Única dos Trabalhadores – CUT e o Partido dos Trabalhadores,

em 1980. O PT surgiu antes da CUT. Ele larga o movimento sindical e faz política em âmbito nacional; trava o debate e ajuda, ao lado de tantos brasileiros, o processo de redemocratização do País. O Brasil avança nesse sentido.

Lula perde a sua primeira eleição em 1989, perde a sua segunda eleição em 1994 e perde a sua terceira eleição. Parecia que estava fadado a largar tudo, mas eis que Lula participa de mais uma eleição e ganha, quando disputa a sua quarta eleição.

É bom lembrar que o Presidente Lula tem méritos, mas há um mérito importante nessa discussão que é o da própria sociedade brasileira em compreender as suas propostas, o projeto que defendia e que defende.

Lula, então, começa o seu mandato depois de oito anos de Fernando Henrique Cardoso. Foi um começo com algumas incertezas por conta da disparidade do dólar, da inflação, da situação nova que estava criada. Setores da mídia falavam de incertezas, mas, aos poucos, isso foi se consolidando.

O então Ministro Antonio Palocci tomou decisões duras do ponto de vista de colocar regras para a macroeconomia nacional, e o Governo foi caminhando, o Governo foi se espalhando pelo Brasil, com as políticas públicas (quero dizer isso porque não ficou só na macroeconomia), o microcrédito, as políticas de reforma agrária, as políticas de recuperação, inclusive para a nossa indústria naval. Enfim, foram feitas muitas políticas. O Presidente dialogou com Governadores, com Prefeitos, com as classes políticas... Enfim, o mérito de uma avaliação histórica não se deve apenas ao Presidente Lula. É evidente que ele é o condutor, mas ele é o Presidente. O presidencialismo no Brasil tem toda uma construção, uma lógica, mas é importante ressaltar outro mérito do Presidente Lula: a escolha da sua equipe, dos seus ministros. Tanto no primeiro como no segundo Governo, o Presidente Lula conseguiu montar equipes ministeriais com muita competência.

Então, Presidente Papaléo, quando vejo o Presidente Lula sendo avaliado acima de 60%, com 64%, evidentemente, sinto muita alegria, e, ao mesmo tempo, essa alegria me leva a um passado recente ao enxergar todo um processo, toda uma caminhada desse homem de origem simples que surgiu nos movimentos populares e chegou à Presidência da República; é reeleito Presidente da República e, no meio do seu segundo mandato, ainda por ser concluído o segundo ano, em 2008, ele é avaliado de forma histórica, não só no Norte ou no Nordeste do Brasil, mas avaliado muito bem, acima de 50%, com 55% de aprovação do seu Governo nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o

que mostra que suas políticas públicas, sua equipe e suas decisões estão no caminho correto.

Evidentemente, não me engano. No meu íntimo, eu gostaria de mais e mais. No entanto, penso que o Presidente Lula acaba tendo razão na condução. Quantos debates já fizemos internamente em nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, para acelerar e radicalizar! E o Presidente Lula, que conduz, acaba dizendo: Vamos caminhar. O importante é caminhar para frente.

A grande obra que desejo destacar no nosso Governo é esta que praticamente ninguém vê: a saída de 20 milhões de brasileiros da faixa de pobreza para a condição cidadã de poder comprar o seu alimento. É claro que o Brasil está longe de ser justo com a sua imensa população. Injustiças foram acumuladas ao longo desses séculos, mas é muito importante essa avaliação do Presidente Lula, porque sei que o seu Governo, que o nosso Governo está corrigindo injustiças seculares, principalmente com parcelas da população que foram excluídas do acesso às universidades, à escola pública e excluídas do processo produtivo. E o Governo vem fazendo um esforço grande para corrigir a injustiça social, a injustiça econômica para uma grande parte de brasileiros e brasileiras.

Então, Sr. Presidente, quero dizer da minha alegria de ver o nosso Presidente ser bem avaliado, ser aprovado, ser reconhecido por todas as Regiões do País. Agora, o crédito está no acerto de suas políticas e gestos importantes internacionalmente.

Agora mesmo, nesse episódio lamentável – e espero que haja uma saída democrática e respeitosa ao mandato do Presidente Evo Morales –, o Presidente Lula tem uma postura de Chefe de Estado, sabendo da responsabilidade de o Brasil respeitar a autodeterminação do povo boliviano, sabendo do papel que o Brasil exerce e da sua relação, principalmente com o fornecimento de gás, de dependência criada ao longo desses anos, dos últimos anos. O Presidente Lula tem uma postura de Chefe de Estado que quero elogiar, esperando que haja um entendimento entre as forças políticas da Bolívia. E espero que, por mais duro que seja o debate entre as forças políticas internas da Bolívia, haja o respeito absoluto ao mandato do Presidente Evo Morales, que saiu do voto da maioria do povo boliviano.

Essa postura do Presidente faz com que ele tenha uma boa avaliação, e aí não só com o Presidente Evo Morales, não só com o Estado boliviano, mas com toda a América Latina, inclusive com os nossos irmãos africanos. E aí, a partir de seus gestos e de suas políticas, ele conseguiu essa avaliação muito importante, principalmente para um Presidente que saiu dos mo-

vimentos populares, porque para o Estado brasileiro é uma experiência nova. Isto tudo é muito novo: um líder sindical, um partido de esquerda, um partido popular ter um Presidente tão bem avaliado como foi o Presidente Lula na última pesquisa do DataFolha sobre o Governo; o Presidente Lula e suas ações.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam, que foi o nosso primeiro Ministro da Educação nessa experiência nova com Lula Presidente.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador João Pedro, quero dizer que fico satisfeito com a sua fala, não apenas pelo lado da avaliação do Presidente Lula, mas, sobretudo, por trazer aqui o assunto da Bolívia e o papel que o Presidente Lula pode desempenhar nisso. Não tenho a menor dúvida de que o prestígio que o Presidente Lula goza no Brasil, essa capacidade quase infinita que tem de aglutinar politicamente as diversas forças também se reflete no exterior. E hoje, de todos os líderes que temos, talvez até no mundo, no caso da Bolívia é o Presidente Lula que tem mais condições, desde que, obviamente, o Presidente Evo Morales peça que ele faça esse trabalho. Senão, acho que, por respeito à soberania, não devemos nos intrometer. Mas ele pode fazer, sim. E é o único que acho que seria respeitado suficientemente para chegar a um acordo, acordo que, a meu ver, não pode tolerar, em nenhuma hipótese, a secessão, a divisão da Bolívia. Eu acho que aí o nosso Presidente não pode nem chegar perto. Mas talvez, de repente, pode ser que aquilo que o Presidente Evo Morales quer fazer, ou seja, usar parte dos recursos gerados pelo petróleo para todo o país, o que acho certíssimo... E é um equívoco o Brasil ter amarrado os **royalties** aos Estados. Esses **royalties** têm que pertencer à Nação inteira. E, no dia que o Presidente quiser fazer isso com os **royalties** atuais, teria problema também – não a tal ponto. Mas acho que ele pode dizer ao Presidente Evo Morales que está tudo certo, mas que não precisa ser de repente, que ele pode fazer esse processo ao longo de alguns anos, para que haja uma transição, para que as províncias, inclusive, adaptem seus orçamentos. Então, acho que o Presidente Lula pode fazê-lo. Agora, nós é que podemos, Senador João Pedro, se apressarmos a votação dessa proposta que fiz de uma reforma na Constituição no sentido de que não permita o Governo brasileiro reconhecer qualquer país que surja de uma secessão, na América Latina. Não vamos nos meter nos outros países do mundo, porque há países em que a fronteira é uma imposição, e não algo natural. Esse projeto já está aqui há quase um ano e está devagar demais. Temo que outros países saiam na frente, porque hoje consegui, graças ao Senador Sérgio Zambiasi, que essa idéia seja discutida no Mercosul.

Não sei se foi aprovada no Parlamento do Mercosul. E consegui, por meio de contatos com o Senado chileno, que a idéia seja levada à Presidente Bachelet para ela apresentar na reunião da União dos Países da América do Sul. Se todos os países da América do Sul dissessem “não reconheceremos um país que surja da divisão da Bolívia”, tenho certeza de que isso dificultaria aquilo que estão chamando de “República Camba” – “camba” é a maneira até carinhosa que se diz dessas províncias, como a gente chama de capixaba aos do Espírito Santo. Então, nesse processo, se dissessemos que não poderá ser reconhecido, a “República Camba” teria mais dificuldade...

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Só para concluir – isso diminuiria esse processo. Portanto, acho que o Presidente Lula pode, como V. Ex^a sugere, mas nós também podemos, se aqui nesta Casa apressarmos a aprovação dessa reforma à Constituição que venho propondo. O Brasil não pode reconhecer, a não ser com três quartos ou três quintos desta Casa, ou o que seja necessário para reformar a Constituição, não pode reconhecer um país novo que surja da divisão de um dos países que hoje existem entre os nossos irmãos da América Latina.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Cristovam, acolho o aparte de V. Ex^a. Quero dizer da minha concordância com a proposição de V. Ex^a. É muito importante.

Meu Deus, será que vamos voltar para a década de 70 ou para a década de 80, para o período dos golpes? Espero sinceramente que, principalmente, o empresariado da Bolívia compreenda esse processo novo para a América Latina, novo para a Bolívia, porque a Bolívia é um país essencialmente indígena e uma liderança indígena torna-se, pelo processo democrático, Presidente daquele país.

Evidentemente que estou analisando de longe essa rebelião de governadores contra um presidente, mas por que não aceitam a distribuição da riqueza da Bolívia com a parte pobre do país? Por que discordam peremptoriamente que o Presidente Evo Morales distribua e construa políticas públicas com o setor mais empobrecido, desempregado da Bolívia!? A Bolívia já é, por si só, por conta desses últimos anos e décadas, um país esgarçado socialmente.

E na hora em que há um processo e o Presidente tenta conduzir o projeto político, há uma rebelião dessa forma.

Sinceramente, espero que as forças da Bolívia encontrem o caminho de um entendimento que possa privilegiar o respeito ao seu povo, ao povo boliviano.

E a minha expectativa é de que o Brasil, na pessoa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, possa construir um ambiente, um entendimento, não só para a Bolívia, mas entre os Presidentes que estão de certa forma envolvidos com esse debate e concordam com a proposta de V. Ex^a.

Sei que não podemos reconhecer processos antidemocráticos. É preciso que haja respeito às eleições que aconteceram na Bolívia. Recentemente, há um mês, quarenta dias, houve um referendo que impõe a todas as lideranças políticas lições. O povo participou do referendo, que foi reconhecido internacionalmente. Inclusive, tive a oportunidade de representar esta Casa, ao lado de outros Parlamentares, e assistir ao referendo. Passei aquele domingo na Bolívia e vi que não houve nenhuma regra quebrada, nenhum processo que pudesse comprometer o referendo.

Ou seja, como um cidadão brasileiro, um Senador da República, espero que a Bolívia encontre o caminho da paz e do respeito às regras democráticas e, fundamentalmente, respeito ao mandato do Presidente Evo Morales.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaleo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador João Pedro.

Quero registrar que, ontem, o Senador João Pedro comemorou mais um ano de vida. Como ontem foi domingo, não pudemos registrar o fato na Casa no dia certo.

Desejamos muitas felicidades a V. Ex^a, Senador João Pedro, e que continue honrando seu mandato nesta Casa, em nome do Estado do Amazonas. Também fizeram aniversário o Senador Flexa Ribeiro, no dia 12; o Senador Neuto de Conto, no dia 9; e o Senador Jayme Campos, no dia 13. Amanhã, o Senador Renan Calheiros completará mais um ano de vida, e o Senador Lobão fará aniversário no dia 17.

Assim, acho que V. Ex^{as} poderiam preparar, juntos, uma grande festa de comemoração do aniversário de V. Ex^{as}.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

Como orador inscrito, V. Ex^a terá 20 minutos para seu pronunciamento, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, não vou precisar desse tempo todo, até por ter outras atividades. Mas eu não poderia perder a ocasião de fazer o registro de uma matéria que está na primeira página da **Folha de S.Paulo** de hoje.

Trata-se de uma matéria, assinada pelo jornalista Antônio Gois, mostrando que os gastos feitos

com educação nos Estados que recebem *royalties* de petróleo não têm permitido melhorar a qualidade da educação nesses Estados e Municípios no nível que seria esperado. E é fácil explicar por que Municípios ricos, graças aos *royalties* de petróleo, não apresentam um reflexo na educação: porque os recursos são gastos em outras coisas.

A lei que regulamentou o *royalty* do petróleo e o *royalty* do gás não vincula em que o Estado e o Município devem aplicar o dinheiro. É claro que, dos 10% dos *royalties*, 5% vão para a Marinha e para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Mas os 5% que ficam com os Estados e com os Municípios são usados pelo livre arbítrio dos Governos. O que acontece? O petróleo está acabando e não tem havido o uso do dinheiro para fazer com que esses Estados e Municípios ricos em petróleo sejam ricos no futuro graças a uma mudança na educação do seu povo.

Por isso, Sr. Presidente, há alguns meses, apresentei aqui um projeto de lei que propõe que nada seja retirado desses Estados e Municípios. O dinheiro fica lá, os 5% ficam lá, mas esses Estados e Municípios têm, obrigatoriamente, que gastar esse dinheiro todo em educação.

Esse projeto já foi debatido na Comissão de Educação e já estava para ser aprovado quando um Senador, representante do Rio de Janeiro, pediu vista com o argumento de que esse dinheiro hoje é usado para pagar a aposentadoria dos trabalhadores no setor público do Estado do Rio de Janeiro.

Ora, é claro que ninguém pode sacrificar aposentados, mas é claro que temos de buscar outras fontes para financiar as aposentadorias. A primeira fonte é a própria contribuição que cada aposentado faz. Se está havendo necessidade de utilizar dinheiro de fora das contas da Previdência, é porque usaram mal o dinheiro da Previdência. A segunda fonte, se não for do próprio fundo da Previdência, é o Orçamento, mas não um recurso que vai se esgotar. Se, hoje, esses recursos são usados para pagar aos aposentados, como pagarão aos aposentados daqui a dez, quinze, vinte anos, quando não houver mais petróleo nesses Estados e Municípios? Ou seja, pagamos aos aposentados de hoje e não ligamos para os aposentados do futuro? Não pode ser.

Qual é a única maneira de garantir que os aposentados de hoje, de amanhã, de depois de amanhã, de daqui a vinte ou cem anos vão ter recursos? É preciso fazer com que a base, com que os mais jovens tenham renda permanente e suficiente para que, com sua contribuição e com o acúmulo de capital que vem das contribuições previdenciárias, se possa pagar aos mais velhos.

Investir nas crianças e nos jovens é do interesse dos mais velhos. Primeiro, porque eles são os pais e os avós desses pequenos e, segundo, porque são esses pequenos que vão financiar a aposentadoria de seus pais e deles próprios.

Por isso, meu projeto de lei visa a que os recursos que saem hoje dos **royalties** do petróleo sejam aplicados integralmente nos Estados que os recebem, sem tirar nenhum real deles, em educação.

É claro que há um outro projeto de minha autoria e do Senador Tasso Jereissati que, na mesma linha do pensamento do Presidente Lula, visa a que os **royalties** do pré-sal não fiquem para Estados e Municípios, mas para todo o País. Os recursos naturais de um país são do país inteiro, não apenas da cidade onde esses recursos estão. A cidade vem antes do país, não o contrário.

Nosso projeto prevê que os recursos do pré-sal vão para a nação brasileira e sejam investidos em educação. É como os países árabes estão fazendo hoje. Depois de terem desperdiçado muito, hoje começam a investir em educação. Há países onde que se vêem universidades, filiais das americanas e européias, surgindo, nascendo no deserto, financiadas com o dinheiro do petróleo, para formar a população daquele país e também de países vizinhos. Essas universidades, no final, vão ser uma fonte permanente de renda para esses países, diferentemente do petróleo, que é uma renda provisória. Não há nenhum jeito de a renda do petróleo ser permanente; ela vai acabar. Podemos discordar quanto a se ela vai acabar daqui a dez, quinze, vinte ou trinta anos, mas não quanto ao fato de que ela vai acabar. Agora, inteligência não acaba. O recurso educação é permanente e se renova quase que automaticamente se a gente investe bem nas escolas.

Essa matéria da **Folha** de hoje, Senador Papaléo, chama a atenção para essa necessidade. Esses Estados ricos graças ao **royalties** do petróleo não estão usando bem esses recursos. Então, o Brasil tem direito, sim, inclusive sem tirar um direito adquirido por eles, de dizer “companheiros, nós queremos que vocês apliquem no Estado de vocês. Não precisam se preocupar com o resto do País, mas apliquem pensando no futuro e o futuro está na educação”.

Era esta a mensagem que eu queria trazer, inspirado na matéria da **Folha de S. Paulo**, que devemos despertar, pois recursos que se esgotam devem ter sua renda aplicada em recursos inesgotáveis. Temos que transformar o recurso esgotável num recurso inesgotável. E só existe um jeito: o dinheiro que vem do recurso esgotável ser aplicado em alguma coisa inesgotável, que é a educação das nossas crianças.

Que a matéria da **Folha** sirva para o despertar daqueles que não percebem que o uso do dinheiro depende da finalidade a que é destinada, senão é um dinheiro perdido.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço o tempo que V. Ex^a me dedicou.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço também a V. Ex^a e digo que sou um admirador seu, justamente por essa luta incansável que V. Ex^a trava a favor da educação.

Parabenizo o projeto que V. Ex^a apresenta, que, realmente, é um projeto extremamente interessante. Inclusive, junto com o Senador Tasso Jereissati, há um outro projeto, que também vem complementar este de V. Ex^a, quer dizer, que vai aprimorar mais essa aplicação, como V. Ex^a diz, de um recurso esgotável num inesgotável, que é a educação.

Então, parabéns a V. Ex^a, e a minha admiração. Tenho certeza de que V. Ex^a tem a admiração do povo brasileiro, porque luta por uma causa muito justa, necessária. Se o País, hoje, encontra-se nessa condição em que se encontra, com muitas dificuldades, é consequência, principalmente, da falta de investimento em educação em décadas e décadas perdidas.

Então, parabéns a V. Ex^a, Senador Cristovam. Tenho certeza absoluta de que a Casa e o Brasil lhe agradecem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 952-GP/TCU

Brasília, 8 de setembro de 2008

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.393, de 1º-9-2008, mediante o qual Vossa Excelência encamiha autógrafo da Resolução nº 27, de 2008 (SF), que “Autoriza a Prefeitura Municipal de Belford Roxo (RJ) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 13,200,000.00 (treze milhões e duzentos mil dólares norte-americanos), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente – autuado no TCU como TC-023.992/2008-8 – foi remetido à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O aviso que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do **Projeto de Resolução do Senado nº 44, de 2008**.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 955-GP/TCU

Brasília, 8 de setembro de 2008

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.394, de 1º-9-2008, mediante o qual Vossa Excelência encaminha autógrafo da Resolução nº 29, de 2008 (SF), que “Autoriza o Município de Bagé (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 6,600,000.00 (seis milhões e seiscentos mil dólares norte-americanos), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente – autuado no TCU como TC-023.987/2008-8 – foi remetido à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O aviso que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do **Projeto de Resolução do Senado nº 46, de 2008**.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 956-GP/TCU

Brasília, 8 de setembro de 2008

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.386, de 1º-9-2008, mediante o qual Vossa Excelência encaminha “autógrafo da Resolução nº 31, de 2008 (SF), que “Autoriza o Município de São Luís (MA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 35,640,000.00 (trinta e cinco milhões e seiscentos e quarenta mil dólares norte-americanos), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente – autuado no TCU como TC-023.988/2008-5 – foi remetido à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O aviso que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do **Projeto de Resolução do Senado nº 48, de 2008**.

Sobre a mesa, aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 958-GP/TCU

Brasília, 8 de setembro de 2008

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.383, de 1º-9-2008, mediante o qual Vossa Excelência encaminha autógrafo da Resolução nº 30, de 2008 (SF), que “Autoriza o Município de Cachoeirinha (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 8,910,000.00 (oito milhões, novecentos e dez mil dólares norte-americanos), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente – autuado no TCU como TC-023.991/2008-0 – foi remetido à Unidade Técnica competente desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O aviso que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do **Projeto de Resolução do Senado nº 47, de 2008**.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.097/08/SGM-P

Brasília, 9 de setembro de 2008

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.419, de 2007, do Senado Federal (PLS nº 473/03, na Casa de origem), o qual “Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 50, de 2008** (nº 949/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1635/2008, proferido nos autos do processo nº TC-020.538/2005-3, que trata de Representação convertida em Tomada de Contas Especial para apuração de supostas irregularidades, na Casa da Moeda do Brasil, relacionadas ao fornecimento de tintas de segurança destinadas à impressão de cédulas e outros impressos especiais.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 995, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2007 (nº 211/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 362, de 2007 (nº 211, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 362, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 362, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Ca-

caré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba, na forma

do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 362/2007 NA REUNIÃO DE 30/09/2008
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Wellington Salgado de Oliveira
 Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1- EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. GIM ARGELLO

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1 ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 362 12007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR				
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO	X				FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CICERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/09/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 996, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2008 (nº 528/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº

193, de 2008 (nº 528, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tomazina, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104–C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 193, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 193, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Artística de Tomazina para executar serviço de radiodifusão comunitária na ci-

dade de Tomazina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 193/2008 NA REUNIÃO DE 10/09/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Senador Wellington Salgado de Oliveira
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1- EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS
RELATOR

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. GIM ARGELLO

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1 ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 193/2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO	X				FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/09/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 997, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2008 (nº 535/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 194, de 2008 (nº 535, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio FM Aliança* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se tam-

bém sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 194, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 194, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Rádio FM Aliança* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2008.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS 194/2008 NA REUNIÃO DE 10/09/2008
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Senador Wellington Salgado de Oliveira

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1- EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS

RELATOR

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. GIM ARGELLO

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1 ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 194 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO	X				FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALÉO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 09 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (*Redação dada pela Lei nº 10.597 de 11-12-2002*).

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 998, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2008 (nº 554/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cristalina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 195, de 2008 (nº 554, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Cristalina Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem servi-

ços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 195, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Rádio Cristalina Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Santa Rosa, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2008. – Senador **Wellinton Salgado**, Presidente – Senador **Flávio Arns**, Relator.

**COMISSÃO DE CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 195/2008 NA REUNIÃO DE 10/09/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Wellington Salgado de Oliveira)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

MARCELO CRIVELLA

1- EXPEDITO JÚNIOR

AUGUSTO BOTELHO

2. FLÁVIO ARNS
RELATOR

RENATO CASAGRANDE

3. JOÃO RIBEIRO

IDELI SALVATTI

4. FRANCISCO DORNELLES

5. FÁTIMA CLEIDE

Maioria (PMDB)

VALDIR RAUPP

1. ROMERO JUCÁ

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

2. GERSON CAMATA

GILVAM BORGES

3. GIM ARGELLO

VALTER PEREIRA

4. LEOMAR QUINTANILHA

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

DEMÓSTENES TORRES

1 ELISEU RESENDE

ROMEU TUMA

2. HERÁCLITO FORTES

VIRGÍNIO DE CARVALHO

3. MARCO MACIEL

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

4. ROSALBA CIARLINI

JOÃO TENÓRIO

5. FLEXA RIBEIRO

EDUARDO AZEREDO

6. MARCONI PERILLO

CÍCERO LUCENA

7. PAPALÉO PAES

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI

PDT

CRISTOVAM BUARQUE

1- VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 999, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2008 (nº 485/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Café Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 203, de 2008 (nº 485, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Café Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 203, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da

Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 203, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Café Londrina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 203/2008 NA REUNIÃO DE 10/09/2008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>(Senador Wellington Salgado de Oliveira)</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1- EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2- FLÁVIO ARNS RELATOR <i>M. M. M.</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1 ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 203 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB E PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JUNIOR				
AUGUSTO BOTELHO	X				FLAVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FATIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERÁCLITO FORTES				
VIRGINIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO	X				FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/09/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.000, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2008 (nº 486/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo

(PDS) nº 204, de 2008 (nº 486, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da

Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 204, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Serra da Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Inácio Martins, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 204/2008 NA REUNIÃO DE 10 109 13008
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1- EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS RELATOR <i>m m m</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA <i>Valter</i>	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1 ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA <i>Romeu</i>	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO <i>Virgínio</i>	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>Antônio</i>	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO <i>João</i>	5. FLEXA RIBEIRO <i>Flexa</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo</i>	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA <i>Cícero</i>	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio</i>	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam</i>	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 204 12008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					EXPEDITO JÚNIOR				
AUGUSTO BOTELHO	X				FLÁVIO ARNS	X			
RENATO CASAGRANDE					JOÃO RIBEIRO				
IDELI SALVATTI					FRANCISCO DORNELLES				
					FÁTIMA CLEIDE				
TITULARES - MAIORIA - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP	X				ROMERO JUCA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					GERSON CAMATA				
GILVAM BORGES					GIM ARGELLO				
VALTER PEREIRA	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
ROMEU TUMA	X				HERACLITO FORTES				
VIRGÍNIO DE CARVALHO	X				MARCO MACIEL				
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X				ROSALBA CIARLINI				
JOÃO TENÓRIO	X				FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					MARCONI PERILLO				
CÍCERO LUCENA	X				PAPALEO PAES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X								
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE	X				(VAGO)				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/09/2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.001, DE 2008

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 2008 (nº 512/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo

(PDS) nº 205, de 2008 (nº 512, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo,

pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 205, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade,

juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educativa Nordeste para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2008.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 205/2008 NA REUNIÃO DE 10 10⁹ 1200X
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
<i>Senador Wellington Salgado de Oliveira</i>	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PPB e PP)	
MARCELO CRIVELLA	1- EXPEDITO JÚNIOR
AUGUSTO BOTELHO	2. FLÁVIO ARNS <i>mmu</i>
RENATO CASAGRANDE	3. JOÃO RIBEIRO
IDELI SALVATTI	4. FRANCISCO DORNELLES
	5. FÁTIMA CLEIDE
Maioria (PMDB)	
VALDIR RAUPP	1. ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	2. GERSON CAMATA
GILVAM BORGES	3. GIM ARGELLO
VALTER PEREIRA	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1 ELISEU RESENDE
ROMEU TUMA	2. HERÁCLITO FORTES
VIRGÍNIO DE CARVALHO	3. MARCO MACIEL
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	4. ROSALBA CIARLINI
JOÃO TENÓRIO	5. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	6. MARCONI PERILLO
CÍCERO LUCENA	7. PAPALÉO PAES
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	
RELETER	
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- VAGO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 205 / 2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA						EXPEDITO JUNIOR					
AUGUSTO BOTELHO		X				FLÁVIO ARNS		X			
RENATO CASAGRANDE						JOÃO RIBEIRO					
IDELI SALVATTI						FRANCISCO DORNELLES					
						FÁTIMA CLEIDE					
TITULARES - MAIORIA - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP		X				ROMERO JUCA					
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA						GERSON CAMATA					
GILVAM BORGES						GIM ARGELLO					
VALTER PEREIRA		X				LEOMAR QUINTANILHA					
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						ELISEU RESENDE					
ROMEU TUMA		X				HERÁCLITO FORTES					
VIRGÍNIO DE CARVALHO		X				MARCO MACIEL					
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR		X				ROSALBA CIARLINI					
JOÃO TENÓRIO		X				FLEXA RIBEIRO		X			
EDUARDO AZEREDO						MARCONI PERILLO					
CÍCERO LUCENA		X				PAPALEO PAES					
TITULAR - PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI		X									
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CRISTOVAM BUARQUE		X				(VAGO)					

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 10 / 09 / 2008

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 147/2008-CCT

Brasília, 10 de setembro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou,

em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos nºs 362 de 2007 e 193, 194, 195, 203, 204 e 205 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 362, de 2007, 193, 194, 195, 203, 204 e 205, de 2008**, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Parecer sobre o **Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008** (nº 58/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC 25/03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevideu, em 15 de dezembro de 2003*.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno, terão o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas.

É o seguinte o parecer da representação:

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO
PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2008**

PARECER DA REPRESENTAÇÃO

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação de Decreto Legislativo nº 108/2008, nos termos do Parecer do Relator Senador Inácio Arruda.

Estiveram presentes os Senhores:

Senador Aloizio Mercadante – Presidente; Deputados George Hilton e Cláudio Diaz – Vice-Presidentes. Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buar-

que, Inácio Arruda, Neuto de Conto, Adelmir Santana e Eduardo Azeredo; e Deputados Dr. Rosinha, Max Rosenmann, Germano Bonow, Beto Albuquerque, José Paulo Tóffano, Íris de Araújo, Celso Russomano, Renato Molling e Leandro Sampaio.

Plenário da Representação, 6 de agosto de 2008.
– Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente.

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2008 (PDC Nº 58, de 2007, na origem), que aprova o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC Nº 25/03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003.

I – Relatório

Esta Representação é chamada a pronunciar-se sobre o texto do mecanismo para o exercício profissional temporário, aprovado pela Decisão CMC Nº 25/03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, em 15 de dezembro de 2003.

À luz do que determina a Resolução nº 1, de 2007 – CN, compete à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul “apreciar e emitir parecer a todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional” (art. 3º, inciso I).

O texto em exame é submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 626, de 26 de julho de 2006, acompanhada de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, datada de 12 de junho de 2006.

Consta no sumário da tramitação anexado, que na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (que a aprovou em 23 de maio de 2007); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (que aprovou o parecer favorável do Relator em 24 de outubro de 2007) e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa em 3 de julho de 2007.

A matéria foi ao Plenário da Câmara dos Deputados em 15 de maio de 2008, tendo sido aprovada naquele mesmo dia.

Vindo ao Senado Federal, foi distribuída a este colegiado, nos termos do art. 3º, 1, da Resolução nº 1, de 2007– CN.

O instrumento internacional em pauta compõe-se de quatro artigos e três Anexos. Cada um dos artigos aprova um dos anexos.

O Art. 1 aprova as “Diretrizes para a Celebração de Acordos Marco de Reconhecimento Recíproco entre Entidades Profissionais e a Elaboração de Disciplinas para a Outorga de Licenças Temporárias”, contidas no Anexo 1.

O referido Anexo dispõe, em seu Art. 1, que a outorga de licenças, matrículas ou certificados para a prestação temporária de serviços profissionais no marco do Protocolo de Montevidéu para o Comércio de Serviços realizar-se-á por meio dos organismos profissionais responsáveis pelo controle e fiscalização do exercício profissional. O referido dispositivo estipula, ademais, que serviços profissionais são os prestados por profissionais universitários ou de nível superior e pelos profissionais de nível técnico.

Segundo determina o Art. 2, as normas e diretrizes para a outorga de licenças temporárias serão comuns para os Estados Partes e deverão ser elaboradas por um Grupo de Trabalho para cada profissão ou grupo de profissões, conformado, de acordo com o Art. 3, pelas entidades responsáveis pela fiscalização do exercício de cada profissão ou grupo de profissões de acordo com a legislação vigente em cada Estado Parte. O mandato desses Grupos de Trabalho será a elaboração das diretrizes e disciplinas para a outorga de licenças ou matrículas para o exercício profissional temporário e os Acordos Marco de Reconhecimento Recíproco entre Entidades Profissionais. Estas, ao desejarem constituir um Grupo de Trabalho, deverão solicitar seu reconhecimento como tais ao Grupo de Serviços do Mercosul, que, por sua vez, avaliará a consistência das propostas elaboradas em relação ao Protocolo de Montevidéu e as elevará à consideração do Grupo Mercado Comum para a sua aprovação.

As Entidades Profissionais deverão cumprir os seguintes requisitos: ser legalmente responsáveis pela outorga de licenças e matrículas para o exercício profissional e de sua fiscalização em suas respectivas jurisdições e abarcar todo o território do Estado-Parte ou parte substantiva desse território.

O art. 9 dispõe que cada Estado disporá de um Centro Focal por profissão, que constituirá o centro de informação sobre normativa e regulamentação nacional.

Entre as diretrizes estipuladas pelo Anexo I para que um profissional matriculado em um Estado-Parte do Mercosul desenvolva atividade profissional em outro Estado-Parte figuram as seguintes: necessidade de contar com um contrato para desenvolver a atividade no país receptor; requisitos comuns nos quatro países para sua inscrição no Registro profissional temporário da entidade de fiscalização profissional; critérios de equivalência na formação e experiência mínima requerida; compromisso do profissional de restringir sua atividade exclusivamente ao previsto no contrato e compatível com sua formação profissional; prazo máximo de dois anos, prorrogáveis, para o registro temporário; procedimento para a solução de controvérsias e mecanismo de sanções.

O Art. 2 aprova o Anexo II, que dispõe sobre as funções e atribuições dos Centros Focais de Informação e Gestão. Estes serão formados pelas entidades signatárias dos Acordos Quadros, responsáveis pela

fiscalização do exercício profissional em suas jurisdições, que também ficarão encarregadas do custeio da sua criação e funcionamento.

O Art. 3 aprova o Anexo III, que determina as regras de funcionamento do sistema. Dispõe, também, que a incorporação a cada Acordo Marco de entidades de fiscalização do exercício profissional de um Estado-Parte será solicitada ao Grupo Mercado Comum por meio do Grupo de Serviços, que informará ao GMC sua conformidade com o pedido de adesão.

As entidades fiscalizadoras deverão informar ao Centro Focal de seu país, periodicamente, as baixas, sanções e as alterações normativas na área sob sua jurisdição.

No tocante aos mecanismos de solução de controvérsias, o Anexo III determina que o Grupo de Serviços avaliará a sua consistência com a normativa vigente no Mercosul e a viabilidade de sua aplicação.

II – Análise

A Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 25 de 2003 (Decisão CMC 25/03), aprovada durante a XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevideu, em 15 de dezembro de 2003, trata do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário.

O Mecanismo em apreço tem por finalidade implementar parte do compromisso assumido pelas Partes signatárias do Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços no Mercosul, no sentido de empreender rodadas de negociações com vistas à implementação de um Programa de Liberalização de Serviços entre os Estados membros do Mercosul em um prazo de dez anos.

Como se sabe, a liberalização dos serviços é parte essencial da construção de um mercado comum, conforme previsto pelo Tratado de Assunção, instrumento fundador do Mercosul.

No entanto, cabe assinalar que, embora não constando do Sumário da Tramitação de Proposições distribuído pela Câmara dos Deputados e anexado ao processado em questão, o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário já foi objeto de exame pela extinta Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, hoje substituída pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Com efeito, consta de Parecer aprovado em 23 de maio de 2007 pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, nos termos oferecidos pelo Relator, o ilustre Deputado Dr. Rosinha, que em 21 de novembro de 2006, a referida Representação aprovava relatório, apresentado pelo nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, que acatava o texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário.

III – Voto

Pelo exposto, e ressaltando possível equívoco no tocante à tramitação da matéria em exame, mani-

festamo-nos favoravelmente à aprovação do texto do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário, aprovado pela Decisão CMC nº 25/03, emanada da XXV Reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevideu, em 15 de dezembro de 2003.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2008. – Senador **Inácio Arruda**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 178, DE 2008

(Nº 675/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Ana Cândida Perez, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Os méritos da Senhora Ana Cândida Perez que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de setembro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente.

EM Nº 338 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 1º de setembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de Ana Cândida Perez, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **currículum vitae** de Ana Cândida Perez que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO***CURRICULUM VITAE*****MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE ANA CÂNDIDA PEREZ**

CPF.: 54993245734

ID.: 7750/MRE

1953 Filha de Pompeu Marques Perez e Maria Helena Sá Perez, nasce em 1º de março, em Porto Alegre/RS
1975 Letras, Português e Literaturas, Pontifícia Universidade Católica/RJ
1977 Mestrado em Literatura Comparada pela Universidade de Montreal, Canadá
1978 Centro Unificado Profissional, Rio de Janeiro, Professora de inglês
1979 CPCD - IRBr
1980 Terceira Secretária em 2 de setembro
1980 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente
1982 Segunda Secretária em 22 dezembro
1983 Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil
1983 Consulado-Geral em Paris, Cônsul-Adjunto
1985 CAD - IRBr
1987 Embaixada em Caracas, Segunda e Primeira Secretária
1989 Primeira Secretária, por merecimento, em 15 dezembro
1990 Instituto Rio Branco, Chefe de Secretaria
1991 Instituto Rio Branco, Professora de Redação Profissional
1991 Departamento Organismos Internacionais, assessora
1992 Delegação Permanente em Genebra, Primeira Secretária
1995 Instituto Rio Branco, Coordenadora de Ensino, substituta
1996 Divisão de Direitos Humanos, Subchefe
1997 Conselheira, por merecimento, em 24 de dezembro
1998 Departamento Direitos Humanos e Temas Sociais, assessora
1998 A Política Externa de Direitos Humanos, in Textos do Brasil no.6, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF
1998 Embaixada em Estocolmo, Conselheira
2001 Embaixada em Londres, Conselheira e Ministra
2002 Ordem Real da Estrela Polar, Suécia, Comendador
2003 CAE, IRBr, A Evolução da Política Externa de Direitos Humanos - conceitos e discurso
2003 Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 19 de dezembro
2004 Embaixada em Estocolmo, Ministra-Conselheira
2004 1ª Reunião da Iniciativa de Estocolmo sobre Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, Chefe de delegação
2005 Reunião de Alto Nível sobre Justiça de Gênero em Sociedades Pós-conflito (UNIFEM), Estocolmo, Chefe de delegação
2007 Financiamento à Educação Superior na Suécia, in Mundo Afora, Ministério das Relações Exteriores, Brasília-DF

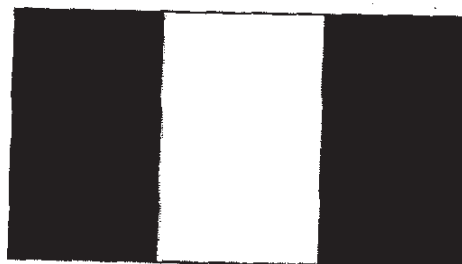
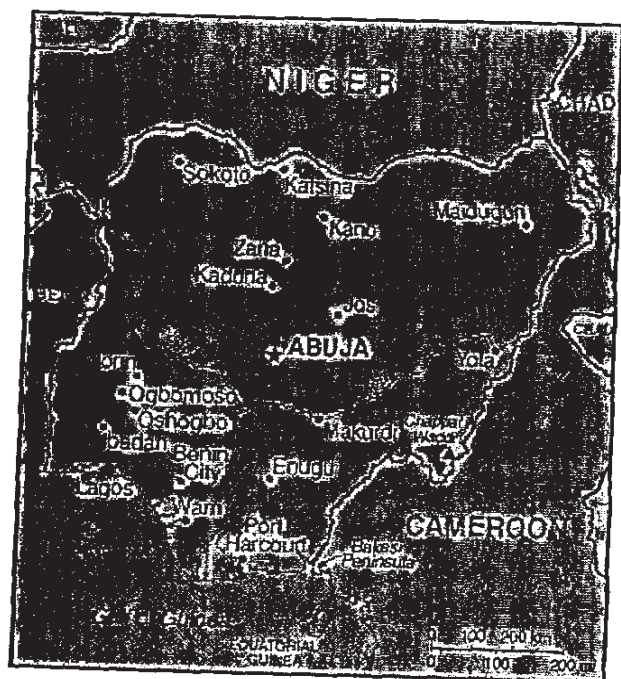


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Informação sobre a Nigéria

Agosto de 2008



SUMÁRIO EXECUTIVO

Ostensivo

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República Federal da Nigéria
Capital:	Abuja
Idioma:	Inglês
Território:	923.768 km²
População:	148 milhões (2007)
Sistema político:	República Federal Presidencialista
Chefe de Estado e de Governo:	Umaru Yar'Adua, desde 2007
Principais religiões:	Muçulmanos 50%, Cristãos 40%, religiões locais 10%
PIB (paridade de poder de compra)	US\$ 294,8 bilhões em 2007
PIB (taxa de conversão oficial)	US\$ 126,7 bilhões em 2007
PIB per capita (paridade de poder de compra):	US\$ 2.200 em 2007
Unidade monetária:	Naira (NGN)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL(US\$ MIL - FOB)

Ano	Exportações Brasileiras (A)	Importações Brasileiras (B)	Saldo (A - B)	Intercâmbio Comercial (A+B)
2003	469.730	1.521.662	-1.051.932	1.991.392
2004	505.235	3.501.030	-2.995.795	4.006.265
2005	953.226	2.643.016	-1.689.790	3.596.242
2006	1.373.624	3.918.296	-2.544.672	5.291.920
2007	1.512.357	5.273.998	-3.761.641	6.786.355
2008*	712.531	3.058.373	-2.345.842	3.770.904

* DADOS ATÉ JUNHO/2008

PERFIS BIOGRÁFICOS**Presidente Umaru Musa Yar'Adua**

O Presidente nigeriano (empossado em 29 de maio de 2007), tem 56 anos, é natural do estado de Katsina, um dos mais pobres do país, localizado na semi-árida região do Norte nigeriano. Yar'Adua governou o estado de Katsina nos oito anos anteriores a sua eleição para Presidente.

Pertence ao grupo étnico Fulani e professa a religião muçulmana. Formou-se e obteve Mestrado em Química. É membro de família política tradicional na região Norte do país. Foi, como seu pai, “mutawallen”, guardião do Tesouro de Katsina.

Yar'Adua é casado com Hajia Turai Umaru Yar'Adua. Foi professor do Colégio de Artes, Ciência e Tecnologia de Katsina e da Escola Politécnica da mesma cidade. Assumiu o comando das Fazendas “Sambo” e de outras empresas na área agroindustrial e de desenvolvimento imobiliário. Dirigiu, ainda, o Habib Nigeria Bank e o grupo de empresas Hamada. Foi eleito governador de seu Estado em 1999, e reeleito em 2003.

O irmão mais velho de Umaru, Shehu Musa Yar'Adua, morreu em 1997 na prisão, onde se encontrava preso por razões políticas. Foi um dos notáveis da Nigéria, tendo se destacado como general, empresário e político. Shehu foi vice-presidente entre 1976 e 1979, período em que o país foi administrado por um regime militar chefiado pelo mesmo Olusegun Obasanjo, que deixou a Presidência da República em 2007.

Shehu Yar'Adua visitou o Brasil em 1979, como vice-presidente. Durante essa visita, não poupou manifestações de entusiasmo em relação aos avanços do Brasil no rumo da industrialização, que a seu ver deveriam inspirar o caminho da Nigéria para o desenvolvimento. À época foram assinados alguns dos principais acordos entre o Brasil e a Nigéria: Amizade, Cooperação e Comércio; Cooperação Econômica, Criação de Comissão Mista de Coordenação; Rádio e televisão, Serviços Aéreos, Protocolo Adicional ao Acordo Cultural e Memorando de Entendimento sobre Expansão da Cooperação Econômica, Comercial e Técnica.

Quatro condições propiciaram o lançamento da candidatura de Umaru Yar'Adua à Presidência da República pelo partido da situação (PDP): a) é do Norte e muçulmano, atendendo portanto aos imperativos étnico-religiosos-regionais da regra não-escrita da rotatividade do poder; b) contou com o apoio e a confiança do então Presidente Obasanjo (há décadas ligado a sua família); c) fez uma boa administração em Katsina, como governador, e d) é tido como honesto (foi um dos poucos governadores a não ser denunciado por corrupção pela Comissão de Crimes Financeiros e Econômicos, tribunal nigeriano destinado especificamente a julgar tais crimes).

Na eleição presidencial, realizada em 21 de abril de 2007, Yar'Adua obteve cerca de 70% dos votos válidos (24.6 milhões de eleitores), tendo derrotado seus principais opositores, Muhammadu Buhari, do Partido de Todo Povo da Nigéria (ANPP), e Atiku Abubakar, do Congresso para Ação (AC).

Após a eleição, Yar'Adua propôs a formação de um governo de unidade nacional, tendo, em junho de 2007, recebido apoio de dois partidos da oposição, o ANPP e a Aliança Progressiva dos Povos (PPA).

Chief Ojo Maduekwe — Ministro das Relações Exteriores

Chief Ojo Maduekwe nasceu no dia 6 de maio de 1945, em Ohafia, no estado de Abia.

Estudou direito na Nigeria Law School, graduando-se em 1973. Em seguida, passou a atuar como advogado em seu país. Em 1983, tornou-se membro da Assembléia Nacional nigeriana — em uma fase conhecida como Segunda República — e integrou a Assembléia Constituinte de 1988.

Entre 1990 e 1993, Maduekwe ocupou cargos de assessoria no Partido Social Democrata nigeriano (SDP), e foi assessor especial do Ministro das Relações Exteriores entre 1993 e 1995. Em 1998, foi eleito Senador da República.

Maduekwe foi Ministro da Cultura e do Turismo em 1999, e dos Transportes entre 2000 e 2003. No biênio 2003-2005, ocupou cargo de Assessor Jurídico da Presidência da República. Em 2005 passou a desempenhar as funções de Secretário Nacional do Partido Democrático do Povo (PDP). Com a eleição do Presidente Yar'Adua, foi escolhido para pasta das Relações Exteriores em 2007.

POLÍTICA INTERNA

As principais causas da instabilidade social e política na Nigéria podem ser encontradas nas diferenças tribais e religiosas, nas controvérsias sobre a alocação dos recursos provenientes das receitas de petróleo, nas reivindicações de autonomia por parte de certas regiões e no poder remanescente das forças armadas, instituições que ocupam tradicionalmente o poder, em larga medida por serem as únicas de caráter nacional.

O Governo do General Sani Abacha, que assumiu por golpe de Estado em 1993, foi das ditaduras mais brutais e arbitrárias pelas quais passou o país, o que levou a Nigéria a sofrer sanções como a suspensão da Commonwealth britânica. Com a morte de Abacha, em 1998, abriu-se caminho para a realização de eleições no ano seguinte. Criaram-se às pressas partidos políticos, entre os quais se destacam o People's Democratic Party (PDP), o All People's Party (APP) e a Alliance for Democracy (AD). Saiu vencedor, ainda que sob acusações de fraude advindas tanto da oposição quanto da comunidade internacional, o General Olusegun Obasanjo (PDP), perseguido político do governo precedente.

Após dois mandatos de Obasanjo, Umaru Musa Yar'Adua, aliado do predecessor, foi eleito em abril de 2007, na primeira transição de poder entre presidentes eleitos na história do país.

O Presidente da Nigéria provém de uma família de políticos cujo maior expoente, Shehu Yar'Adua, seu irmão, foi um dos principais preconizadores de um relacionamento verdadeiramente especial entre a Nigéria e o Brasil. Falecido em 1997, como preso político do governo

ditatorial de Sani Abacha, Shehu visitou o Brasil em 1979, como vice-presidente do governo de transição de Olusegun Obásanjo.

O relacionamento entre o Executivo e o Legislativo vem se caracterizando por tensões e conflitos freqüentes, e a classe militar, que exerceu influência decisiva na história do país, encontra-se hoje dividida. A violência política encontra-se em estágio latente na Nigéria, com reivindicações por autonomia regional e redefinição federativa, e a violência étnica também representa um grande problema nacional, embora os conflitos entre iorubás e haussas, freqüentes entre 1999 e 2001, tenham diminuído. Entre os focos de instabilidade estão as reivindicações dos habitantes do Delta do Rio Níger (que se consideram não adequadamente contemplados com os frutos da produção petrolífera da região), e as rivalidades entre cristãos e muçulmanos, conseqüências diretas do fato de doze estados do Norte do país terem adotado a lei islâmica — a Sharia — como código penal.

ECONOMIA

A economia nigeriana é caracterizada pelo dualismo: um setor dinâmico — o petrolífero — ao lado de setores tradicionais de agricultura de subsistência, comércio e indústria incipientes. A CIA apresenta, para o ano de 2007, estimativas de PIB de US\$ 294,8 bilhões, em paridade de poder de compra, renda per capita de US\$2.200,00 e inflação de 6,5% ao ano, tendo caído de 16,5% em 2004. O crescimento recente do país foi significativo, sobretudo em função das altas no preço do petróleo. O desemprego é baixo: 5,8% em 2006, novamente segundo a CIA.

A Nigéria é o 12º maior produtor mundial de petróleo, segundo dados da *Energy Information Administration*, do governo americano.

Mantidos os preços do produto em níveis próximos aos dos atuais, o petróleo terá, este ano, sua participação na conformação do PIB elevada de 22% para cerca de 30%. A participação do produto na pauta de exportações é de 97%, em valor, e de cerca de 90% nas receitas orçamentárias.

As condições de produção de petróleo na Nigéria, porém, são delicadas. O governo apresentou, historicamente, dificuldade de administrar as quatro refinarias que detêm, o que leva a Nigéria a ter de importar petróleo refinado, ainda que seja um dos maiores produtores mundiais de óleo bruto. A tentativa de privatização das refinarias provou-se mais difícil do que imaginado, e as refinarias seguem produzindo abaixo de 50% de sua capacidade.

As reservas de gás nigerianas estão entre as maiores do mundo e localizam-se principalmente a leste do delta do Níger. Praticamente metade do gás obtido com a extração do petróleo continua sendo desperdiçada, pois a demanda local é insuficiente para cobrir os gastos de separação, processamento e distribuição do produto. A companhia estatal nigeriana LNG está à frente de um projeto de US\$ 4 bilhões para a liquefação e exportação do gás natural.

A agricultura é o setor que emprega, formal ou informalmente, a grande maioria da população nigeriana. As tentativas de modernizar a agricultura, implementadas desde a década de 1970, não surtiram qualquer efeito prático, esbarrando em muitos problemas. Assim, de país exportador de gêneros alimentícios, a Nigéria passou a importador.

No setor externo, o intercâmbio comercial nigeriano atingiu, em 2007, US\$ 97,8 bilhões, com exportações em torno de US\$ 59,8 bilhões e importações de US\$ 38 bilhões. As principais exportações consistem de petróleo e derivados, algodão e cacau. As importações compreendem máquinas, equipamentos de transporte, produtos químicos e bens de

consumo. Os principais parceiros comerciais da Nigéria são os EUA, Reino Unido, Brasil, China e Espanha.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o Governo do General Sani Abacha (1993-1998), a Nigéria foi paulatinamente marginalizada no cenário internacional, sobretudo pelos recordes negativos na questão de direitos humanos. A transição democrática, contudo, melhorou a visibilidade externa do país, inclusive com sua recondução à Commonwealth. O ex-presidente Obasanjo trabalhou para melhorar a imagem externa de seu país, mediante freqüentes visitas e encontros com outros líderes de Estado e de Governo e, de fato, logrou aumentar a credibilidade internacional da Nigéria. Seu trabalho tem sido continuado por Yar'Adua, que tem se aproximado novamente do Reino Unido. A Nigéria tem assumido importante posição crítica em relação ao processo eleitoral do Zimbábue — uma das principais preocupações africanas ao longo de 2008.

As relações da Nigéria com os países vizinhos têm sido, em geral, boas, embora a região da fronteira com o Cameroun, especialmente a península de Bakassi, tenha sido historicamente problemática. A porosidade da fronteira estimula ações delituosas e a suspeita, por parte do Cameroun, de que interesses nigerianos possam ocasionalmente apoiar tendências separatistas nas duas províncias anglófonas camerunesas. Estima-se que 3 milhões de nigerianos vivam em território camerunês, e 700 mil cameruneses, na Nigéria. A situação bilateral deteriorou-se gravemente a partir de 1994, quando ocorreram conflitos armados na península, cuja projeção marítima é rica em petróleo e recursos pesqueiros.,

O Cameroun submeteu a questão à Corte Internacional de Justiça, que em 10 de outubro de 2002 lhe deu ganho de causa no que se refere à soberania sobre a península. Após recusas da Nigéria de retirar-se do território, o governo finalmente se retirou da península em 2006, apesar dos protestos da oposição. O processo de transferência de soberania na referida área foi definitivamente concluído recentemente, no dia 14 de agosto de 2008.

De forma mais ampla no contexto africano, a participação da Nigéria foi fundamental na criação, em 1975, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO/ECOWAS). A longo prazo, a Nigéria espera que, mediante a instalação de um mercado comum na África Ocidental, suas indústrias venham a se beneficiar do desenvolvimento do comércio intra-regional. A CEDEAO vem procurando implementar ambiciosos projetos de integração regional, tais como a criação de uma área de livre comércio que abranja os países membros, a harmonização das políticas econômicas e fiscais e a introdução de moeda comum na sub-região. Ademais, a CEDEAO tem ampliado suas iniciativas de natureza político-militar, com participação no envio de tropas para a manutenção da paz em áreas conflagradas, bem como na concertação de posições comuns aos países da sub-região.

A Nigéria participou intensamente das operações de paz na Libéria e Serra Leoa. O êxito inicial obtido em ambos países contribuiu para reforçar as aspirações nigerianas de liderança regional, bem como as de um assento permanente no Conselho de Segurança. Mais recentemente, fortaleceu a postura nigeriana de liderança sub-regional a rápida reação de Abuja às crises na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe.

RELAÇÕES BILATERAIS COM O BRASIL

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele mesmo ano, foi criada a Embaixada do Brasil em Lagos. A Nigéria estabeleceu Embaixada residente no Brasil em 1966. O relacionamento bilateral tem sido marcado pela fluidez e cordialidade, consequência natural dos fortes laços culturais que unem os dois países.

A Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano. É relevante observar que não houve interrupção das relações nem mesmo durante períodos de crise na Nigéria, como a intervenção militar de 1966 e a guerra de Biafra, cujas pretensões secessionistas o Brasil não reconheceu. Na década de 90, as constantes violações de direitos humanos pelo governo militar nigeriano acarretaram um relativo esfriamento do relacionamento, sobretudo nas esferas política e de cooperação técnica.

Com a redemocratização nigeriana, o relacionamento bilateral adquiriu renovado impulso, que já se fez notar com a visita do General Obasanjo a Brasília, em abril de 1999, ainda na condição de Presidente eleito. Em novembro de 2000, também o Vice-Presidente nigeriano, Atiku Abubakar, visitou oficialmente o Brasil, por ocasião da realização da IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria. Abubakar também esteve no Brasil em setembro de 2002, para participar do Congresso Mundial de Petróleo, no Rio de Janeiro. Os países também deram seguimento às reuniões da Comissão Mista Brasil-Nigéria, sendo que a última sessão (a sexta) foi realizada em Brasília, em junho deste ano.

Há interesse em que se intensifique o diálogo político com a Nigéria, país com o qual o Brasil mantém relações relativamente densas, pois trata-se de liderança africana com papel ativo em ações de prevenção e manutenção da paz, parceiro comercial importante e candidato natural a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. As possibilidades de cooperação são numerosas, e têm sido desenvolvidas nas relações

bilaterais constantes, nas seis Comissões Mistas já realizadas e por ocasião das visitas presidenciais. Além da visita de 1999, o Presidente Obasanjo retornou ao Brasil em 2005. Em novembro de 2006, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve na Nigéria.

Nas relações Brasil-Nigéria, destacam-se os temas da Energia, Segurança Alimentar, Diversificação Econômica, Transportes, Saúde, Cooperação Militar, além das relações comerciais e culturais.

Em matéria de energia, as relações são excelentes. Missão técnica brasileira do setor elétrico realizou visita à Nigéria no período de 11 a 14 de agosto corrente. A visita serviu para verificar no local a situação do sistema de geração de energia da Nigéria, seus problemas e potencialidades, e, dessa forma, estabelecer as bases de futuras atividades de cooperação. Consistiu, também, retribuição a missão nigeriana de especialistas do setor, que veio ao Brasil em 2007. As duas missões são fruto de conversa entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Umaru Yar'Adua, em junho de 2007, à margem da reunião do G-8 realizada em Berlim. Deverá ser assinado, por ocasião da visita presidencial, memorando de entendimentos sobre o tema.

Em 31 de julho de 2008, a Petrobras tornou-se oficialmente produtora de petróleo na Nigéria, com o início de extração nos poços em águas profundas que integram o bloco de Agbama, no qual tem como sócios a Chevron e a empresa nigeriana Famfa Oil. Nesse gigantesco bloco (reservas estimadas entre 800 milhões e um bilhão de barris, de petróleo leve, de excelente qualidade) a participação da PETROBRAS é de 20%. O pico da produção no bloco deverá ocorrer a partir de setembro do ano que vem, quando estima-se que a produção venha alcançar 250 mil barris diários (cabendo, portanto, 50 mil barris diários à empresa brasileira).

No que se refere à segurança alimentar, deverão ser assinados, por ocasião da visita, dois projetos de cooperação técnica na área agrícola: a)

produção e processamento de frutas tropicais e b) produção e processamento de mandioca. No que se refere à saúde, Brasil e Nigéria negociam a assinatura de acordos voltados para a produção de retrovirais e para o combate à malária.

A diversificação econômica é tema prioritário das relações bilaterais. O Brasil pode ajudar na proposta de tornar a economia da Nigéria mais diversificada, reduzindo sua dependência quanto ao petróleo: investimentos no setor de mineração e formação de *joint ventures* na indústria podem despertar o interesse do setor privado brasileiro. A Nigéria busca obter capacitação profissional para atuação no setor petrolífero local. Interessa-se, ademais pela experiência brasileira na capacitação de profissionais tanto no Senai, com atuação em grandes empresas, quanto no Sebrae, com o treinamento de pequenos e médios empresários. Missão liderada pelo ministro da Indústria e do Comércio, Garba Bichi, esteve no Brasil em março de 2008 para conhecer o sistema brasileiro de treinamento de profissionais.

Grandes empresas brasileiras do setor de construção rodoviária e de engenharia pesada têm demonstrado interesse em levar sua experiência para a Nigéria. Especialistas em transporte brasileiros desempenharam papel relevante no recém-inaugurado sistema de transportes urbanos de Abuja. A fabricante de ônibus Marco Polo pretende construir unidade de montagem no país.

Há três assuntos prioritários na agenda de cooperação militar bilateral. O primeiro diz respeito à aquisição de aeronaves da EMBRAER para a Força Aérea Nigeriana. Existe expectativa de potenciais negócios da EMBRAER com a Nigéria, dentre eles a compra de seis Super-Tucanos, pela Força Aérea daquele país e de um ERJ-145, pelo Governo do estado de Bauchi. No final de 2007, a empresa Virgin Nigeria, empresa operadora de baixos custos nigeriana, adquiriu um lote de aeronaves Embraer

170/190. O segundo ponto consiste no reexame da proposta da EMGEPRON para a modernização de estaleiros da Marinha da Nigéria e cooperação na construção de navio patrulha. O terceiro ponto se refere ao Acordo Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa, a ser celebrado, por ocasião da visita, entre os governos do Brasil e da Nigéria.

Na área cultural, duas iniciativas recentes procuram dar crescente expressão às densas relações existentes entre os dois países. O presidente nigeriano deverá inaugurar, em Salvador, a “Casa da Nigéria”; analisa-se, do lado brasileiro, a viabilidade de restauração da “Casa do Fernandes”, imóvel histórico situado no antigo “Bairro Brasileiro” de Lagos.

COMÉRCIO BILATERAL

A Nigéria é o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano. O comércio bilateral (exportações e importações), que em 2002 foi de US\$ 1,5 bilhão, elevou-se em 2007 ao patamar de US\$ 6,8 bilhões. Neste último ano, a balança comercial, desfavorável ao Brasil, registrou déficit de US\$ 3,7 bilhões. Esse desempenho decorre da decisão estratégica do Governo brasileiro de priorizar a Nigéria como fornecedor de petróleo. Os principais produtos da pauta de exportação do Brasil para a Nigéria são combustíveis refinados, açúcar refinado, açúcar cristal, gasolina, óleo, ceras vegetais, veículos, papéis e sal marinho. As importações brasileiras oriundas da Nigéria compõem-se principalmente de petróleo.

Novidade importante no comércio entre os dois países é o ingresso na pauta de exportações brasileiras do item “aeronaves”, que em 2005 respondeu por mais de 5% do intercâmbio entre os dois países. Nos últimos três anos, dois estados nigerianos efetuaram compras de aeronaves da

Embraer. Em novembro de 2007, a empresa brasileira assinou contrato com a empresa aérea nigeriana Virgin Nigeria para venda de oito jatos EMB 170 e dois EMB 190. O valor do pedido é de US\$ 301 milhões, mas poderá atingir US\$ 800 milhões se opções de compras feitas pela empresa forem convertidas em vendas efetivas.

Em abril último, o BNDES abriu ao First Bank of Nigeria e ao Guaranty Trust Bank linha de crédito de US\$ 63 milhões, para financiar exportações de produtos brasileiros, reatando, após vinte anos, as relações financeiras entre o Brasil e a Nigéria.

Óbice ainda a ser superado nas relações comerciais entre os dois países é a proibição da importação de uma extensa lista de produtos, entre os quais se incluem produtos de grande interesse para o Brasil, como carnes de todos os tipos, em vigor na Nigéria (e que afetam todos os seus parceiros comerciais). Recentemente, a SADIA manifestou interesse no potencial do mercado nigeriano de carne de frango.

INDICADORES COMERCIAIS

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2003	2004	2005	2006	2007
Exportações (fob)	24.062	33.307	43.503	53.886	65.655
Importações (cif)	14.852	20.472	24.483	29.392	17.678
Balança comercial	9.210	12.835	19.020	24.494	47.977
Intercâmbio comercial	38.913	53.779	67.986	83.278	113.333

Elaborado pelo MREOP/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2008.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

(2) Janeiro - Junho.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2004 no total	2005 no total	2006 no total	2007 no total
EXPORTAÇÕES:				
Estados Unidos	15.557 46,7%	22.827 52,5%	26.327 48,9%	13.132 51,2%
Espanha	2.227 7,0%	3.548 8,2%	4.325 8,0%	4.246 8,3%
Brasil	3.499 10,5%	2.652 6,1%	3.943 7,3%	1.943 7,6%
Frância	1.092 3,3%	1.339 3,1%	2.261 4,2%	354 1,4%
Alemanha	340 1,0%	804 1,8%	1.597 3,0%	553 2,2%
Costa do Marfim	872 2,6%	1.301 3,0%	1.460 2,7%	48 0,2%
África do Sul	804 2,4%	651 1,5%	1.323 2,5%	476 1,9%
Países Baixos	386 1,2%	1.063 2,4%	1.314 2,4%	922 3,5%
Indonésia	979 2,9%	867 2,0%	1.037 1,9%	550 2,1%
Gâmbia	601 1,8%	318 0,7%	1.028 1,9%	770 3,0%
Itália	538 1,6%	682 1,6%	899 1,7%	446 1,7%
Portugal	774 2,3%	1.094 2,5%	881 1,6%	200 0,8%
Japão	1.298 3,9%	802 2,1%	874 1,6%	123 0,5%
Suécia	421 1,3%	424 1,0%	750 1,4%	118 0,5%
SUBTOTAL	29.489 88,5%	38.970 89,6%	48.028 89,1%	22.822 89,2%
DEMAIS PAÍSES	3.818 11,5%	4.533 10,4%	5.858 10,9%	2.773 10,8%
TOTAL GERAL	33.307 100,0%	43.503 100,0%	53.886 100,0%	25.595 100,0%

Elaborado pelo MREOP/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2008.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2004.

(1) Janeiro - Junho.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total	2007 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
China	1.899	9,3%	2.536	10,4%	3.141	10,7%	1.736	9,8%
Estados Unidos	1.708	8,3%	1.777	7,3%	2.454	8,3%	1.353	7,7%
Países Baixos	1.183	5,8%	1.479	6,0%	1.814	6,2%	1.515	8,6%
Reino Unido	1.573	7,7%	1.633	6,7%	1.698	5,8%	893	5,1%
França	1.112	5,4%	1.455	5,9%	1.633	5,6%	709	4,0%
Brasil	556	2,7%	1.048	4,3%	1.511	5,1%	856	4,8%
Alemanha	984	4,8%	1.032	4,2%	1.340	4,6%	755	4,3%
Índia	661	3,2%	926	3,8%	1.143	3,9%	745	4,2%
Itália	814	4,0%	775	3,2%	1.071	3,6%	598	3,4%
República da Coreia	748	3,7%	914	3,7%	733	2,5%	455	2,6%
Emirados Árabes Unidos	439	2,1%	583	2,4%	698	2,4%	377	2,1%
África do Sul	488	2,4%	580	2,4%	651	2,2%	349	2,0%
Costa do Marfim	545	2,7%	632	2,6%	647	2,2%	463	2,6%
Japão	1.423	7,1%	571	2,3%	618	2,1%	362	2,0%
Bélgica	238	1,2%	296	1,2%	595	2,0%	471	2,7%
Tailândia	353	1,7%	335	1,4%	296	1,0%	148	0,8%
Ucrânia	198	1,0%	234	1,0%	288	1,0%	186	1,1%
Espanha	357	1,7%	295	1,2%	267	0,9%	131	0,7%
Suécia	317	1,5%	285	1,2%	256	0,9%	168	1,0%
Indonésia	195	1,0%	188	0,8%	222	0,8%	114	0,6%
Canadá	67	0,3%	101	0,4%	219	0,7%	122	0,7%
Malásia	166	0,8%	150	0,6%	208	0,7%	130	0,7%
Singapura	187	0,9%	182	0,7%	201	0,7%	139	0,8%
Argentina	409	2,0%	119	0,5%	174	0,6%	109	0,6%
Suíça	127	0,6%	105	0,4%	158	0,6%	96	0,6%
SUBTOTAL	15.446	75,4%	18.229	74,5%	22.044	75,0%	13.025	73,7%
DEMAIS PAÍSES	5.026	24,6%	6.264	25,5%	7.348	25,0%	4.654	26,3%
TOTAL GERAL	20.472	100,0%	24.483	100,0%	29.392	100,0%	17.679	100,0%

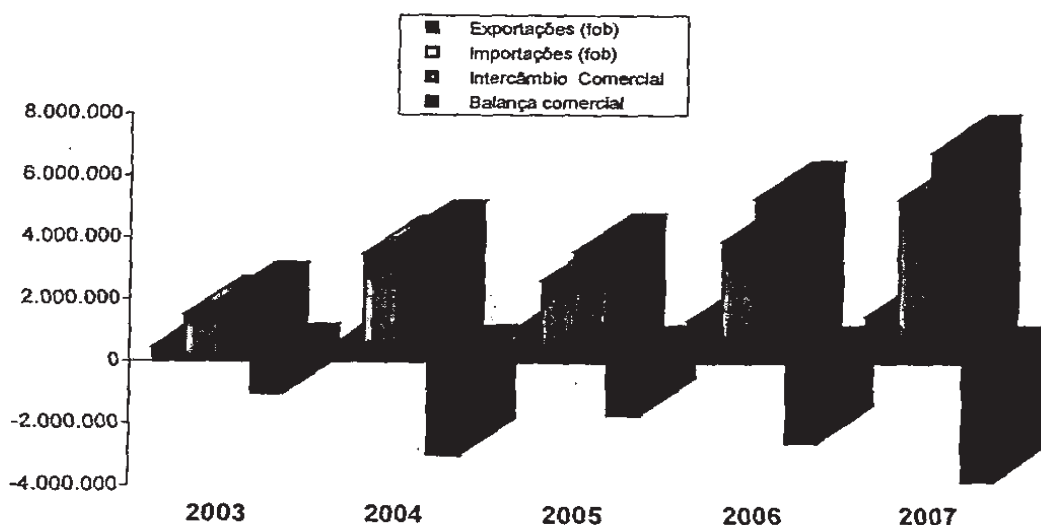
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2008.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

(1) Janeiro - Junho.

Intercâmbio comercial Brasil-Nigéria de 2003 a 2007

(US\$ mil FOB)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEx/Sistema Alice.

ATOS BILATERAIS EM VIGOR

Título	Celebrado em	Entrada em vigor	Publicado no DOU nº - DATA	Promulgação	
				Decreto nº	Data
Declaração Conjunta.	18/11/1972	18/11/1972	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Declaração Conjunta.	24/01/1974	24/01/1974	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Memorando de Entendimentos sobre Transportes Aéreos Brasil-Nigéria.	20/05/1977	20/05/1977	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Declaração Conjunta	24/05/1977	24/05/1977	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Acordo, por Troca de Notas, sobre Rádio e Televisão.	10/01/1979	10/01/1979	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Acordo Brasil-Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além.	10/01/1979	18/10/1991	26/10/1981	336	11/11/1991
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica.	10/01/1979	02/08/1983	04/07/1983	88928	27/10/1983
Acordo sobre a Criação de uma Comissão Mista de Coordenação.	10/01/1979	10/01/1979	26/10/1979	Prescinde de decreto	
Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio.	10/01/1979	10/01/1979	26/10/1979	Prescinde de decreto	
Comunicado Conjunto.	10/01/1979	10/01/1979	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Comunicado Conjunto.	26/03/1981	26/03/1981	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Comunicado Conjunto.	17/11/1983	17/11/1983	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Comunicado Conjunto.	13/12/1988	13/12/1988	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	8/11/2000	8/11/2000	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Ata de Reunião da IV Sessão da Comissão Mista Brasil/Nigéria.	8/11/2000	8/11/2000	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	03/03/2004	03/03/2004	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	
			assinatura		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	12/04/2005	12/04/2005	Em vigor desde a assinatura	Prescinde de decreto	

Aviso nº 789 – C. Civil

Em 9 de setembro de 2008

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Ana Cândida Perez, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Nigéria.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM Nº 179, DE 2008

(Nº 676/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer

o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.

Os méritos do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de setembro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 349 MRE /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-/APES

Brasília, 8 de setembro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **Luiz Felipe de Seixas Corrêa**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** de Luiz Felipe de Seixas Corrêa que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO***CURRICULUM VITAE*****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA**

CPF.: 7505531468

ID.: 1826/MRE

1945 Filho de João Luiz de Seixas Corrêa e Maria Celina Leão Teixeira de Seixas Corrêa, nasce em 16 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

1965 CPCD - IRBr

1967 Terceiro Secretário em 04 de março

1967 Divisão da América Meridional, assistente

1967 Prêmio Ministro Lafayette Carvalho Silva, Brasil, Concurso CPCD, Primeiro Lugar

1967 Prêmio Rio Branco, Curso CPCD, Primeiro Lugar

1967 Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ

1969 CAD - IRBr

1969 Segundo Secretário, por merecimento, em 30 de junho

1969 Divisão da Amazônia, assistente

1970 Embaixada em Bonn, Segundo Secretário

1971 Missão do Brasil junto à ONU, Segundo Secretário

1974 Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro Secretário

1975 Primeiro Secretário, por merecimento, em 18 de maio

1976 Divisão da América Setentrional, assistente

1977 Departamento de Organismos Internacionais, assessor

1978 Departamento da Ásia, África e Oceania, assessor

1979 Conselheiro, por merecimento, em 02 de março

1979 Embaixada em Washington, Conselheiro

1982 CAE - IRBr, Da confrontação à confrontação: as relações EUA-URSS; o Brasil e as superpotências

1983 Presidência da República, Gabinete Civil, assessor do Ministro-Chefe do Gabinete Civil

1983 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de junho

1985 Delegação junto à UNESCO, Ministro-Conselheiro

1986 Ordem Militar de Cristo, Portugal, Grande Oficial

1987 Presidência da República, Assessor Internacional do Presidente da República

1987 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 16 de dezembro

1989 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã Cruz

1989 As Relações Internacionais do Brasil em Direção ao ano 2000, in Temas de Política Externa Brasileira, FUNAG, Ed. Ática, Brasília

1989 Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial

1989 Embaixada no México, Embaixador

1989 Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grã Cruz

1992 Secretaria-Geral de Política Exterior, Secretário-Geral Adjunto

1992 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral


1992 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial

1993 Embaixada em Madri, Embaixador

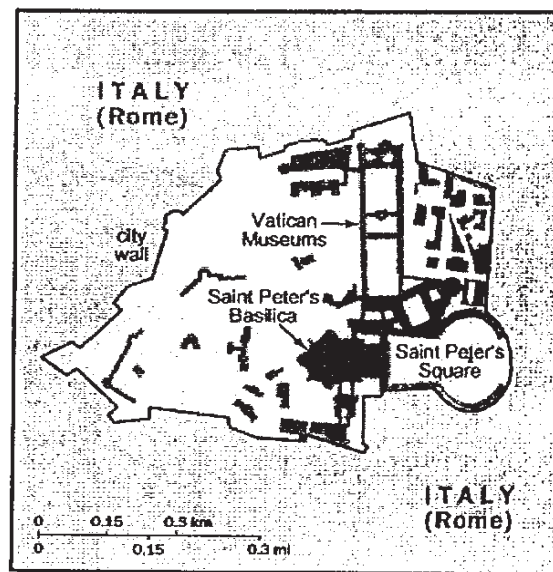
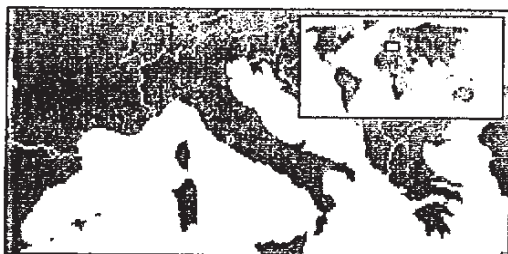
1993 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio titular

1994 As Conferências de Cúpula Ibero-Americanas: um formato em busca de substância, in Temas de Política Externa Brasileira II, IPRI, Ed. Paz e Terra, São Paulo

1996 A Política Externa de José Sarney, in Sessenta Anos de Política Externa Brasileira: 1930-1990, Ed. Cultura Editores Associados/USP, São Paulo
1997 Embaixada em Buenos Aires, Embaixador
1997 Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Grã Cruz
1998 Argentina e Brasil: Centenário de 2 Visitas, Editorial Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, Buenos Aires
1998 Ordem do Libertador General San Martín, Argentina, Grã Cruz
1999 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral
1999 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2000 Ordem Nacional do Mérito, Paraguai, Grã Cruz
2000 Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Grã Cruz
2001 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grã Cruz
2002 Delegação Permanente em Genebra, Embaixador e Representante Permanente
2005 Embaixada em Berlim, Embaixador
2007 O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006, FUNAG, Brasília/DF


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA I
RELAÇÕES BRASIL-SANTA SÉ



BRASÍLIA, SETEMBRO DE 2008

ÍNDICE

	Pág.
I. A IGREJA CATÓLICA	
1. De João Paulo II a Bento XVI	2
2. A Igreja Católica e a Santa Sé. Aspectos Jurídicos. Breve Histórico	4
3. O Governo	6
II. A POLÍTICA EXTERNA DA SANTA SÉ	
1. Algumas Características do Relacionamento Diplomático	13
2. Princípios e Posições sobre Temas da Agenda Internacional	14
Sumário das Relações Bilaterais com	
Algumas Regiões e Países	21
III. O RELACIONAMENTO BRASIL-SANTA SÉ	
1. Sumário das Relações Bilaterais no Império e na I República	28
Relacionamento Recente	29
3. V CELAM	31
4. Visitas Recíprocas nos Últimos Anos	32
Acordos Bilaterais	33
6. Beatos e Santos Brasileiros	34
IV. ANEXOS	
1. Biografia das Personalidades Eclesiásticas	36
O Colégio Pio Brasileiro	37

I. A IGREJA CATÓLICA

1. De João Paulo II a Bento XVI

O impacto mundial da morte de João Paulo II, em 2 de abril de 2005, demonstrou que, além da dimensão religiosa, em seu longo pontificado¹ ele incorporou a feição de grande estadista, empenhado na defesa da paz e do primado do direito internacional na solução de controvérsias, na promoção dos direitos humanos e da justiça social.

A delegação brasileira às exéquias, liderada pelo Senhor Presidente da República e Senhora, contou ainda com três ex-Presidentes do Brasil², além dos chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário. Entre as 172 representações políticas, a brasileira foi a terceira maior, superada apenas pelas delegações italiana e polonesa. Também foi inédita a presença de delegações de outras confissões, como judaísmo, islamismo, budismo, hinduísmo, zoroastrismo e sikhismo, bem como de representantes de outros credos cristãos, num total de cerca de 30 denominações.

O **Conclave** para a eleição do novo pontífice iniciou-se em 18 de abril, com a participação dos 115 cardeais eleitores³, originários de 82 países. Já na tarde do dia seguinte, após três escrutínios, estava eleito Papa o Cardeal Joseph Ratzinger, Prefeito da Congregação da Doutrina da Fé, íntimo colaborador de João Paulo II. Foi ele o cardeal mais idoso (78 anos) a ser eleito para o trono de São Pedro desde Clemente XII (1730). A rapidez do conclave é apenas comparável àqueles que elegeram Pio XI (1939) e João Paulo I (1978).

A escolha do nome do novo Pontífice foi tida como homenagem a dois homônimos: Bento XV (1914-1922), lembrado por seu empenho em favor da paz durante a Primeira Guerra Mundial, e São Bento, patrono da Europa, fundador do monasticismo europeu e grande evangelizador do continente. Significativas para sua escolha foram suas palavras, em seminário promovido na véspera da morte de João Paulo II, que ressaltavam “a secularização da Europa, o perigo de uma ‘cultura iluminista laicista’, que reduz a religião à esfera privada e promove o radical afastamento do homem de Deus... O deixar-se levar por qualquer vento de doutrina parece ser a única atitude em moda. Vai-se construindo assim uma ditadura do relativismo...”. Esse tema, expandido na missão que o celebrou como Decano do Colégio Cardinalício na abertura do Conclave, tornou-se recorrente em seus pronunciamentos.

Em 24 de abril de 2005, realizou-se, na Praça de São Pedro, a missa de início do pontificado de Bento XVI.

O **novo Pontificado** nasceu marcado pela origem alemã de Ratzinger e sua condição de respeitado teólogo, profundamente envolvido com as discussões em torno da identidade européia. Bento XVI tem buscado enfatizar a importância da Igreja católica como fonte e

¹ 26 anos, 5 meses e 15 dias, o Pontificado de João Paulo II, superado apenas pelo de Pio IX (1848-1878). O longo Pontificado de São Pedro não tem cronologia precisa.

² José Sarney, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso

³ Com menos de 80 anos

guardião dos "valores ocidentais", da moral e da ética, ao mesmo tempo em que deplora a progressiva laicização do continente. Preocupa-se com a expansão das igrejas pentecostais na América Latina e procura apelar à razão para assegurar a fluidez de diálogo com outras religiões monoteístas.

É clara a diferença de estilo entre João Paulo II e Bento XVI. O primeiro era expansivo e afeito a eventos multitudinários, a viagens freqüentes e à "retórica popular"; Bento XVI é introspectivo e avesso a grandes manifestações. Seus pronunciamentos refletem a "retórica canônica" do teólogo e guardião da ortodoxia, compatível com sua função anterior de Prefeito da Congregação da Doutrina da Fé. Suas homilias revelam intenção didática e demonstram a prioridade que confere à preservação da dimensão religiosa da Santa Sé. Os temas políticos passaram a constar, em meses recentes, de seus pronunciamentos.

Reflexo de sua personalidade e idade avançada (80 anos) foram as alterações no cronograma de viagens e cerimônias. Foram reduzidas as viagens internacionais. Até dezembro de 2006, realizou apenas cinco, das quais duas eram compromissos assumidos por João Paulo II: à cidade de Colônia para participação na Jornada Mundial da Juventude (em agosto de 2005), e à cidade de Valência para o Encontro Mundial das Famílias (em julho de 2006). Somente as viagens à Polônia, em maio de 2006, à Baviera, em setembro de 2006, à Turquia, em dezembro de 2006, ao Brasil, em 2007, e aos Estados Unidos e Austrália, em 2008, foram programadas integralmente no novo Pontificado.

A viagem de Bento XVI ao Brasil, em maio de 2007, por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), foi a primeira empreendida a terras americanas após seu pontificado.

Uma das primeiras medidas de Bento XVI foi introduzir alterações nas cerimônias de beatificação e canonização, que, no pontificado anterior, ocorriam na Praça de São Pedro, em Roma, ou no país do santo ou beato, caso o Papa o estivesse visitando. O novo Papa retomou uma prática interrompida em 1971: as cerimônias de beatificação voltaram a ser presididas por um bispo ou cardeal por delegação pontifícia, em geral o Prefeito da Congregação da Causa dos Santos, cabendo ao Papa presidir as canonizações, na Praça de São Pedro. Com isso, marca-se a diferença entre beatificação e canonização: os beatos, passíveis de veneração local e os santos, de veneração em todas as igrejas católicas ao redor do mundo.

Alterações de natureza procedimental também ocorreram. Nas audiências públicas das quartas-feiras foi eliminada a "prima fila", onde se acomodavam autoridades e personalidades destacadas; era previsto que cumprimentassem o Papa ao final da cerimônia e dele recebessem a bênção, registrada por fotógrafos credenciados da Santa Sé. Aquelas autoridades passaram a ocupar o "reparto speciale", onde melhor se acompanha a cerimônia. As regras foram posteriormente flexibilizadas: número reduzido de pessoas criteriosamente selecionadas pode ser apresentado ao Papa ao final das audiências gerais. Foi também abolida a participação de convidados nas missas celebradas pelo Papa em sua capela privada.

Normas mais estritas foram baixadas para as audiências privadas do Papa com Chefes de Estado e de Governo, que passaram a requerer solicitação, se possível com alguns meses de antecedência. Esses encontros ocorrem às 11 horas de segunda, quinta ou sexta-feira, ou ainda aos sábados. Se a pretendida visita ao Santo Padre se der por ocasião de encontros com autoridades italianas, a audiência papal poderá ser concedida antes ou depois daqueles, porém

nunca durante a programação de entrevistas com os membros do Governo da Itália. De acordo com nota da Secretaria de Estado sobre o assunto, “será muito difícil aceitar pedidos de audiências de Chefes de Estado ou de Governo que venham a Roma para participar de congressos internacionais e outras reuniões”. Nesse caso, os participantes serão recebidos em audiência coletiva na qual os Chefes de Estado ou Governo, além de contarem com lugares privilegiados, poderão ser apresentados ao Papa ao final do encontro.

Bento XVI optou, num primeiro momento, pela continuidade da máquina administrativa da Santa Sé. Confirmou em seus cargos todos os membros da Cúria indicados por João Paulo II, limitando-se a nomear seu sucessor à frente da Congregação para a Doutrina da Fé, o então arcebispo de São Francisco (EUA), William Levada, promovido ao cardinalato no primeiro conclave convocado pelo novo Papa, em março de 2006.

Apenas em 22 de junho de 2006, o Papa anunciou a substituição, a partir de 15 de setembro, do Secretário de Estado, Cardeal Angelo Sodano, pelo Cardeal Tarcisio Bertone (italiano), Arcebispo de Gênova, que fora seu auxiliar direto na Congregação para a Doutrina da Fé entre 1995 e 2003. Diferentemente de seus antecessores recentes, Bertone não é egresso da Pontifícia Academia Eclesiástica. Sua nomeação, portanto, vem sendo interpretada como mensagem de que Bento XVI deseja uma “Igreja de testemunho”, empenhada na reafirmação da fé num mundo secularizado. Segundo o próprio Pontífice, o novo titular do cargo é “um pastor fiel, particularmente capaz de conjugar atenção pastoral e preparação doutrinária”.

Também em 22 de junho de 2006 foi anunciada a designação, com efeito a partir de 15 de setembro, do Monsenhor Dominique Mamberti (francês), Secretário para as Relações com os Estados, em substituição ao Monsenhor Giovanni Lajolo. Em seu primeiro encontro com o corpo diplomático Mamberti sublinhou que a ação diplomática da Santa Sé “não é definida com base em questões políticas e econômicas, mas sim uma ‘diplomacia do Evangelho’; este se torna ponto de partida e primeiro critério da ação diplomática.”

O principal corolário desse princípio é a atenção integral à pessoa humana, “portadora de uma dignidade inalienável, que deve ser o centro de todas as decisões sociais”. O Ministro do Exterior da Santa Sé enfatizou que, “dentre os direitos do homem, a precedência cabe à liberdade de consciência e de religião”. Acrescentou, no mesmo encontro, que “nada mudará em nosso mundo se os dirigentes das nações não buscarem, em todos os continentes, promover essa liberdade fundamental”. Ressaltou também a importância de que tanto a Santa Sé quanto as igrejas locais continuem a promover o “diálogo fraternal com as diferentes religiões”, com vistas à “colaboração para a edificação de uma sociedade onde prevaleça o bem-estar”.

2. A Igreja Católica e a Santa Sé. Aspectos Jurídicos. Breve Histórico

A Igreja Católica é a única instituição confessional do mundo com acesso às relações diplomáticas. Mas não é ela que interage com os outros atores da cena internacional, e sim a Santa Sé, pessoa jurídica *ex ipsa ordinatione divina*, segundo definição do Direito Canônico. É este o fundamento teórico da atuação da Santa Sé no cenário internacional como suprema autoridade da Igreja Católica, constituída pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, que o auxiliam em sua missão. O suporte da soberania da Santa Sé é a base territorial do Estado da Cidade do Vaticano. A dupla condição de sede de poder espiritual e temporal imprime caráter especial à sua ação externa.

Em seus quase dois mil anos de história, a Igreja sofreu evolução significativa desde seus primórdios. Transcorridos quase 300 anos de expansão, o cristianismo teve seu reconhecimento oficial pelo Imperador Constantino em 313 com o Edito de Milão. A partir daquele ato, multiplicaram-se as igrejas locais, chefiadas por bispos ou patriarcas, considerados sucessores dos apóstolos. O Papa, como sucessor de Pedro, tornou-se Bispo de Roma. O governo da Igreja de então era exercido por um colegiado episcopal, porém era incontestada a preeminência do Bispo de Roma, lugar do martírio do apóstolo Pedro. O reconhecimento constantiniano trouxe dois grandes efeitos: a interação Igreja- Estado e a progressiva construção institucional da Igreja, processo em que o Papa aos poucos se afirmou como máxima autoridade religiosa.

O vazio de poder na Itália após a queda do Império Romano do Ocidente abriu caminho para a afirmação do Papa como soberano temporal. Iniciou-se então o período em que passaram a se confundir a história da Igreja, como centro da religião católica, e a história da Santa Sé, como ator político na cena internacional. Diante da fragilidade político-militar do Exarca de Ravena, representante na Itália do Sacro Império Romano do Oriente, que era então a sede da Igreja, o Papa Gregório I (590-604) passou a assumir o controle e a administração de Roma e territórios adjacentes como seu virtual soberano. Coube-lhe, na ausência do Exarca, negociar com o Rei dos Lombardos a proteção de Roma, que deveria ser assegurada pelo Império do Oriente. No século seguinte, o rei franco Pepino o Breve, coroado pelo Papa Estevão II em 754, formalmente reconheceu a soberania papal sobre um conjunto de territórios do sul de Veneza, o que marcou o nascimento oficial dos Estados Pontifícios, desaparecidos apenas com a unificação da Itália.

No longo período de consolidação eurocêntrica da Igreja Católica, o Papado perseguiu objetivos políticos concretos, passando a agir como mais um soberano europeu. A personalidade jurídica da Santa Sé como sujeito de direito internacional tornou-se incontestada. Na qualidade de Vigário de Cristo, o Papa reivindicava também a preeminência e autoridade sobre os demais soberanos temporais, o que passou a ser contestado na medida em que se formavam os Estados nacionais.

Com a unificação da Itália em 1861, constituiu-se o Reino da Itália, que incorporou Roma e fê-la sua capital. Extinguiu-se, assim, a base territorial da Santa Sé, o que não chegou a interromper seu direito ativo e passivo de delegação. Essa situação prolongou-se até a assinatura do Tratado de Latrão, em 11 de fevereiro de 1929. O Tratado compreende três acordos, que definiram as bases das relações entre o Papado e a Itália: um tratado político, uma convenção financeira e uma concordata sobre as relações Igreja-Estado. Por esses atos, a Cidade do Vaticano passou a ser reconhecida como um Estado independente; e o catolicismo tornou-se a religião oficial da Itália ⁴. Em março de 1947, o Tratado foi incorporado à Constituição italiana (artigo 7º). Reiterada sua personalidade jurídica como sujeito de direito internacional, a Santa Sé passou a ser reconhecida como “potência moral”. Pio XI resumiu o que a Santa Sé buscou no Tratado: “a soberania territorial, condição universalmente reconhecida para a verdadeira soberania jurisdicional. Logrou-se, assim, um mínimo de

⁴ Em 1984, uma nova concordata consagrou a laicidade do Estado italiano e estabeleceu a obrigatoriedade de indenização à Santa Sé pela perda dos Estados Pontifícios.

território que bastasse como suporte da própria soberania, o tanto de território sem o que essa não poderia subsistir”.

O território do Estado da Cidade do Vaticano tem 44 hectares⁵. Abriga uma população aproximada de 800 habitantes, dos quais cerca da metade detém a cidadania vaticana, sem por isso perder a nacionalidade de origem. Trata-se de um Estado singular, no qual a cidadania é concedida em função do vínculo de serviço e suspensa ao final deste (*jus officii*). A Santa Sé mantém fora das fronteiras do Estado do Vaticano bens patrimoniais que gozam de um estatuto extraterritorial, entre outros, o complexo de edifícios de São João de Latrão, a Basílica de Santa Maria Maior e edifícios anexos, o complexo de edifícios da Abadia de São-Paulo-fora-dos-Muros, o Palácio Pontifício e os jardins de Castelgandolfo, e as sedes de alguns dicastérios situados em Roma, a Universidade Gregoriana, o Instituto Bíblico e o Instituto Oriental.

Todo o território do Estado da Cidade do Vaticano e algumas das propriedades extraterritoriais são amparadas pela Convenção da Haia de 15 de março de 1954, relativa à proteção de bens culturais em caso de conflito armado. Em 1954, o Estado do Vaticano foi inscrito na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Estatísticas do Departamento de Estatísticas da Santa Sé relativos a 2005, divulgadas em 2007, calculam em 1,15 bilhão o número de católicos em todo o mundo (17,2% da população), o que representa um aumento de 17 milhões de pessoas se comparados com o total de 2004. O incremento percentual entre os dois anos foi 1,5% superior ao aumento da população do planeta. No mesmo período, registrou-se um aumento de 3,1% no número de fiéis na África; 2,7% na Ásia; 1,3% na Oceania; 0,9% nas Américas e um acréscimo insignificante na Europa.

3. O Governo

O organograma da Santa Sé foi estabelecido pela Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, promulgada em junho de 1988.

O Chefe de Estado, o Papa, exerce uma tripla função: Bispo de Roma, Pastor da Igreja Universal e Chefe do Estado da Cidade do Vaticano. Para cada função, apóia-se o Pontífice em uma organização específica.

O Papa é o Sucessor de São Pedro à frente da Igreja. Dele herdou a titularidade de Roma e a missão de garantir a unidade da Igreja e da fé. Como bispo, o Papa participa do Colégio Episcopal; como Bispo de Roma, preside-o. O Papa confia a direção da diocese de Roma, cuja sede é a Basílica de São João de Latrão, catedral de Roma, a um Cardeal-Vigário.

Como Pastor da Igreja Universal, o Papa exerce, com o conjunto dos bispos, a Chefia da Igreja Católica. Entretanto, é o Bispo de Roma, como Sucessor de Pedro e depositário do primado no seio do colégio episcopal, que tem o poder supremo e pleno sobre a Igreja. Para o exercício dessa responsabilidade, o Papa e o colégio episcopal se valem de um conjunto de

⁵ Ver mapa no sítio:

http://mv.vatican.va/4_ES/pages/z-Info/MV_Info_Trasporti_02.html

organismos sediados em Roma e sob a autoridade do Papa: a Cúria romana, secretariados e tribunais, entre outras instituições.

Como Chefe do Estado da Cidade do Vaticano, o Papa exerce a totalidade dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Assiste-o nessas funções o Governatorato, entidade administrativa autônoma. Na prática, portanto, o Papa governa a Igreja e sua base territorial como monarca absoluto, eleito para um mandato vitalício⁶.

Os cardeais são os principais colaboradores e assistentes do Papa e compõem em seu conjunto o **Colégio Cardinalício**, também denominado Sacro Colégio. O título de cardeal lhes confere participação no governo da Igreja em Roma, embora não residam todos em Roma, sendo muitos deles Arcebispos, em dioceses diversas, dispersas pelo mundo. A nomeação dos cardeais é da competência direta do Sumo Pontífice, que formaliza sua escolha no contexto de um consistório. A outorga do título é feita em missa solene.

Desde a metade do século XI cabe aos cardeais, reunidos em conclave eleger um novo Papa. A escolha recai habitualmente sobre um dos integrantes do Sacro Colégio. As atuais regras de eleição do Sumo Pontífice constam da Constituição Apostólica *Universi Dominici Gregis*, de João Paulo II (1996)⁷. Não há limitação de número ou idade para participação dos cardeais no Colégio Cardinalício, porém, desde o pontificado de Paulo VI, o número de eleitores em um conclave é limitado a 120 cardeais com menos de 80 anos.

Durante a “Sede Vacante”, que se declara quando da morte de um Papa, o Colégio Cardinalício exerce algumas funções no governo geral da Igreja e do Estado do Vaticano. O “Camerlengo”, nomeado pelo Papa ou eleito pelos cardeais (no caso de encontrar-se o cargo vago quando da morte do Papa), é o responsável pela administração dos bens e direitos temporais da Santa Sé entre a morte de um Papa e o início do pontificado seguinte⁸.

O **Sínodo dos Bispos** foi criado pelo Papa Paulo VI em 1965, como instituição democratizadora do poder na Igreja, no âmbito das inovações trazidas pelo Concílio Vaticano II. O foro foi relativamente pouco acionado no Pontificado passado. Diante da importância do debate entre o clero sobre a colegialidade na direção da Igreja, o Papa Bento XVI convocou o Sínodo no início de seu Pontificado e manifestou-se favorável a fazê-lo com maior frequência.

O Sínodo conta com um secretariado permanente, em Roma, dirigido por um Cardeal que zela pela implementação das decisões tomadas nos encontros.

⁶ Para maiores informações sobre o Papa Bento XVI, ver biografia em “Anexos” ou o sítio http://www.vatican.va/holy_father/benedictii/index_it.htm.

⁷ Seu texto encontra-se no sítio:

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_22021996_universi-dominici-gregis_po.html

⁸ Dados a respeito da composição do colégio cardinalício podem ser encontrados nos seguintes sítios:

<http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/scardc3.html>

http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/cardinali_statistiche/cardinali_statistiche_continenti_po.html

http://www.vatican.va/news_services/press/documentazione/documents/cardinali_index_it.html

Ainda sobre o relacionamento entre as unidades da Igreja em todo o mundo, vale ressaltar o instituto das visitas *ad limina Apostolorum*. Trata-se de um encontro dos bispos de cada país ou região com o Pontífice, a cada cinco anos, para que lhe prestem contas da missão à frente das respectivas dioceses e dele receber orientação. No caso de países que contam com episcopado mais numeroso, a visita ao Papa faz-se em grupos e de forma escalonada dentro de determinado período de tempo. Os 436 bispos do Brasil tiveram sua última visita *ad limina* entre agosto de 2002 e fevereiro de 2003. No caso de países com episcopado reduzido, as visitas se fazem em bases regionais. Ainda não há previsão para a próxima *ad limina* dos bispos brasileiros, que hoje são 361, dos quais 257 ativos e 104 eméritos.

A **Cúria Romana** é a cúpula da Santa Sé. Compreende os seguintes órgãos: Secretaria de Estado e seus Dicastérios (órgãos assemelhados aos Ministérios), Sínodo dos Bispos, Tribunais, Comissões Pontificias, a Guarda Suíça, o Escritório de Trabalho da Sé Apostólica, Academias Pontificias e instituições ligadas à Santa Sé, como a Tipografia Vaticana e o Pontifício Instituto de Música Sacra.

A **Secretaria de Estado** é o órgão mais elevado na hierarquia da Cúria Romana e aquele que mais de perto colabora com o Santo Padre no exercício de sua missão. Cabe-lhe assegurar o bom andamento e coordenação quotidiana das atividades dos órgãos da Santa Sé. Sua origem remonta ao século XV, quando Inocêncio VIII instituiu a “Secretaria Apostólica”⁹. Seu organograma atual foi estabelecido pelo Papa João Paulo II na Constituição Apostólica *Pastor Bonus*¹⁰.

O Secretário de Estado é o primeiro colaborador do Papa, o máximo expoente da atividade política e diplomática da Santa Sé. O cargo equivale, assim, ao de um Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo. Desde 15 de setembro de 2006, o Secretário de Estado é o Cardeal Tarcísio Bertone (italiano)¹¹.

A Secretaria de Estado subdivide-se na Primeira Seção e na Segunda Seção, que se encarregam, *grossa modo*, dos assuntos gerais do Estado e do Pontífice, e das relações exteriores da Santa Sé, respectivamente.

- a Primeira Seção é confiada a um arcebispo, denominado Substituto para os Assuntos Gerais (“Sostituto”), cargo criado em 1819, equivalente ao de Vice-Primeiro-Ministro. O titular é coadjuvado pelo Subsecretário para Assuntos Gerais. Ocupa-se das atividades do Papa, da comunicação e das relações entre diferentes órgãos da Cúria Romana.

Além dos temas referentes à esfera doméstica da Igreja, “Sostituto” pode se ocupar de questões de política externa e por isso mantém sua agenda aberta em dois dias da semana para receber os chefes de missões diplomáticas. A ele está também subordinado o Cerimonial da Santa Sé, assim como a Pontifícia Academia Eclesiástica (a academia diplomática).

⁹ Informações sobre a formação histórica da Secretaria de Estado estão disponíveis sítio http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_12101998_profile_po.html

¹⁰ Seu texto encontra-se no sítio:

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus-index_po.html.

¹¹ Ver biografia em “Anexos”.

A Primeira Seção se encarrega da tradução oficial dos documentos pontifícios; da publicação da *Acta Apostolicae Sedis*, boletim oficial dos atos e documentos públicos da Sé Apostólica, da supervisão do Escritório Central de Estatística da Igreja; da redação das cartas apostólicas, do Protocolo e das questões jurídicas e de pessoal, inclusive aquelas relativas ao Serviço Exterior. Estão apensos à Primeira Seção, porém com autonomia administrativa, a Sala de Imprensa da Santa Sé, o *Osservatore Romano*, a Radio Vaticana e o Centro Televisivo Vaticano¹².

O Substituto para Assuntos Gerais é o Monsenhor Leonardo Sandri (argentino). O Subsecretário para Assuntos Gerais é o Monsenhor Gabriele Giordano Caccia (italiano). O Chefe do Protocolo é o Monsenhor Tommaso Caputo (italiano).

- a Segunda Seção da Secretaria de Estado é dirigida por um arcebispo, o Secretário para as Relações com os Estados, coadjuvado por um prelado, com o título de Subsecretário. Ocupa-se do relacionamento da Santa Sé com os demais sujeitos de Direito Internacional.

Essa unidade, criada em 1793 para tratar dos problemas do relacionamento entre a Igreja e a França decorrentes da Revolução Francesa, ganhou competência em escala global em 1814.

Entre suas atuais atribuições, cabe-lhe supervisionar a representação diplomática da Santa Sé e a negociação de tratados e acordos internacionais. Pode opinar, devidamente instruída pelo Santo Padre e ouvidas as unidades competentes da Cúria, sobre nomeações dos titulares para as dioceses, assim como sobre a instituição ou modificação daquelas. Em estreita colaboração com a Congregação para os Bispos, participa do processo de nomeação episcopal nos países que mantêm acordos sobre a matéria com a Santa Sé.

Os núncios apostólicos, representantes diplomáticos da Santa Sé, são arcebispos com precedência de embaixador e têm uma dupla dimensão: a diplomática propriamente dita e a intra-eclesial, pois simultaneamente são acreditados perante a Igreja do país acreditante. Dessa forma, os núncios respondem à Segunda Seção pela atividade diplomática e à Primeira pela atividade eclesiástica. Uma das principais atribuições na esfera eclesiástica é a organização de listas para a nomeação dos bispos nos países onde estão acreditados. A Santa Sé é representada por “observadores permanentes”, “observadores” ou “enviados especiais” nos organismos internacionais perante os quais é acreditada.

Os diplomatas vaticanos são formados pela Pontifícia Academia Eclesiástica, fundada em 1701 por Clemente XI com a denominação de Pontifícia Academia dos Nobres Eclesiásticos. Seu diretor é um Arcebispo.

O Secretário para as Relações com os Estados, nomeado em 15 de setembro de 2006, é o Monsenhor Dominique Mamberti (francês); o Subsecretário para as Relações com os Estados, o Monsenhor Pietro Parolin (italiano).¹³

¹² A relação dos principais veículos ligados à Santa Sé encontra-se no anexo.

¹³ Ver biografias em “Anexos”.

A Embaixada junto à Santa Sé tem interação sistemática com a Primeira e Segunda Sessões no nível de subsecretários e, para gestões de maior importância, ora com o “Sostituto” ora com o Secretário para Relações com os Estados.

Os vinte (20) **Dicastérios** dividem-se em nove (9) Congregações e onze (11) Conselhos Pontifícios (11). Os primeiros encarregam-se de temas vinculados à religião; os últimos tratam de questões afetas às relações da Igreja Católica com os fiéis. Algumas Congregações remontam ao século XVI, como a do Santo Ofício, criada por Paulo III em 1542, hoje denominada Congregação para a Doutrina da Fé, e a Congregação para as Causas dos Santos, criada por Sisto V em 1588.

Cada um desses órgãos tem, como titular, um cardeal, salvo raras exceções. Os dirigentes das Congregações são chamados Prefeitos e os dos Conselhos, Presidentes. Por decisão do Papa Bento XVI, a chefia do Conselho Pontifício da Cultura passou a ser a mesma do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-Religioso; da mesma forma, o Conselho para a Pastoral dos Imigrantes e Itinerantes passou a ter a mesma chefia do Conselho de Justiça e Paz. Não há indicações de que o corpo de funcionários de cada uma dessas unidades venha a ser fundido.

Além dos titulares, as congregações e conselhos contam com a colaboração de cardeais, que podem estar prestando serviços à Cúria ou em suas respectivas dioceses e são convocados para reuniões com periodicidade variável.

A estrutura acima descrita é caracterizada por acentuada verticalidade, concentrado no Papa o poder de decisão. Por outro lado, a presença de cardeais como integrantes dos dicastérios confere a estes um caráter de colegialidade. Atualmente os titulares dos dicastérios provêm de inúmeros países, um processo de internacionalização iniciado por Pio XII e aprofundado por Paulo VI.

Os Dicastérios e respectivos titulares são os seguintes:

- Congregações

-Prefeitos

para a Doutrina da Fé	Cardeal William Joseph Levada (americano)
para os Bispos	Cardeal Giovanni Batista Re (italiano)
para as Igrejas Orientais	Cardeal Leonardo Sandri (argentino)
para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos	Cardeal Francis Arinze (nigeriano)
para as Causas dos Santos	Arcebispo Angelo Amato (italiano)
para a Evangelização dos Povos	Cardeal Ivan Dias (indiano)
para o Clero	<i>Cardeal Claudio Hummes (brasileiro)</i>

para os Institutos de Vida Consagrada e de Vida Apostólica	Monsenhor Frank Rode (esloveno)
para a Educação Católica	Cardeal Zenon Grocholewski (polonês)

- Conselhos Pontifícios

- Presidente

para os Leigos	Arcebispo Stanislaw Rylko (polonês)
para a Promoção da Unidade dos Cristãos ¹⁴	Cardeal Kasper Walter (alemão)
para a Família	Cardeal Ennio Antonelli (italiano)
da Justiça e da Paz e da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes	Cardeal Renato Raffaele Martino (italiano)
<i>Cor Unum</i>	Arcebispo Paul Josef Cordes (alemão)
para os Operadores Sanitários	Cardeal Javier Lozano Barragán (mexicano)
para a Interpretação dos Textos Legislativos	Monsenhor Francesco Coccopalmerio (italiano)
para Cultura e para o Diálogo Inter-religioso	Cardeal Jean-Louis Pierre Tauran (francês)
para as Comunicações Sociais	Arcebispo Claudio Maria Celli (italiano)

Os três cardeais eleitores brasileiros colaboram com alguns desses órgãos, a saber:

Dom Claudio Hummes: Congregação para a Doutrina da Fé, Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, Conselho Pontifício para os Leigos, Conselho Pontifício para a Família, Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-Religioso, Conselho Pontifício para Cultura, Comissão Pontifícia para a América Latina;

Dom Geraldo Majella Agnello: Conselho Pontifício, a Pastoral para os Migrantes e Itinerantes;

Dom Eusébio Oscar Scheid: Conselho Pontifício das Comunicações Sociais, Comissão Pontifícia para a América Latina.

¹⁴ Está subordinada a este Conselho a Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo.

O episcopado latino-americano, de grande peso numérico (cerca de 850), tem pouca presença na alta hierarquia da Cúria Romana.

Entre os demais Conselhos, órgãos e instituições da Cúria Romana, são de particular importância para o Brasil:

- a **Congregação para o Clero**, pela presença de Dom Cláudio Hummes em sua direção, o único brasileiro atualmente presente na alta hierarquia da Cúria Romana. Seu dicastério é responsável pela ação pastoral dos sacerdotes, que somam 406.411 em todo o mundo. Desde o afastamento por motivo de saúde de Dom Lucas Moreira Neves, em 2000, o Brasil não era representado neste nível, apesar de ter a maior população católica do planeta;

- a **Congregação para os Bispos**, dadas a dimensão numérica dos bispos brasileiros e as peculiaridades das diversas regiões do país; e

- o **Conselho Pontifício *Cor Unum***, criado pelo Papa Paulo VI, em 1971, para apoio a obras sociais e humanitárias da Igreja, está presente no Brasil, onde atua por intermédio das dioceses. O montante aplicado no país é de difícil quantificação. A título de exemplo, em 2004, o *Cor Unum* concedeu US\$ 30 mil de ajuda a programas brasileiros.

- a **Pontifícia Academia das Ciências**, fundada em 1603 por iniciativa do Papa Clemente VIII e do Príncipe Federico Cesi, seu mecenas. A morte do Príncipe Cesi levou à suspensão das atividades da instituição, que reapareceu em 1847, por iniciativa de Pio IX. O objetivo da Academia é estudar e pesquisar as ciências exatas, sempre com visão interdisciplinar. Embora afeta à liderança do Papa, como aos demais órgãos da Cúria, a Pontifícia Academia de Ciências é instituição autônoma, formada por colegiado composto por oitenta (80) membros vitalícios e sete (7) membros honorários, eleitos pelo corpo de cientistas e designados formalmente pelo Sumo Pontífice. A eleição dos membros é realizada em função de suas atividades científicas e qualidades morais, independentemente de fatores como nacionalidade, ideologia ou credo. A presença entre seus membros de diversos detentores de “Prêmios Nobel” contribui ainda mais para realçar as credenciais de excelência da instituição junto à comunidade científica internacional.

No período em que o Professor Carlos Chagas Filho presidiu a instituição (1972 – 1988), a Academia voltou-se mais diretamente para a promoção da paz e à pesquisa sobre desenvolvimento. Atualmente, o Brasil conta com apenas um membro nessa instituição, o Dr. Crodowaldo Pavan (biólogo).

- a **Pontifícia Academia das Ciências Sociais**, instituída em 1994 por João Paulo II, com o objetivo de promover o estudo e o progresso das ciências sociais, econômicas, políticas e jurídicas e colocar à disposição da Igreja elementos de reflexão no desenvolvimento de sua doutrina social. A Academia encontra-se estreitamente vinculada ao Conselho de Justiça e Paz. Segue idêntica modalidade da Academia de Ciências, tanto na conformação de seu corpo acadêmico como na forma de funcionamento autônomo e interdisciplinar. Conta com quarenta membros, sem distinção de confissão religiosa, escolhidos por sua competência nas diferentes disciplinas sociais. Desde o seu surgimento, a instituição vem promovendo eventos sobre temas de interesse e atualidade, como trabalho e emprego, as dimensões sociais da globalização e a temática da solidariedade e justiça para a consecução das Metas do Milênio.

O Chanceler de ambas as Academias, Monsenhor Marcelo Sánchez Sorondo (argentino), tem demonstrado interesse na maior participação de intelectuais brasileiros em uma e outra instituição. Exemplo de seu empenho foi o convite ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para participar da XII Sessão Plenária da Academia, em abril de 2006, que deu ensejo à divulgação das linhas de atuação do MDS. O Chanceler convidou também o Presidente Lula da Silva para fazer o discurso de abertura na Sessão Plenária da Academia, em 2007 e em 2008. Em novembro de 2006, visitou o Brasil a convite da Academia Brasileira de Ciências com o objetivo de discutir a inclusão de cientistas brasileiros em ambas as instituições.

- a **Comissão Pontifícia para a América Latina**, cujo objetivo é assistir financeiramente as Igrejas particulares da América Latina. A Comissão procura favorecer as relações entre as instituições eclesiais da região e a Cúria Romana, bem como entre as instituições eclesiais internacionais e nacionais que atuam na América Latina. Seu presidente é o Prefeito da Congregação para os Bispos. Integram-na, ainda, conselheiros escolhidos entre os Bispos da Cúria Romana ou das Igrejas da América Latina e membros escolhidos entre os eclesiais pertencentes aos diversos dicastérios, ao Conselho Episcopal Latino-Americano e ao episcopado da região.

- a **Prefeitura da Casa Pontifícia**, que se ocupa da ordem interna da Casa Pontifícia, da organização das cerimônias papais e das audiências públicas e particulares do Sumo Pontífice. Os pedidos de audiência privada aos Chefes de Estado e de Governo e os pedidos de lugares especiais para as demais autoridades em audiências públicas são dirigidos a esta unidade.

- o **Pontifício Conselho das Comunicações Sociais** é o órgão responsável pela coordenação das atividades da Santa Sé nas áreas de cinema, rádio e televisão, bem como da formulação e aplicação de diretrizes referentes aos órgãos de comunicação social em geral. Sua origem está na criação, em 1948, pelo Papa Pio XII, da Pontifícia Comissão para a Cinematografia, cujas atribuições foram expandidas por João XXIII. Como reflexo da crescente importância da área, o Conselho foi transformado pelo Papa Paulo VI, em 1964, em Comissão para as Comunicações Sociais. Sua atual denominação foi estabelecida pelo Papa João Paulo II na Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, de 1988.

- o **Tribunal da Rota Romana**, que julga causas apresentadas pelos Bispos, Superiores Maiores das Ordens Religiosas, Dioceses e outras pessoas eclesiais, à luz do Direito Canônico. Trata-se de um tribunal de primeira e segunda instância. Julga, em grau de recurso, outras causas que lhe são destinadas e atua, ainda, na qualidade de tribunal de apelação. O Tribunal da Rota Romana é a última instância nos processos de anulação de casamentos, diversos deles apresentados por brasileiros.

- a **Sala de Imprensa (“Sala Stampa”)** é o órgão oficial de difusão da Secretaria de Estado da Santa Sé. O leigo espanhol Joaquim Navarro-Valls, porta-voz de João Paulo II, foi substituído, em julho de 2006, pelo diretor da Rádio Vaticana e do Centro de Televisão Vaticano, o padre jesuíta Federico Lombardi. A Sala de Imprensa tem credenciados mais de uma centena de jornalistas vinculados a meios de comunicação de grande número de países e divulga diariamente um boletim com informações sobre os principais atos e atividades do Papa, como audiências, nomeações, e visitas.¹⁵

¹⁵ http://www.vatican.va/news_services/press/index.htm.

II. A POLÍTICA EXTERNA DA SANTA SÉ

1. Algumas Características do Relacionamento Diplomático

A Santa Sé é um ativo agente diplomático. Dispõe, como os demais Estados, de direito de delegação ativo e passivo, do exercício de *jus contrahendi* para a negociação de acordos e tratados e capacidade de mediação de conflitos internacionais. Mantém relações diplomáticas com 177 países, dos quais 71 mantêm Embaixadores residentes em Roma. Tem *status* de observadora permanente nas Nações Unidas, com direito a voz. Também é membro pleno ou observador de agências especializadas na família da ONU e outros organismos internacionais¹⁶.

As relações externas da Santa Sé abarcam temas religiosos e temporais. O núncio apostólico é um agente político nessas duas vertentes e para tal conta, em princípio, com o apoio dos sacerdotes do país onde serve, reunidos nas Conferências Episcopais nacionais (a CNBB, no caso do Brasil).

2. Princípios e Posições sobre Temas da Agenda Internacional

A Igreja não renuncia ao que considera seu direito de expressar posições, algumas vezes críticas, a práticas e políticas, de âmbito interno e internacional; com isso, intervém, com maior ou menor intensidade, no debate público dos temas que crê que lhe dizem respeito. Lança mão não só dos ensinamentos dos Evangelhos, mas também do Direito Natural, para ressaltar a existência de princípios universalmente válidos, que podem ser partilhados por meio do apelo à razão por todo ser humano, independentemente da origem nacional, cultural, crença religiosa, orientação política e etnia.

O laicismo deve ser entendido como autonomia da esfera civil e política em relação à esfera religiosa e eclesiástica – mas não à esfera moral. Este é um valor reconhecido pela Igreja como parte do patrimônio civilizacional do Ocidente¹⁷. “São extremamente delicadas as situações em que uma norma especificamente religiosa torna-se - ou tende a tornar-se - lei do Estado, sem que se tenha na devida conta a distinção entre as competências da religião e as da sociedade política. Identificar a lei religiosa com a civil pode efetivamente sufocar a liberdade religiosa e até limitar ou negar outros direitos humanos inalienáveis”¹⁸. Os atos especificamente religiosos (profissão da fé, os atos de culto e os sacramentos, doutrinas teológicas, entre outras) permanecem fora das competências do Estado, que não deve impô-los ou impedi-los, a menos por fundadas exigências de ordem pública. O reconhecimento dos direitos civis e políticos por parte do Estado não pode estar condicionado a convicções religiosas por parte dos cidadãos.

Por outro lado, para a Igreja a proteção dos direitos humanos está ligada ao princípio da “subsidiariedade”, qual seja, a assistência (*subsidium*) por parte do Estado e da sociedade civil, inclusive a Igreja, aos indivíduos, à família e todas as expressões da vida em sociedade

¹⁶ http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/documents/rc_seg-st_20010123_holy-see-relations_it.html.

¹⁷ Concílio Vaticano II, Constituição Pastoral. *Gaudium et Spes*, n. 76.

¹⁸ João Paulo II, Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz de 1991: “Se queres a paz, respeita a consciência de cada homem”, IV, AAS 83 (1991) 410-421.

que permitam o desenvolvimento integral do indivíduo e sua comunidade. Na doutrina da Igreja, o princípio da “subsidiariedade” foi expresso pela primeira vez por Pio XI, na Encíclica *Quadragesimus Annus* (1931), como uma forma de “grande associação” entre Estado e Igreja para a proteção da sociedade. Com João Paulo II, o princípio transformou-se em tema recorrente de seu pontificado e se reflete em documentos apostólicos, como a Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (1982), e a Encíclica *Centesimus Annus* (1991). O princípio vem suscitando debates por dar margem a interpretações inducentes à interferência da Igreja Católica na ação do Estado¹⁹.

A defesa intransigente da vida humana, legado divino, portanto dotada de dignidade e merecedora de respeito, a proteção dos direitos humanos, a promoção da família nos moldes convencionais, o empenho para a preservação da paz, a preocupação com a igualdade dos direitos e deveres dos homens e dos povos, assim como outros princípios inscritos no Evangelho refletem-se na atuação externa da Santa Sé – como também junto à opinião pública interna e parlamentares – e dão fundamento a suas posições nas negociações de acordos bilaterais e foros multilaterais.

As Nações Unidas são um dos *locus* principais para a vocalização de tais valores, seja pela voz dos Pontífices seja por intermédio dos Representantes Permanentes da Santa Sé. João XXIII, na Encíclica *Pacem in Terris* ressaltava a importância da ONU e do Direito Internacional. A comunidade das nações, segundo ele, devia ser governada pela força da lei, não pela lei do mais forte. Em discurso na Assembléia Geral de 1965, Paulo VI classificou a Igreja como “especialista em humanidade”. Segundo João Paulo II, a ONU contribui de forma notável “à promoção do respeito aos direitos humanos, à liberdade dos povos e às necessidades de desenvolvimento; desta forma prepara terreno cultural e institucional para a construção da paz”²⁰.

Bento XVI ainda não tomou parte no Debate Geral da Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU). Tem aproveitado as cerimônias de apresentação de cartas credenciais, a alocução anual ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, as audiências públicas das quartas-feiras ou os *Angeli* dos domingos para manifestar-se sobre conflitos regionais, desenvolvimento, direitos humanos e questões conexas, em consonância com o “papel da Igreja de iluminar consciências”. Para o Pontífice, a verdade, a justiça e o perdão constituem a base para a paz entre os povos.

Durante sua recente visita aos Estados Unidos, no período de 16 a 20 de abril último, o Papa Bento XVI discursou, pela primeira vez, no Plenário das Nações Unidas. O pronunciamento do Papa na sede das Nações Unidas, no dia 18, coincidiu com o 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Seu discurso, portanto, pautou-se pelos temas contidos na Declaração, com vistas a oferecer ao mundo um “roteiro de paz”, fundado no Direito Natural, com ênfase no direito à vida, na defesa da proteção ao ser humano, da concepção até a morte natural, na promoção da tolerância e da compreensão entre culturas e religiões diversas. Note-se que, em 26 de março passado, Bento XVI recebeu em audiência o Presidente da 62ª AGNU, Srgjan Kerim, com quem teria abordado ampla gama de questões

¹⁹ Università Cattolica del Sacro Cuore. Dizionario di Dottrina Sociale della Chiesa (Scienze Sociali e Magistero). Milão, Vita e Pensiero, 2004.

²⁰ Joao Paulo II, Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2004.

da agenda internacional, tais como o impacto da globalização no acirramento das desigualdades sociais e a necessidade de esforços no sentido do desarmamento.

Quanto a temas políticos, para a Santa Sé, “as armas de destruição em massa (biológicas, químicas ou nucleares) representam uma ameaça particularmente séria para o planeta. Os que as possuem têm uma enorme responsabilidade perante Deus e toda a humanidade. O desarmamento, a não-proliferação e a proibição de testes nucleares são objetivos intrinsecamente interconectados, que devem ser por meio de controles internacionais efetivos”²¹. O Observador Permanente na ONU manifestou a profunda preocupação da Santa Sé com “a paralisação das negociações multilaterais sobre desarmamento e não-proliferação”, e propôs fossem estabelecidos vínculos entre as preocupações humanitárias e aquelas ligadas a desarmamento e desenvolvimento.”

A Santa Sé favorece o estabelecimento de um marco regulatório adequado para o comércio de todos os tipos de armas convencionais, assim como de uma normatização para transferência de *know-how* e tecnologia para sua produção. Por outro lado, reconhece que existe um autêntico ‘mosaico’ de leis nacionais de exploração de tal comércio, do qual se aproveitam os traficantes de armas ²². O Observador Permanente nas Nações Unidas referiu-se às últimas negociações do Tratado sobre o Comércio de Armas (2006) como “debates estéreis das Nações Unidas”, que partem de posições preconcebidas e não demonstram vontade política. Propôs seja considerado o “lado humano” do comércio de armas, i.e., o elevadíssimo custo em vidas humanas²³.

A condenação ao terrorismo pela Santa Sé baseia-se precisamente no fato de que “utiliza vidas inocentes como meios para alcançar seus objetivos, mostrando deste modo desdém e desprezo absoluto pela vida e pela dignidade humanas. A estratégia antiterrorista não deve sacrificar os direitos fundamentais em nome da segurança, nem corroer os autênticos valores a serem protegidos ou alienar amplos setores da população mundial; caso contrário estaria diminuída a força moral de tais medidas. Uma Convenção ampla sobre o terrorismo deveria deixar claro que nenhum motivo pode justificar ou legitimar a morte ou mutilação deliberada de populações civis. A luta contra o terrorismo deveria compreender corajosos e resolutos objetivos políticos, diplomáticos e econômicos, para minorar as situações de opressão e marginalização que contribuem para a formação de terroristas”²⁴.

Para a Santa Sé, a tutela dos milhões de refugiados dispersos pelo mundo globalizado requer maiores compromissos econômicos e maior abertura política e cultural por parte dos Estados²⁵. A comunidade internacional estaria fracassando em sua missão de solidariedade e

²¹ Joao Paulo II, alocução ao corpo diplomático em janeiro de 1996.

²² documento do Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz, de 1994.

²³ Intervenção do Observador Permanente da Santa Sé nas Nações Unidas, em Nova York, o Arcebispo Celestino Migliore, no dia 05 de outubro de 2006

²⁴ Intervenção do Observador Permanente da Santa Sé nas Nações Unidas, em Nova York, o Arcebispo Celestino Migliore, perante a Assembléia Geral da ONU, 16/10/ 2006.

²⁵ Intervenção do Observador Permanente da Santa Sé junto aos órgãos da ONU sediados em Genebra, o Monsenhor Silvano Tomasi em palavras pronunciadas na LVII sessão do Comitê Executivo da ACNUR, em 3/10/ 2006

proteção aos menos favorecidos. A seu juízo, é necessário definir com clareza a diferença entre os migrantes e os refugiados, de forma a evitar riscos para os que requerem asilo político. E ainda, o conceito legal de asilo vem sofrendo deterioração em seu significado e aplicação, em função da prevalência da legislação nacional de alguns países, ou mesmo de acordos bilaterais sobre as leis internacionais que regem a matéria. A proteção aos refugiados e aos que solicitam asilo requer marco legal adequado, vontade política e a cooperação para implementá-la, além de recursos financeiros. A Santa Sé tem dado apoio à população migrante e aos refugiados por meio da “*Caritas*” e dos Serviços Católicos de Apoio. Bento XVI designou o ex-Diretor-Geral do GATT, Peter Sutherland, seu consultor para esses temas.

A Santa Sé espera que o **Tribunal Penal Internacional (TPI)** seja instrumento efetivo para a proteção dos direitos humanos. Tal será possível se o TPI vier a fazer valer o Direito Internacional de maneira efetiva. Seu apoio àquela corte foi demonstrado por meio de uma contribuição simbólica ao Fundo das Nações Unidas destinada à estruturação do Tribunal.

A Santa Sé defende a **atuação da ONU na prevenção e solução de conflitos**: “É certo e justo que as Nações Unidas intervenham a tempo e de maneira adequada para restaurar a justiça. Um dos pontos centrais da agenda da Organização deve ser a capacidade de monitorar e equacionar conflitos por meio de negociações, antes que se registrem recursos a métodos violentos”.

No **campo econômico**, o Papa Paulo VI já notava, na Encíclica *Populorum Progressio*, que “o livre comércio só pode ser definido como justo quando se atém às exigências da justiça social.” A Santa Sé vem ressaltando as oportunidades e riscos da globalização. Aponta, entre as ameaças, a tendência ao aumento da desigualdade entre os Estados, da concentração de renda no âmbito nacional, o aumento relativo da pobreza e a deificação do mercado. Propõe que a globalização se processe num contexto de solidariedade, o que implica a defesa intransigente dos direitos humanos.

Nos últimos anos, vem sendo ressaltada a necessidade de eliminação dos desequilíbrios estruturais entre as economias do Norte e do Sul, inclusive por meio da conclusão das **negociações de Doha**. O documento da Santa Sé sobre a Conferência Ministerial da OMC de 2006, em Hong Kong, ressaltava a importância de se “reencontrar o espírito de Doha de cinco anos atrás, quando se chegou à declaração conjunta sobre o desenvolvimento e a redução da pobreza, com a intenção específica de se aprimorar a efetiva participação dos países menos desenvolvidos no sistema comercial multilateral”²⁶.

A Santa Sé aplaudiu a decisão do G-8 quanto ao **cancelamento da dívida** de 18 países em desenvolvimento e a intenção de estender a iniciativa a outros 20 Estados. Exortou os governos dos países mais ricos a perseguirem as metas estabelecidas pela Cúpula do Milênio.

O Cardeal Sodano, então Secretário de Estado, representou o Papa na Reunião de Líderes Mundiais sobre o **Combate à Fome e à Pobreza**, convocada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2004. Têm sido frequentes e enfáticos os pronunciamentos do Papa Bento XVI sobre o tema. Durante a celebração do Ângelus do dia 12 de dezembro passado, o Papa reiterou a necessidade de se “eliminar as causas estruturais ligadas ao sistema de governo da economia mundial, que destina a maior parte dos recursos do planeta a uma minoria da população”. Lembrou o empenho de seus predecessores no mesmo sentido e

²⁶ Matéria divulgada pela Rádio Vaticana, em 14 de julho de 2006

afirmou que a “reconversão do modelo de desenvolvimento global” torna-se uma exigência à vista não só do “escândalo da fome”, mas também das “emergências ambientais e energéticas”²⁷.

Em recente discurso realizado na Comissão para o Desenvolvimento Sustentável do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o Observador Permanente da Santa Sé, Monsenhor Celestino Migliore, teceu considerações sobre a **crise alimentar mundial**. Sublinhou a dimensão do desafio que representa para a comunidade internacional a atual crise alimentar e defendeu a idéia de que o fenômeno deve ser visto como resultado da interação de fatores diversos. Enfatizou a ligação entre agricultura, desenvolvimento rural, reforma agrária, secas e desertificação, e observou que a crise alimentar “não deveria ser medida apenas com base no aumento dos preços nos mercados internacionais de alimentos, mas também nos custos físicos, mentais e espirituais que incidem sobre aqueles que não estão habilitados a satisfazer suas próprias necessidades e as necessidades de suas famílias”. Em seguida, afirmou que “investimentos a longo prazo e programas de agricultura sustentável, em âmbito local e internacional, continuam sendo fundamentais para as perspectivas de desenvolvimento de muitas pessoas”. Esclareceu que “tais investimentos devem ser feitos de modo a equacionar tanto os preços dos alimentos como a distribuição e produção de alimentos no mundo, em particular na África”. De acordo com o Monsenhor, “deve-se cuidar para que sejam atendidas as necessidades fundamentais dos cidadãos e para evitar que o diálogo seja reduzido a extremos econômicos e ambientais egoístas e ideologizados”. Por fim, o representante da Santa Sé asseverou que, “se por um lado a atual crise alimentar representa uma ameaça imediata para o desenvolvimento, por outro a sociedade deve continuar a enfrentar desafios persistentes e imediatos como mudanças climáticas, subsídios agrícolas distorcidos, comércio iníquo, degradação ambiental e reforma agrária”.

O Cardeal Renato Martino, Presidente do Conselho Pontifício de Justiça e Paz, comprou, em nome do papa, a primeira ação do **Fundo Financeiro Internacional para Imunização (IFFIM)**. Na oportunidade, afirmou que o combate à pobreza extrema no mundo exige a efetiva implementação de medidas que já foram objeto de compromisso, como a destinação de 0,7% do PIB dos países ricos (chamada ajuda oficial ao desenvolvimento – ODA, sigla em inglês). Referiu-se igualmente à necessidade de se promover o cancelamento integral da dívida multilateral e bilateral de países altamente endividados, bem como a reestruturação ou alívio da dívida de países em desenvolvimento. Mencionou ainda os conflitos armados, a corrupção, o impacto da malária, AIDS e tuberculose, como fatores que contribuem para o aprofundamento da pobreza.

O **trabalho** é considerado um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico, mas também moral e cultural dos povos. É, portanto, um dos direitos essenciais do ser humano, fundamental à sua existência e condição inalienável da dignidade humana. A democracia só alcançará plenamente seus objetivos de assegurar justiça social se cada ser humano tiver acesso aos elementos básicos da vida, entre eles o trabalho²⁸. Condenados são, portanto, o trabalho escravo e de menores, assim como o tráfico de pessoas.

²⁷ Alocução de Bento XVI no Ângelus dominical de 12 de novembro de 2006

²⁸ Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz. *Compendium of the Social Doctrine of the Church*. Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, 2004.

A Santa Sé identifica na promoção dos **direitos humanos** um pilar adicional da paz mundial e uma das principais contribuições que as Nações Unidas podem trazer ao mundo atual. O ser humano é visto como *imago Dei*, criação divina²⁹; daí advém sua dignidade e sua centralidade na criação. “Diferenças culturais podem dar espaço a distintas interpretações sobre a questão. A natureza humana, que é o fundamento comum à sociedade humana, não permite que direitos humanos básicos sejam obliterados ou subordinados em nome de outros direitos” ou do “pretexto da inviolabilidade dos assuntos internos de um Estado”.

A Santa Sé ressalta a importância do respeito a três ‘direitos primários’: o direito à vida, à liberdade religiosa e à liberdade de pensamento e expressão³⁰.

Nos exercícios multilaterais sobre **temas do relacionamento inter-pessoal e bioéticos**, a Santa Sé tem-se oposto ao conceito de direitos reprodutivos, aborto, união entre pessoas do mesmo sexo e a pesquisas com células-tronco.

A Encíclica *Humanae Vitae*, de Paulo VI, proíbe **contracepção e aborto**. João Paulo II, na Encíclica *Centesimus Annus*, reafirma o direito à vida, do qual é parte integrante o direito da criança de se desenvolver desde a concepção. Em sua Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, João Paulo II declarou como direito primeiro “o direito à vida desde a concepção até a morte natural”. Afirmou, ainda, que os católicos em funções legislativas têm a “clara obrigação de se opor” a qualquer lei que represente um atentado à vida humana³¹. Bento XVI reiterou esses princípios em audiência concedida aos participantes do Congresso Internacional sobre a Lei Moral Natural, em 11 de fevereiro de 2007.

A persistente rejeição a métodos **contraceptivos** tem gerado fortes críticas à Igreja face ao flagelo do HIV. O Conselho Pontifício para os Operadores Sanitários e para a Pastoral da Saúde informa que a contribuição da Igreja no combate ao HIV/AIDS é feita por intermédio do Instituto do Bom Samaritano, que distribui antirretrovirais a populações carentes, independentemente do credo que professem. Entidades ligadas à Igreja, como a Caritas e a Comunidade Santo Egídio, também atuam nesse campo, com prioridade para os países africanos. Para a prevenção da doença, a Santa Sé continua a pregar a abstinência e a fidelidade conjugal.

A rejeição ao conceito de saúde reprodutiva - por entender que dá amparo à prática do aborto - levou a Santa Sé a não aprovar a Convenção para Proteger Direitos dos Portadores de Deficiência³². A mesma percepção motivara sua rejeição à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher (CEDAW).

Quanto à **bioética**, o Conselho Pontifício da Família publicou o “Lexicon: Termos Ambíguos e Discutidos sobre Família, Vida e Questões Éticas”, poucas semanas antes da discussão, na VI Comissão da LIX Assembléia Geral das Nações Unidas (2004) de projeto de resolução

²⁹ Genesis 1:27.

³⁰ Discurso do Secretário para as Relações com os Estados da Santa Sé, Monsenhor Giovanni Lajolo, na 61ª. Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em outubro de 2006.

³¹ João Paulo II, Carta Enc. *Evangelium Vitae*, n. 22, AAS 87 (1995) 401-522.

³² Intervenção do Observador Permanente da Santa Sé nas Nações Unidas, em Nova York, o Arcebispo Celestino Migliore, perante a Assembléia Geral da ONU, em 13 de dezembro de 2006.

relativa à convenção internacional contra a clonagem de seres humanos, que também envolve pesquisas sobre células-tronco para fins terapêuticos.

A Igreja admite apenas as pesquisas com células-tronco adultas e cordões umbilicais, já que a manipulação de células de embriões encerraria questões éticas e teria duvidosa eficácia. A posição apóia-se em três pilares: o biológico, segundo o qual, desde o primeiro estágio do desenvolvimento do embrião, estaria presente uma individualidade biológica humana; o biográfico, pelo qual destruir um embrião é o mesmo que impedir o nascimento de um ser humano; e o ético, porque o embrião merece respeito; agir de forma diversa equivaleria a cometer um homicídio³³.

Para a Igreja, a família é a “célula vital da sociedade” e “a primeira sociedade natural”. Tais conceitos, de origem bíblica, foram reiterados por vários Papas³⁴. A família é apresentada como “o lugar primário de ‘humanização’ para a pessoa e a sociedade” e “o berço da vida e do amor”³⁵. Para Bento XVI, ela não depende do arbítrio do homem, e sim da responsabilidade para com a sociedade. Desses dois conceitos advém a defesa do matrimônio como “sacramento, para ser observado entre um homem e uma mulher, abertos à aceitação da vida pelo amor conjugal, obrigados moralmente à paternidade e à maternidade responsáveis, tendo por diante a tarefa de educação dos filhos, cujos direitos e dignidade devem ser respeitados”³⁶. João Paulo II já endossara o parecer do então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, segundo o qual, “perante as leis modernas em matéria de divórcio, não se pode, de maneira nenhuma, colocar juridicamente no mesmo plano a família e outras formas de convivência; nem estas podem receber um reconhecimento legal”³⁷. O divórcio e o segundo casamento foram recentemente qualificados pelo Pontífice como “uma praga da sociedade moderna”. A família monoparental é vista como um risco de longo prazo para a sociedade, devido ao prejuízo psicológico e moral para a formação da prole.

O Papa condena a criação de normas jurídicas para uniões entre pessoas do mesmo sexo, porque nelas haveria “o desprezo ao corpóreo”, não em favor da dimensão espiritual, mas como uma forma de “alienação do próprio corpo”, que termina “por destruir (o ser humano)”. Foi eloquente a oposição da Santa Sé ao projeto de resolução apresentado na Comissão de Direitos Humanos, em 2003, sobre não-discriminação de indivíduos por opção sexual. O

³³ Pontificia Academia Pro Vita. *L'Embrione Umano nella Fase del Preimpianto*, Libreria Editrice Vaticana, 2006.

³⁴ : “o homem não deve ficar sozinho” (Gen 2:18); do texto que narra a criação do homem emerge, segundo o plano de Deus, o casal como “o primeiro modo de comunhão *entre* pessoas” (Concílio Vaticano II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, 12:AAS 58(1966), 1034, Eva foi criada como Adão para completá-lo, de modo a formar com ele “uma só carne” (Gen 2:24; cf. Mt 19:5-6). Assim, os dois estarão envolvidos no trabalho da procriação, o que os torna participantes do plano divino da criação: “crescei e multiplicai-vos, e preencham a terra” (Gen 1:28).

³⁵ João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Gaudium et Spes*, 12:AAS 58 (1966), 1034.

³⁶ Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz. *Compendio da Doutrina Social da Igreja*, Libreria Editrice Vaticana, 2004.

³⁷ Nota doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política. Congregação para a Doutrina da Fé, 16 de janeiro de 2003 (aprovada por João Paulo II na Audiência de 21 de Novembro de 2002 com a instrução de que fosse publicada).

projeto de lei sobre o pacto de uniões estáveis vem sofrendo forte oposição de parlamentares católicos.

No tocante ao **meio ambiente**, a Santa Sé considera que a defesa dos recursos naturais é imprescindível para o desenvolvimento da vida do homem na terra. Embora sabendo que os recursos são finitos, o homem continua a desfrutar deles como se fossem ilimitados. João Paulo II, em sua mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1990, afirmou, com base no Gênesis (1,28), que “Deus deu a terra ao homem para que ele a domine”, mas que “dominar não significa desfrutar, mas proceder com responsabilidade ante a natureza”. E ainda, “o exercício da responsabilidade moral frente ao meio ambiente é facilitado pela percepção da relação íntima que une o homem à natureza, que faz com que ele se sinta parte dela. Essa relação não prescinde da relação com Deus. Ao contrário, o homem se sente parte da natureza enquanto parte da criação, e acolhe o convite divino à sua responsabilidade frente à natureza”³⁸.

Ainda sobre a proteção ao meio ambiente, a Santa Sé reconhece que é necessária maior conscientização da interdependência de todos os habitantes do planeta de modo a enfrentar problemas ecológicos graves. A questão ecológica não deve ser encarada apenas pelo temor de desastres ambientais; precisa ser vista como forte motivação para a demonstração efetiva de solidariedade autêntica e universal.³⁹

3. Sumário das Relações Bilaterais com Algumas Regiões e Países

Na **América Latina**, a importância da religião católica na formação de todos os países e cinco séculos de evangelização resultaram na formação da maior população católica do planeta.

As Conferências-Gerais do Episcopado Latino-Americano (CELAM), ocorridas no Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979), São Domingos (1992) e Aparecida do Norte (2007), são marcos importantes da história da Igreja na região. As reuniões de Medellín e Puebla interpretaram, nas orientações do Concílio Vaticano II, a “opção preferencial pelos pobres”, sob o prisma da Teologia da Libertação. Não foram poucos os atritos entre o clero da região e os governos militares de diversos países latino-americanos nos anos 60 e 70. Em dois documentos da Santa Sé, preparados pela Congregação da Doutrina da Fé, *Libertatis Nuntius* e *Libertatis Conscientia*, a Igreja afirmou que, muito embora mantivesse compromissos de promoção social, não poderia aceitar a utilização de “categorias reducionistas de inspiração ideológica ou sociológica” incorporadas na Teologia da Libertação, incompatíveis com a doutrina.

Dois livros de um dos teólogos da libertação, o Padre jesuíta Jon Sobrino, mereceram recente “notificação” (crítica) da Congregação para a Doutrina da Fé por ressaltarem o caráter histórico de Jesus em detrimento de sua natureza divina. O sacerdote refutou as alegações, porém não encontrou apoio entre seus pares. Este ato pode ser indicativo do prosseguimento da diluição das conclusões das reuniões de Puebla e Medellín, o que se fez sentir na IV CELAM (1992). Note-se que a criação da Conferência Episcopal Latino-Americana é

³⁸Università Cattolica del Sacro Cuore. Dizionario di Dottrina Sociale della Chiesa (Scienze Sociali e Magistero). Milão, Vita e Pensiero, 2004.

³⁹ João Paulo II, Carta Enc. *Centesimus Annus*, n. 36, AAS 83 (1991) 838-840

decorrência de proposta feita por D. Helder Câmara a Pio XII, em 1950. A América Latina é o único continente a contar com uma Conferência Episcopal da qual participam diversos bispos de cada país; na Conferência Episcopal da União Européia tomam parte apenas os Cardeais Primazes. A América Latina é também a única região a contar com um órgão específico da administração da Santa Sé, a Pontificia Comissão para a América Latina, subordinada à Congregação dos Bispos.

Apesar do episódio Sobrino, o foco da atenção da Santa Sé na América Latina parece não estar mais concentrado na esfera político-ideológica; o terreno pastoral tornou-se prioridade. Assim o demonstra o tema principal da V CELAM: a Igreja aprovou no encontro estratégias que promovam “novo impulso evangelizador”. Os desafios da região identificados pela Igreja são diversos: a migração, com suas repercussões familiares e religiosas; as transformações culturais geradas pela mídia; a secularização; os efeitos sociais da globalização; a pobreza; a violência; o narcotráfico; e os danos ambientais, entre outros. Porém, a esfera de competência precípua da Igreja refere-se à progressão geométrica das seitas neo-pentecostais, fenômeno acentuado em toda a América Latina, que tem como pano de fundo as questões acima apontadas.

Dificuldades e preocupações mais acentuadas com alguns países da região têm-se manifestado, em declarações do Pontífice, ações dos nuncios e autoridades eclesiais ou na imprensa vaticana.

Dois eventos, em tempos recentes, influenciaram negativamente as relações entre a Santa Sé e o Governo da **Argentina**. Em fevereiro de 2005, o Bispo Castrense (capelão-mor das Forças Armadas), referiu-se ao Ministro da Saúde, que defendera a despenalização do aborto, com palavras que evocavam a ditadura militar⁴⁰. A solicitação do Presidente Kirchner de que a Santa Sé destituisse o bispo até hoje não foi atendida. O dissenso assume maiores proporções em função da vinculação jurídica entre Igreja e Estado; o orçamento da União prevê subvenção às atividades eclesiais, destinada, inclusive ao pagamento de salários dos sacerdotes. Em outubro de 2006, surgiu novo atrito com a candidatura do Bispo de Iguazu à Assembléia de Misiones, em oposição ao Governador daquela província, apoiado pelo Presidente da República.

As relações com a **Venezuela** apenas recentemente superaram a fase de turbulência decorrente do alegado apoio ao golpe de estado contra o Presidente Chávez por parte do então Arcebispo de Caracas (Presidente da Conferência Episcopal Venezuelana) e do Nuncio Apostólico. A crise, entre outras consequências, levou o governo venezuelano a deixar a Embaixada no nível de encarregado de negócios por quatro anos. Aposentado o cardeal e removido o nuncio, o Presidente Hugo Chávez nomeou um Embaixador junto à Santa Sé e visitou o Papa. O pedido do novo cardeal para a reconsideração da decisão do Presidente relativa a empresas de energia e telecomunicações pode ter reaberto o desentendimento entre a Igreja e o Estado. Declaração recente da mesma autoridade eclesial desaprovava a política externa de Chávez e a ajuda financeira a países da região, num momento em que a Venezuela enfrenta tantos problemas internos.

⁴⁰ “Caberia amarrar-lhe uma pedra no pescoço e jogá-lo ao mar”

Em seu discurso ao corpo diplomático em janeiro de 2007, o Papa manifestou preocupação com a guerrilha na **Colômbia** e deplorou o impacto de grupos armados na população civil, inclusive pelo deslocamento forçado de comunidades das áreas de guerrilha.

No **Paraguai**, a candidatura do Bispo Emérito Fernando Armindo Lugo Mendez à Presidência da República, anunciada no Natal de 2006, como candidato de segmentos da oposição na disputa com o Partido Colorado, gerou forte reação da Cúria. O Papa denegou seu pedido de “demissão do estado clerical”, por meio de carta, tornada pública, do Prefeito da Congregação para os Bispos, mas suspendeu Lugo “Ad Divinis”, na mesma oportunidade, das funções sacerdotais. Porém, Lugo não pode deixar de ser bispo, por força da “graça da consagração episcopal (...), um serviço aceito para sempre”. Recordou a carta, ademais, que a redução jurídica ao estado laical, que pleiteava, nunca é concedida aos bispos, porque “a plenitude do sacerdócio recebido na ordenação episcopal obriga em grau máximo a fidelidade a Cristo e à Igreja para a vida inteira”. Sua candidatura à Presidência, que tem o apoio de setores da oposição e de movimentos indígenas e camponeses, esbarra ainda na Constituição paraguaia, que proíbe aos ministros de qualquer culto que “assumam a direção do país”. Contudo, Fernando Lugo prosseguiu sua campanha e ganhou as últimas eleições.

O Papa Bento XVI decidiu conceder a redução ao estado laico ao Presidente-eleito do Paraguai, Fernando Lugo, que, até então, se encontrava suspenso “Ad Divinis”. O anúncio, feito pelo Núncio Apostólico naquele país, Arcebispo Orlando Antonini, informa que, “havendo examinado com todo cuidado as circunstâncias”, o Santo Padre “concedeu-lhe a perda do estado clerical, com a conseqüente perda dos direitos inerentes” à sua condição de Bispo. A decisão põe fim ao problema criado com a candidatura e a vitória eleitoral de Lugo, em razão da inexistência de previsão clara no Direito canônico para o caso. O Papa exortou o “Senhor” Lugo “a ser fiel à fé católica, na qual foi batizado, e a levar uma vida coerente com o Evangelho”. Lugo pediu perdão à Igreja Católica e, em particular, ao Papa, pela “dor provocada pela sua desobediência às leis canônicas”.

Na **Bolívia**, o Cardeal de Santa Cruz aceitou mediar os atritos entre autoridades da região e movimentos de camponeses e “cocaleiros”, em resposta a solicitação dos Governadores dos departamentos de Cochabamba, Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija. Em janeiro passado, o Papa enviou mensagem ao Cardeal, em que manifesta sua expectativa de que “a violência se transforme em colaboração e efetivamente promova o bem comum.”

No **Chile**, a alta hierarquia católica manifestou pesadas críticas à política de saúde da Presidente Bachelet por disponibilizar “pílulas do dia seguinte” de forma gratuita na rede de hospitais públicos, inclusive para menores de idade, dispensando para tanto o assentimento dos pais.

No que tange aos **Estados Unidos**, a Santa Sé só estabeleceu relações diplomáticas com o país em 1984, em contexto marcado pela cooperação entre o Presidente Ronald Reagan e João Paulo II no combate ao comunismo na Europa do Leste. A Santa Sé valoriza o relacionamento com os EUA, especialmente com o Governo Bush, pelas afinidades nas esferas moral, de educação, família e bioética. Contudo, Bento XVI não deixa de ressaltar, em suas homilias e discursos, princípios como o primado do direito internacional na solução de conflitos, o respeito aos direitos humanos mesmo em tempos de guerra, entre várias outras questões.

Desde agosto de 2002, a iminência do ataque ao Iraque suscitou intensa atividade diplomática da Santa Sé para evitar a guerra, e do Governo norte-americano junto à Cúria Romana para explicar a invasão. João Paulo II enviou, como emissário a Washington, o Cardeal Laghi,

portador de mensagem na qual insistia fossem percorridas todas as vias pacíficas possíveis para evitar a ação armada e, como emissário a Bagdá, o Cardeal Etchegaray para interlocução profunda com a liderança iraquiana, especialmente com Tarik Aziz (cristão druzo). Concretizada a invasão, as publicações ligadas à Santa Sé negavam a legitimidade do ataque pela inexistência de armas de destruição em massa. As prisões em Guantánamo de centenas de alegados talibãs, entre os quais anciãos e adolescentes, sem que lhes fosse reconhecida a condição de prisioneiros de guerra, eram qualificadas de aberrantes. À época, o Secretário para as Relações com os Estados, Jean Louis Tauran, chegou a qualificar o conceito de “guerra preventiva” como “crime contra a humanidade”. Comunicado oficial, emitido logo após o início da invasão do Iraque, afirmava: “quem decide que estão esgotados os meios pacíficos propiciados pelo Direito Internacional assume grande responsabilidade perante a Deus, à própria consciência e à história”.

George W. Bush, sua esposa, o Vice-Presidente Dick Cheney e o Secretário de Estado Colin Powell mantiveram encontros com João Paulo II.

Bento XVI concedeu audiência à Secretária de Estado Condoleezza Rice, na qual o tema central foi a proliferação de acusações de abuso sexual por parte de padres católicos nos Estados Unidos, alguns dos quais contra alunos de seminários e escolas secundárias. As ações legais contra os sacerdotes e as sentenças dos tribunais norte-americanos têm provocado verdadeira sangria nos cofres das dioceses. O Presidente Bush visitou Bento XVI no Vaticano, em 9 de junho de 2007.

O Papa Bento XVI visitou os Estados Unidos (Washington e Nova York) entre os dias 15 e 20 de abril de 2008. Foi a oitava visita Papal aos Estados Unidos, desde o discurso de Paulo VI nas Nações Unidas em 1965, e apenas a segunda a Washington, depois que João Paulo II foi recebido pelo Presidente Jimmy Carter na Casa Branca, em 1979. Durante sua visita, Bento XVI tomou cuidados especiais para evitar a exploração político-eleitoral de sua visita. Em diversas oportunidades, salientou que sua viagem aos EUA tinha dois objetivos principais: (1) celebrar, em visita pastoral, os 200 anos da reorganização da Igreja Católica nos EUA, com a elevação de Baltimore à condição de Arquidiocese e a criação de quatro novas Dioceses; e (2) atender a convite para visitar as Nações Unidas e dirigir-se à Assembléia-Geral, em data próxima ao 60º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos. Apenas secundariamente, no programa da visita, aparece a entrevista com Bush. Em discurso sobre política externa, defendeu explicitamente o multilateralismo, as Nações Unidas, o direito internacional e a solução diplomática dos conflitos, todos temas em que a posição da Santa Sé se distancia da do Governo Bush.

Os Estados Unidos, ao lado da Alemanha, estão entre os maiores provedores de ajuda à Igreja Católica, sob a forma de transferências financeiras para cursos, programas de intercâmbio e outras modalidades de apoio.

Na Europa, a tradição quase bi-milenar ininterrupta de Papas europeus e a presença maciça, ainda hoje, de prelados de origem européia na Cúria Romana, contribuem decisivamente para imprimir um caráter fortemente eurocêntrico ao governo da Igreja. O Papa Bento XVI tem ressaltado que as estruturas diocesanas e o cristianismo desempenharam papel decisivo na formação do próprio conceito de Europa. Quando da negociação do Tratado Constitucional da União Européia, a Santa Sé insistia no reconhecimento explícito das raízes cristãs da cultura

européia no preâmbulo, o que foi rejeitado. Foram, entretanto, incorporadas cláusulas sobre liberdade de religião e sobre o diálogo regular entre a UE e a Igreja.

Ao receber em audiência os participantes do Congresso da Comissão Episcopal da Comunidade Européia, o Papa fez declarações adicionais sobre o tema: “não é possível edificar uma autêntica casa comum européia sem considerar a identidade dos povos do continente, composta de valores universais” e o “papel fundador” do cristianismo”. A Europa “parece contestar a existência de valores universais e absolutos, (numa) singular forma de apostasia contra si mesma”.

A Igreja tem enfrentado no continente europeu o desafio de manter sua influência na conformação das políticas públicas. Eutanásia, aborto, reconhecimento da união entre o mesmo sexo já não são vedados em alguns países europeus, contrariamente ao que determina a orientação da Igreja católica.

A menção às raízes cristãs do continente fora recentemente reavivada pela Chanceler da Alemanha Angela Merkel que, em visita ao Papa, em agosto de 2006, afirmou: “uma identidade européia, na forma de um Tratado Constitucional, deveria estar ligada ao cristianismo e a Deus, pois o cristianismo forjou a Europa de maneira decisiva”.

A nacionalidade comum entre Merkel e o Papa cria condições para um relacionamento estreito entre ambos, sublinhado pela orientação político-religiosa da Chanceler. Ademais, aquele país é o segundo maior contribuinte para as atividades pastorais, em função da destinação de percentual do imposto de renda devido por pessoas físicas para a Igreja católica. A insistência da Alemanha na consecução do Tratado Constitucional embute tentativa de reintrodução do tema das raízes cristãs na agenda da União Européia.

Na Itália, o forte peso da Igreja na política faz-se sentir de forma especial no inconsciente coletivo e na política. Episódios recentes são exemplo dessa influência. A Conferência Episcopal Italiana (CEI) lançou ferrenha campanha contra a reforma da lei sobre fecundação assistida, submetida a *referendum* em junho de 2005. A conclamação à abstenção do eleitorado visava tornar o referendo inválido por falta de quorum. O Cardeal Camilo Ruini, Presidente da CEI até 07 de março de 2007, salientou que a abstenção representaria a rejeição também ao uso de referendo para tratar de assuntos complexos, como os fundamentos humanos e morais da civilização ocidental. A posição da Igreja foi vencedora ⁴¹.

O projeto de lei dos partidos de centro-esquerda no sentido de ampliar os direitos e deveres advindos do casamento às pessoas que convivem em união estável, independentemente do sexo, provocou tal dissenso com a centro-direita que terminou por ser omitido na lista de prioridades apresentadas por Romano Prodi como pré-requisito para formar novo governo; a data para sua apreciação no Parlamento não está ainda marcada. O novo Presidente da CEI, Cardeal Angelo Bagnasco, reiterou a oposição de seu antecessor ao projeto, por considerá-lo um ataque à família nos moldes tradicionais e uma manobra para conferir o reconhecimento jurídico a uniões entre pessoas do mesmo sexo. Mais ainda, instou os congressistas católicos a se oporem ao projeto. Alguns parlamentares de esquerda vêm na pressão da Igreja uma interferência indevida em assuntos do Estado; alguns chegam a se declarar favoráveis à

⁴¹ Participaram apenas 25,9% dos italianos habilitados a votar, percentual muito aquém dos 50% necessários para tornar a consulta válida.

revisão e denúncia do Tratado de Latrão. O projeto tem mobilizado intensamente a sociedade, que se vem manifestando em vistosas passeatas.

A legislação fiscal da Itália prevê a destinação de oito por mil do imposto de renda devido pelas pessoas físicas para o apoio a algumas religiões; caso o contribuinte não especifique um dos credos listados, o montante é carreado automaticamente para o Estado ⁴².

As relações com a **Turquia** deterioraram-se em 2003, em função de artigo em que o então Cardeal Ratzinger se manifestava contrário ao ingresso do país na União Européia, por não compartilhar das raízes cristãs do continente. A seu juízo, à época, Ancara daria melhor contribuição à estabilidade mundial se constituísse um agrupamento com países islâmicos moderados. Convidado pelo Patriarca ortodoxo a visitar Istambul por ocasião das festividades de Santo André, patrono do país, e sendo a Igreja ortodoxa subordinada ao Estado, o Papa necessitava de convite do Chefe de Governo turco, o que tardou quase um ano. Sua visita à Turquia, em dezembro de 2006, foi precedida de tensão acrescida pelo discurso de Ratisbona. Contrariamente às expectativas de insucesso, a visita constitui esforço positivo de superação dos mal-entendidos. Bento XVI não fez declarações ou esboçou gestos que pudessem ferir suscetibilidades. Cumpriu fielmente o protocolo canônico e o programa, que incluía visita à Mesquita Azul de Istambul, onde orou, voltado para Meca, entre outros gestos simbólicos de respeito a Maomé.

Com relação à **Crise no Cáucaso**, o Papa Bento XVI fez apelo por um cessar-fogo imediato entre a Rússia e a Geórgia no conflito deflagrado na Ossétia do Sul. O Pontífice conclamou as partes a, "em virtude de sua herança cristã comum" (a Igreja ortodoxa da Geórgia é autônoma), absterem-se de novos confrontos e represálias violentas e, com a ajuda da comunidade internacional, em especial dos "países mais influentes", voltarem às negociações e ao diálogo para "evitar um conflito de maiores proporções" e para encontrar uma "solução pacífica e duradoura, em favor de uma convivência aberta e respeitosa entre os dois países".

A propósito do reconhecimento por Moscou da independência da Abcásia e da Ossétia do Sul, o Subsecretário para as Relações com os Estados, Monsenhor Pietro Parolin, afirmou que a maior surpresa deveria ser a rapidez do processo, e não o ato em si. Ressaltou ainda que o anunciado deslocamento de navios militares norte-americanos no Mar Negro, que se somarão a navios da OTAN atualmente na área para a prestação de ajuda humanitária à Geórgia, deve ser analisado no contexto da campanha presidencial nos Estados Unidos. Considerou que a atuação da União Européia é central no sentido de restabelecer os canais de diálogo entre os EUA e a Rússia.

No **Oriente Médio**, as preocupações com **Israel** e a **Palestina** estão há décadas entre as prioridades da Santa Sé, devido à existência de contingente católico e em razão dos lugares santos do cristianismo, cuja integridade é frequentemente ameaçada.

A Santa Sé apoiou os acordos de Oslo e vem instando as partes a entabular negociações com base no direito de Israel de viver em paz em seu território – cujos limites não chega a definir – assim como o direito dos palestinos de terem uma pátria livre e soberana. As Partes devem aceitar o destino histórico da convivência em atmosfera de paz.

⁴² Igreja Católica, Igreja Valdense, Igreja Evangelica Luterana, União da Comunidade Hebraica. União das Igrejas Cristas Adventistas do Sétimo Dia e Assembléia de Deus.

O Estado de Israel e a Santa Sé firmaram dois acordos bilaterais: o Acordo Fundamental, de 1993, que marcou o estabelecimento de relações diplomáticas com Tel-Aviv, e o Acordo sobre Personalidade Jurídica, de 1997. Tais institutos prevêm entendimentos sobre questões fiscais, patrimoniais (a definição de isenções e direitos de propriedade) e o reconhecimento de personalidade jurídica de igrejas, monastérios e instituições católicas no Estado de Israel.

Em 15 de fevereiro de 2000, a Santa Sé assinou com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) um Acordo Básico, que é, ao mesmo tempo, um instrumento de salvaguarda dos interesses da Igreja Católica e uma manifestação formal de apoio às aspirações nacionais dos palestinos. O texto manifesta a concordância da OLP com a posição do Vaticano quanto à necessidade de um estatuto que estabeleça um regime jurídico especial, reconhecido internacionalmente, para os "Lugares Santos" e garanta tanto a liberdade de religião e consciência quanto a igualdade perante a lei das três religiões monoteístas. Preocupa a Santa Sé a emigração da população católica na Palestina em razão da violência contínua. Calcula-se que 150 mil católicos residentes em Israel e, principalmente, na Palestina tenham deixado a região desde a segunda "intifada".

Autoridades católicas locais vêm defendendo a necessidade de cooperação com o governo liderado pelo Hamas, lembrando que o resultado das eleições democráticas deve ser respeitado. A Santa Sé opõe-se ao boicote à Palestina sob o argumento de que a falta de apoio ocidental favorece o recrudescimento dos setores mais radicais, avessos ao diálogo.

O recente conflito do Líbano gerou pronta e enfática reação da Santa Sé, que nomeou um enviado especial a Beirute. Foram insistentes as manifestações em favor de um imediato cessar-fogo e da criação de corredor humanitário, além do início das negociações em prol da paz e da garantia da soberania e da integridade territorial do Líbano. A Santa Sé deplorou que os repetidos apelos pelo cessar fogo imediato, feitos inclusive pelo Papa Bento XVI, não tenham sido escutados⁴³. Segundo a Santa Sé, a Resolução 1701 do Conselho de Segurança da ONU sobre o conflito no Líbano poderia ter sido negociada com urgência de forma a evitar tantas mortes e destruição.

O Iraque tem sido tema de diversas exortações do Santo Padre em favor da paz e da cessação de hostilidades entre as facções do Islã. São também assíduos os alertas para o risco de disseminação do conflito por toda a região. A diocese de Bagdá foi dos primeiros bastiões da expansão do cristianismo em direção ao Ocidente; hoje está reduzida a número insignificante devido à emigração, iniciada a partir da invasão norte-americana. A Santa Sé mantém, contudo, um Nuncio Apostólico em Bagdá.

O Irã tem sido instado a dar resposta satisfatória às preocupações da comunidade internacional em relação a seu programa nuclear. A Santa Sé entende que os esforços negociadores sobre a questão ainda não estão esgotados; defende a criação de zona livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa, compreendendo todos os países da região.

A África ainda é considerada pela Igreja como território de missão, e ali se concentra importante esforço evangelizador. Muito embora o islamismo e as igrejas pentecostais estejam em expansão na África, é naquele continente que se observa o maior incremento do

⁴³ Discurso do Secretário para as Relações com os Estados da Santa Sé, Monsenhor Giovanni Lajolo, na 61ª. Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em outubro de 2006

número de católicos, fato que a Santa Sé busca estimular com iniciativas diplomáticas e pastorais.

A ação política e diplomática da Santa Sé incentiva a cessação de hostilidades que se registram em diversos países, a busca de soluções negociadas, o reforço de instituições, os processos de democratização, a valorização da vida humana, o reforço dos laços familiares, a ajuda humanitária, os programas educativos e o saneamento, bem como, e sobretudo, a solidariedade internacional. A eclosão dos conflitos étnicos na região dos Grandes Lagos trouxe à agenda da Santa Sé a questão da responsabilidade internacional na preservação da paz e da necessidade de reforço da União Africana.

Na **Ásia**, a maior prioridade da Santa Sé no Pontificado anterior se centrava no estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, as quais foram suspensas desde a transferência da Nunciatura Apostólica para Taipé, em consequência da Revolução maoísta. Em linha com as reivindicações apresentadas em todos os casos precedentes, Pequim exige, para tanto, o rompimento de relações com Taiwan e a não-ingêrência em assuntos internos. A Igreja Patriótica criada pelo Governo Chinês (1954) passou a ordenar sacerdotes e bispos e fez com que a Igreja vinculada a Roma iniciasse um período de clandestinidade, que até hoje persiste.

Bento XVI já reiterou a posição de que a liberdade religiosa é um direito humano fundamental, não passível de limitação por parte de autoridades políticas. O conceito inclui, para a Santa Sé, não só o direito ao livre exercício da fé religiosa, mas também o direito do Papa de nomear os bispos da Igreja, ponto central da doutrina católica, garantia da comunhão universal entre Roma e as igrejas nacionais. O Governo chinês considera tal prática como ingerência em seus assuntos internos. Há indícios de crescimento do número de seguidores da Igreja romana, apesar das perseguições e prisões. Em janeiro de 2007, foi criada, na Santa Sé, uma comissão para recomendar medidas conducentes à normalização das relações com a China.

A Igreja católica mantém presença forte no **Timor Leste**, onde implementa programas educacionais e de reforço institucional.

A Santa Sé demonstra preocupação com as duas **Coréias** e exorta a reconciliação do povo coreano. Procura estimular o prosseguimento das negociações sobre a questão nuclear na **Coréia do Norte**, com vistas a que se estabeleça a paz duradoura e o estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares na península coreana.

O **Sri Lanka** e o **Afeganistão** também têm sido objeto de declarações apostólicas em prol da paz.

As relações diplomáticas entre a Santa Sé e o **Vietnã** deverão ser estabelecidas em curto prazo, pelo que se depreende da visita do Primeiro Ministro daquele país à Santa Sé, em janeiro de 2007. Contudo, as Partes mantêm um "modus vivendi", desde 1976, sobre as ordenações episcopais. Roma submete uma lista de três candidatos ao episcopado à avaliação de Hanói, a quem cabe a escolha final. Mesmo assim, a comunidade católica por vezes denuncia perseguições que ainda sofre por parte do governo.

III. O RELACIONAMENTO BRASIL-SANTA SÉ

1. Sumário das Relações Bilaterais no Império e na I República

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Santa Sé tiveram início formal no dia 23 de janeiro de 1826, quando o Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, Plenipotenciário enviado por Dom Pedro I a Roma, entregou suas cartas credenciais ao Papa Leão XII. A Santa Sé apenas reconheceu a independência do Brasil depois que Portugal o fez, em agosto de 1825. O Monsenhor Pedro Ostini, o primeiro Núncio na América Latina, foi acreditado junto ao Imperador Pedro I, em 1829, e designado Delegado Apostólico para toda a América Latina.

A Constituição brasileira de 1824 formalizara o Padroado, ou seja, o sistema de religião de Estado: “a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império” (artigo 5º). Tal privilégio vinha compensado por outros dispositivos que, na esteira da tradição jurídica portuguesa do Padroado, exigiam o beneplácito imperial para a aplicação de quaisquer decretos, regulamentos ou disposições da Santa Sé e, ainda, reservavam ao Governo brasileiro a iniciativa da indicação de prelados e cargos eclesiásticos. O clero era pago pelo Estado, o que, de certo modo, o equiparava ao funcionalismo público. As bases desse relacionamento logo geraram atritos, inclusive dentro do próprio clero brasileiro, como a campanha do Padre Feijó em prol da abolição do celibato sacerdotal.

O momento mais difícil das relações bilaterais durante o período imperial ocorreu com a chamada “questão religiosa”, nos anos de 1872-1875, surgida quando os Bispos de Olinda e do Pará insurgiram-se contra as relações entre a maçonaria e a Igreja e se propuseram a fazer cumprir os interditos lançados pela Santa Sé contra os “pedreiros-livres”. Os dois bispos foram condenados à prisão. A questão abalou de maneira profunda o relacionamento com a Igreja.

O sistema do Padroado foi eliminado pela constituição republicana de 1891, que estabeleceu a separação entre Igreja e Estado, além da liberdade religiosa. Tais princípios já estavam consignados no Decreto do Governo Provisório da República, de 1890, um dos primeiros atos jurídicos do tipo em todo o mundo. Foi também precoce a regulamentação de um artigo constitucional, em 1893, que reconheceu a personalidade jurídica das igrejas e assegurou-lhes o direito à propriedade. Desde então, as relações entre Estado e Igreja Católica, no Brasil, vêm-se pautando dentro do mesmo marco constitucional.

2. O Relacionamento Recente

As relações diplomáticas do Governo brasileiro com a Santa Sé transcorrem em ambiente de grande cordialidade, valorizadas por ter o Brasil a maior população católica do mundo ⁴⁴ e o episcopado mais numeroso ⁴⁵. O Governo brasileiro relaciona-se ainda com o Estado da Cidade do Vaticano e com a Igreja Católica. Esses laços têm, como componentes importantes, por um lado, as relações do clero brasileiro com a Cúria romana, à qual é subordinado, e, por

⁴⁴ Os católicos constituíam 73% da população brasileira segundo o censo da CNBB do ano 2000.

⁴⁵ A Igreja no Brasil é composta de 41 arquidioceses, 208 dioceses plenas, 3 eparquias (maronita, melquita, ucraniana), 13 prelazias territoriais, 2 ordinariados (Militar e de Ritos orientais sem ordinariado próprio), um exarcado e uma administração apostólica (São João Maria Vianney, lefbrevista), além de 9.222 paróquias. Nosso clero na mesma data compreendia 8 cardeais, 64 arcebispos, 363 bispos, 16.853 sacerdotes, 1.500 diáconos, 13.282 religiosos e 32.827 religiosas. As estatísticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil estão reproduzidas no endereço eletrônico <http://www.cnbb.org.br/estatistica.html>

outro, a capacidade de influência moral e política da Igreja sobre segmentos da população brasileira.

O Papa João Paulo II visitou três vezes o Brasil, em 1980, 1991 e 1997⁴⁶; do lado brasileiro, registraram-se três visitas do ex Presidente Fernando Henrique Cardoso (em 1997, 1999 e 2002). Foram freqüentes, em anos recentes, as visitas de autoridades brasileiras de nível ministerial à Cúria Romana; ainda mais assíduas foram as visitas de dirigentes das Congregações e Comissões da Cúria ao Brasil e de membros da Igreja Católica do Brasil a Roma.

O Papa Bento XVI realizou visita de caráter pastoral ao Brasil (São Paulo, Aparecida do Norte e Guratinguetá), no período de 9 a 13 de maio de 2007, por ocasião da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM). O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá realizar visita ao Santo Padre, em novembro de 2008. Está em curso a definição de data, no período de 10 a 13 de novembro.

No âmbito da atuação da Embaixada junto à Santa Sé, o diálogo se processa com todos os dicastérios da Cúria romana, seja os que se ocupam de aspectos mais protocolares, seja os que tratam de temas substantivos de maior interesse brasileiro, tanto no plano doméstico como em foros internacionais, tais como o Programa Fome Zero, reforma agrária, direitos humanos, desarmamento, meio ambiente, etc.

Não se observam contenciosos na pauta do relacionamento bilateral.

A Cúria mantém constante atenção aos pleitos de setores organizados da sociedade civil brasileira sobre questões bioéticas.

Quanto à reforma das Nações Unidas, vale ressaltar que, em 2005, em resposta a gestão conjunta do G-4 (grupo formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão) sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o então Secretário para as Relações com os Estados da Santa-Sé, Monsenhor Giovanni Lajolo, ao recordar que a Santa Sé tem *status* de Observador junto às Nações Unidas sem direito a voto, afirmou que o Tratado de Latrão (1929) impede a adoção de posições discrepantes daquelas tomadas pelo Governo italiano sobre temas de política externa.

Foi reativado, em setembro de 2006, o mecanismo de consulta política entre o Brasil e a Santa Sé.

No Brasil, as preocupações da Igreja referem-se a casos de assassinatos de religiosos envolvidos em questões sociais e ambientais, em consonância com as preocupações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tema igualmente relevante, de cunho religioso, é a expansão das igrejas evangélicas, classificadas pela Santa Sé como “seitas”.

Tais temas foram refletidos nos dois últimos relatórios anuais sobre a liberdade religiosa no mundo elaborados pela influente organização católica não-governamental italiana *Aiuto alla Chiesa che Soffre*. No caso do Brasil, os relatórios ressaltam o “crescimento exponencial” das Igrejas evangélicas, com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus, “muito criticada por seu crescente peso econômico” e “problemas com autoridades tributárias”. Também são mencionados casos de envolvimento de membros dessas Igrejas em ataques a seitas afro-

⁴⁶ além de ter feito uma escala técnica no Rio de Janeiro em 1982

brasileiras. Em seu penúltimo relatório, a organização ressalta que “não têm sido registradas violações ao direito à liberdade religiosa no Brasil, embora tenham sido verificados atos esporádicos de violência decorrentes mais do empenho social de expoentes religiosos do que de formas de intolerância religiosa”. O relatório mais recente insere no mesmo contexto o caso da freira norte-americana Dorothy Stang, assassinada em fevereiro de 2005 na cidade de Anapu, no Estado do Pará, e “conhecida por seu empenho em favor dos mais pobres”.

Bento XVI enviou mensagem à cerimônia de abertura da Campanha da Fraternidade de 2007 sobre a Amazônia, promovida pela CNBB, na qual convidou “cada cristão a refletir sobre as várias situações sociais do povo brasileiro que requerem maior fraternidade”. O Pontífice refere-se ao fomento de “um processo de ampla evangelização para a descoberta da fé de toda a população”. Não deixa de manifestar gratidão a todos os que se consagram, à custa de sua própria vida, em louvar a fé católica às cidades e aldeias da região”⁴⁷.

Dadas as particularidades do relacionamento entre o Brasil e a Santa Sé, é relevante o acompanhamento da articulação entre a Cúria e a Igreja brasileira. A Embaixada do Brasil junto ao Vaticano mantém relacionamento permanente com os representantes do clero brasileiro residentes em Roma a serviço da Cúria ou de outras instituições ou aqueles que se encontram em missão temporária. O diálogo é especialmente intenso com a direção do Colégio Pio Brasileiro, vinculado à CNBB. Naquela instituição, realiza-se tradicionalmente uma Missa de Ação de Graças por ocasião da data nacional, em comemoração conjunta com a Embaixada. Este ano, o ofício litúrgico comemorou também os 180 anos de relações diplomáticas Brasil-Santa Sé. A Missão brasileira acompanha os eventos mais importantes de cunho religioso, como sínodos, consistórios e retiros. Mantém, ademais, constante entendimento com a direção da CNBB.

3. V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americana (CELAM)

O Papa Bento XVI decidiu, em outubro de 2005, realizar a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americana (CELAM) em Aparecida, muito embora diversas outras cidades disputassem tal privilégio (Roma, Quito, Buenos Aires, Bogotá), o que sinaliza a prioridade dada pela Santa Sé ao Brasil em sua estratégia para a América Latina. Pelo peso específico do Brasil na região, a Santa Sé parece convencida de que as ações que empreender no Brasil se irradiarão por toda a América Latina. Entre os desafios a serem enfrentados, aqueles afetos à sua alçada são o combate à secularização e, sobretudo, a expansão das igrejas pentecostais na América Latina e a conseqüente redução, em ritmo acelerado, do número de católicos. Este alerta foi dado por Dom Cláudio Hummes no Sínodo dos Bispos de 2005 e teria sido uma das razões para sua designação como Prefeito da Congregação para o Clero.

Mantendo a tradição iniciada na II Conferência, o Papa decidiu também inaugurar a V CELAM, realizado de 9 a 13 de maio de 2007. A visita ao Brasil incluiu três cidades do Estado de São Paulo (a capital, Aparecida do Norte e Guaratinguetá) e teve caráter nitidamente pastoral.

A Conferência foi organizada pelo Conselho Episcopal Latino-Americano e pela Comissão Pontifícia para a América Latina. Seu tema central foi “Discípulos e Missionários de Jesus Cristo, para que nele nossos povos tenham vida”.

⁴⁷ Encarte do Boletim Semanal da CNBB, 22.2.2007.

Os Presidentes da Conferência, nomeados pelo Papa Bento XVI em dezembro de 2005, foram o Cardeal Giovanni Battista Re (Prefeito da Congregação para os Bispos e Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina), o Cardeal Francisco Javier Errázuriz Ossa (Arcebispo de Santiago do Chile e Presidente do CELAM) e o Cardeal Geraldo Majella Agnelo (Arcebispo de Salvador, Cardeal Primaz do Brasil e Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB).

Participaram da V CELAM 176 bispos e cardeais de toda a América Latina e do Caribe, além dos Estados Unidos, Canadá, Espanha e Portugal, em razão da presença crescente de imigrantes latino-americanos nesses quatro países. Todos os participantes, inclusive sacerdotes diocesanos, religiosos, diáconos e leigos, foram indicados pelas respectivas Conferências Episcopais nacionais. Como nas Conferências anteriores, emanou da Conferência um documento submetido à aprovação papal, que tem como objetivo definir linhas mestras para a atuação das Igrejas latino-americanas nos próximos anos.

Antes do evento, Bento XVI declarou que a Conferência teria como objetivo “definir as grandes prioridades e lançar um renovado estímulo à missão da Igreja a serviço dos povos latino-americanos nas circunstâncias concretas do início do século XXI”. Afirmou que “a Igreja encontra-se em sintonia com a legítima aspiração dos povos latino-americanos à maior harmonia e cooperação, e presta a contribuição que lhe é própria, a do Evangelho”. Entre os assuntos tratados, o Papa sublinhou o “proselitismo das seitas”, “a influência do secularismo hedonista”, questões relativas à família, migrações e educação, além da necessidade de “informar de modo adequado a opinião pública sobre as grandes questões éticas de acordo com os princípios do magistério da Igreja”.

Cumprе ressaltar que, durante sua estada no Brasil, o Papa presidiu a cerimônia de canonização de Frei Antonio Galvão de França, o primeiro santo nascido no Brasil.

4. Visitas Recíprocas nos Últimos Anos

Em março de 2003, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, foi o primeiro emissário do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a visitar oficialmente o Vaticano. Foi portador de carta do Presidente ao Santo Padre sobre o Programa Fome Zero. Tal visita deu continuidade ao diálogo entre o Brasil e a Santa Sé sobre temas sociais e política fundiária, iniciado no Governo anterior, que gerou visitas do anterior titular da pasta de Desenvolvimento Agrário.

Em março de 2003, o Chanceler Celso Amorim avistou-se com o João Paulo II para entregar-lhe carta na qual o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmava compartilhar a “preocupação da Santa Sé frente à constituição de um novo foco de instabilidade (no Iraque) e o possível agravamento de extremismos”, bem como o “sentimento expresso por Vossa Santidade de que não havia ameaça suficiente para justificar uma ação preventiva, apesar das numerosas vezes, em todos os quadrantes, que defendiam o prosseguimento das inspeções sob a égide das Nações Unidas”. Acrescenta a carta que “Vossa Santidade tem um papel extremamente importante a desempenhar na retomada do diálogo sobre o futuro do Iraque, e na

reorganização de uma ordem mundial fundada na tolerância, na solidariedade e no respeito ao direito internacional”.

Em junho do mesmo ano, o então Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência, Ministro Tarso Genro, continuou o diálogo com a Santa Sé no tocante a questões econômicas e sociais.

Em 30 de junho de 2003, o Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Gilberto Carvalho, avistou-se com o "Sostituto" da Santa Sé para fazer entrega de cartas do Presidente Lula ao Papa e ao Secretário de Estado a respeito da Reunião de Líderes Mundiais, realizada em paralelo à Assembléia Geral das Nações Unidas, sobre o Combate à Fome e à Pobreza. O visitante participou de audiência papal e cumprimentou o Papa João Paulo II. Em atendimento ao pedido contido na carta, o então Secretário de Estado, Cardeal Angelo Sodano, participou do encontro.

Em fevereiro de 2004, o Secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, visitou a Comissão Pontifícia Justiça e Paz para entrevistar-se com o Monsenhor Giampaolo Crepaldi. Tratou-se da ação social do Governo Lula, em particular reforma agrária e eliminação de armas leves.

Em 8 de abril de 2005, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Senhora compareceram às exéquias do Papa João Paulo II, na chefia da delegação brasileira integrada pelos Chefes dos Três Poderes, 3 ex-Presidentes da República, o Chanceler Celso Amorim e outras altas autoridades, além de grupo ecumênico de líderes religiosos.

Em 24 de abril de 2005, o Dr. Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, participou da cerimônia de inauguração do Pontificado de Bento XVI.

De 28 de abril a 6 de maio de 2006, o Ministro Patrus Ananias participou da XI Sessão Plenária da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, que se dedicou à análise das questões enfrentadas pela infância e juventude no mundo atual.

Em 31 de maio de 2006, à frente de comitiva de fieis e sacerdotes que fizeram entrega à Congregação da Doutrina da Fé de avultado estudo em prol da reabilitação do Padre Cícero, o Governador do Ceará, Lúcio Alcântara, participou de audiência pública papal e pôde cumprimentar Bento XVI.

Em junho de 2007, efetuou visita ao Vaticano o Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

5. Acordos Bilaterais

5.1. Acordos em vigor

- Acordo sobre as Missões Apostólicas entre os Indígenas, por troca de Notas de 28 de outubro de 1862;
- Acordo Administrativo para a troca de correspondência diplomática em malas especiais, por troca de notas de 2 de dezembro de 1935, publicado no Diário Oficial de 10.01.1936;

- Acordo sobre assistência religiosa às Forças Armadas, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 1989, e publicado no Diário Oficial de 22 de novembro do mesmo ano, em virtude do qual foi criado o Ordinariato Militar. O cargo de Ordinário Militar é privativo de arcebispos que sejam brasileiros natos; são nomeados pela Santa Sé, após consulta ao Governo brasileiro. Ao Ordinário Militar estão subordinados os sacerdotes que fornecem assistência religiosa às Forças Armadas, os Capelães Militares.

Embora não haja acordo a respeito, o Vaticano figura na lista de países que o Brasil isenta de vistos diplomáticos, de serviço e de turista.

5.2. Acordo em negociação

Em 12 de setembro de 2006, o Senhor Presidente da República recebeu em audiência o Núncio Apostólico em Brasília, Dom Lorenzo Baldisseri, que fez entrega de projeto de acordo sobre o estatuto da Igreja Católica no Brasil.

Em obediência ao que dispõe o Artigo 84, inciso VIII da Constituição Federal ⁴⁸, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, encaminhou informação ao Presidente da República, em 6 de dezembro de 2006, em que indicou a necessidade de serem consultadas sobre o projeto proposto pela Santa Sé as seguintes áreas do Governo:

- Subchefia de Assuntos Jurídicos da Presidência da República;
- Ministério da Justiça (e FUNAI);
- Ministério da Fazenda (e Secretaria da Receita Federal);
- Ministério da Cultura;
- Ministério da Educação;
- Ministério das Cidades;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério da Previdência Social;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Defesa.

O Itamaraty, em coordenação com os citados Ministérios, elaborou contraproposta apresentada à Santa Sé em 30 de março de 2007. No dia 27 de setembro de 2007, o Núncio Apostólico em Brasília, Dom Lorenzo Baldisseri, apresentou ao Itamaraty novo texto de Acordo que constitui reação da Santa Sé à contraproposta brasileira. O novo texto apresentado pela Santa Sé reabriu as negociações do Acordo-Quadro entre o Brasil e a Santa Sé relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil. Nova contraproposta brasileira foi elaborada e submetida, por aviso de 13 de agosto, à apreciação dos Ministros das pastas acima relacionadas.

6. Beatos e Santos Brasileiros

O Papa João Paulo II beatificou:

- trinta e dois religiosos brasileiros sacrificados em 1645 pelos holandeses no Rio Grande do Norte (mártires);

⁴⁸ "Compete privativamente ao Presidente da República [...] celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional."

- o Padre José de Anchieta; e
- o Frei Antonio Galvão de Souza (Frei Galvão).

João Paulo II canonizou a Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus, a primeira santa do Brasil (maio de 2002). A cerimônia de canonização contou com a presença do então Presidente República, Fernando Henrique Cardoso, dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado e dos Governadores de São Paulo e Santa Catarina - estados onde se desenvolveu a obra missionária de Madre Paulina - além de cerca de cinco mil peregrinos brasileiros.

No pontificado de Bento XVI, o Cardeal José Saraiva Martins, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos, presidiu a cerimônia de beatificação de:

- Eustáquio Van Lieshout, sacerdote de origem holandesa, realizada em Belo Horizonte, em 15 de junho de 2006;
- Mariano de la Mata Aparicio, sacerdote espanhol que viveu no Brasil de 1932 até sua morte, em 1983, realizada em São Paulo, em 5 de novembro.

O mesmo Cardeal presidirá, ainda no corrente ano, as cerimônias de beatificação de:

- Albertina Berkenbrock (mártir), a ser realizada em Tubarão, em 20 de outubro;
- Emanuele Gómez Gonzalez e Adílio Daronch, a ser realizada em Frederico Westphalen, Bahia, em 21 de outubro; e
- Lindalva Justo de Oliveira, em Salvador, em 25 de novembro.

Há mais de 30 processos de beatificação de brasileiros em curso, em diferentes fases de avaliação. Entre eles, o da freira baiana Maria Rita Lopes Pontes, conhecida como Irmã Dulce, e o da laica mineira Francisca de Paula de Jesus, conhecida como Nhá Chica.

Cabe menção ao caso do Padre Cícero, afastado de suas funções sacerdotais pelo Vaticano. Em maio de 2006, uma comitiva integrada pelo Governador do Ceará, pelo Arcebispo de Fortaleza e pelo Bispo do Crato entregou à Congregação para a Doutrina da Fé um extenso relatório em defesa de sua reabilitação canônica, condição indispensável para o início efetivo do processo de beatificação. Não é possível, no momento, prever prazos para o exame da documentação⁴⁹.

⁴⁹ A tramitação de uma causa de beatificação só pode iniciar-se cinco anos após a morte da personalidade em questão. A instrução inicial é feita pelo bispo ou prelado da diocese em que ocorreu sua morte. Nessa fase, são reunidas as provas de vida santa, martírio, fama de santidade e milagre. Tais informações são encaminhadas em forma consolidada à Congregação para as Causas dos Santos para exame por três comissões: a de teólogos, a de historiadores e a de médicos. Caso aprovada, a causa é submetida a um colegiado *ad hoc* de bispos e cardeais. Em seu estágio final, a causa é levada pelo Prefeito da Congregação à decisão final do Sumo Pontífice. Elemento fundamental no processo é a comprovação de um milagre. O processo de beatificação de mártires dispensa a comprovação de milagre. O processo de canonização tem início cinco anos depois da beatificação. Seu êxito depende da comprovação de um segundo milagre a ser apresentado pela diocese que pleiteia a causa, com base em laudo médico. A causa é avaliada em Roma por conselheiros médicos especialmente nomeados pela Congregação para as Causas dos Santos. É

IV. ANEXOS

1. Biografias de Personalidades Eclesiásticas

Papa Bento XVI

Nasceu em Marktl am Inn, na Baviera, em 16 de abril de 1927. Seu pai era comissário de polícia e provinha de uma família de agricultores. Nos últimos meses da II Guerra Mundial, foi convocado para o serviço militar. Terminado o conflito, estudou na Escola Superior de Filosofia em Freising e na Universidade de Munique, pela qual obteve o doutorado em Teologia.

Ordenou-se sacerdote em 29 de junho de 1951.

A partir de 1957, tornou-se docente no seminário de Freising. Foi professor de Teologia nas universidades de Bonn (1959-1963), Münster (1963-1966) e Tübingen (1966-1969), e de Dogmática e História do Dogma na Universidade de Ratisbona, onde foi Vice-Reitor (1969 a 1977).

Foi consultor do arcebispo de Colônia no Concílio Vaticano II (1962 -1965).

Paulo VI nomeou-o Arcebispo de Munique e Freising em 1977. Foi feito cardeal pelo mesmo Pontífice em 1977. João Paulo II nomeou-o Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé em 1981 e aprovou sua eleição como Decano do Colégio Cardinalício em novembro de 2002.

Visitou o Brasil, em 1990, a convite de Dom Eugenio Salles, para participar de encontro religioso na Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Na Cúria Romana, foi Membro do Conselho da Secretaria de Estado para as Relações com os Estados; das Congregações para as Igrejas Orientais, para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, para os Bispos, para a Evangelização dos Povos, para a Educação Católica, para o Clero, e para as Causas dos Santos; dos Conselhos Pontifícios para a Promoção da Unidade dos Cristãos, e para a Cultura; do Tribunal Supremo da Assinatura Apostólica; e das Comissões Pontifícias para a América Latina, *Ecclesia Dei*, para a Interpretação Autêntica do Código de Direito Canônico, e para a revisão do Código de Direito Canônico Oriental.

Recebeu títulos de doutor *honoris causa* pelo College of St. Thomas em St. Paul Minnesota, em 1984; pela Universidade Católica de Eichstätt, em 1987; pela Universidade Católica de Lima, em 1986; pela Universidade Católica de Lublin, em 1988; pela Universidade de Navarra, Pamplona, Espanha, em 1998; pela Livre Universidade Maria Santíssima Assunta (LUMSA, Roma), em 1999; pela Faculdade de Teologia da Universidade de Wroclaw (Polônia) no ano 2000.

prerrogativa do Sumo Pontífice dispensar certas exigências do processamento das causas, tais como milagres e prazos. Ambos os processos exigem um postulador que defenda a causa perante a Congregação das Causas dos Santos da Cúria Romana e comprove o preenchimento de todos os requisitos, inclusive prova de prática de milagre. No pontificado de João Paulo II as beatificações e canonizações alcançaram número inédito: 1.338 beatos e 482 santos originários de todos os pontos do planeta. Note-se que, entre 1594 e 2004, a Igreja canonizou 784 pessoas.

Escreveu vários artigos e livros, muitos deles foram traduzidos em diversos idiomas.

Foi eleito Papa em 18 de abril de 2005.

Cardeal Tarcisio Bertone

Nasceu em 2 de dezembro de 1934, na província de Turim.

De formação salesiana, foi ordenado sacerdote em 1960. Licenciou-se em teologia e doutorou-se em direito canônico. Mudou-se para Roma em 1967, onde lecionou, entre outras instituições, na atual Pontifícia Universidade Salesiana, da qual foi Reitor a partir de 1989.

Foi nomeado bispo em 1991 e tornou-se consultor de diversos dicastérios da Cúria. De 1995 a 2003 trabalhou como Secretário da Congregação para a Doutrina da Fé sob a chefia do Cardeal Joseph Ratzinger.

Foi feito cardeal e arcebispo de Gênova em 2003.

Tido com um dos principais eleitores de Ratzinger no último conclave, Bertone é reconhecido por sua posição ortodoxa em relação aos temas centrais da doutrina católica e pela enérgica atividade pastoral.

Tornou-se Secretário de Estado a partir de 15 de setembro de 2006

Monsenhor Dominique Mamberti

Nasceu em Marraqueche, no Marrocos, em 7 de março de 1952. Licenciou-se em Direito Canônico e Direito Civil. Foi ordenado sacerdote em 1981 e incorporado à arquidiocese de Ajaccio, na Córsega.

Entrou no serviço diplomático da Santa Sé em 1986; serviu nas representações pontifícias na Argélia, Chile, ONU e Líbano. Foi nomeado Arcebispo da diocese de Sagona (Córsega), núncio apostólico no Sudão e delegado apostólico na Somália em 2002. Dois anos mais tarde, também foi nomeado Núncio Apostólico na Eritreia.

Foi nomeado por Bento XVI Secretário para as Relações com os Estados, em setembro de 2006, em substituição ao Arcebispo Giovanni Lajolo.

2. O Colégio Pio Brasileiro

O Colégio Pio Brasileiro, vinculada à CNBB, tem entre suas atribuições as de centro de apoio e hospedagem para brasileiros que vêm a Roma aperfeiçoar a formação religiosa. O Colégio, que no dia 3 de abril de 2004 completou 70 anos de fundação, tem como Reitor o Padre Geraldo Antonio Coelho de Almeida. Sua capela, de porte médio, em boas condições, é usada, entre outras funções internas, para a celebração do aniversário da independência do Brasil.

Aviso nº 790 – C. Civil

Em 9 de setembro de 2008

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As mensagens que acabam ser lidas vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 180, DE 2008

(Mensagem nº 685/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País nesta data, em visita oficial à República do Chile, para participar de reunião extraordinária da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL.

Brasília, 15 de setembro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 802 – C. Civil

Em 15 de setembro de 2008

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da Repú-

blica comunica que se ausentará do País nesta data, em visita oficial à República do Chile, para participar de reunião extraordinária da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação e será juntada ao processado **da Mensagem nº 35, de 2008**.

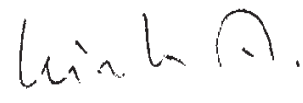
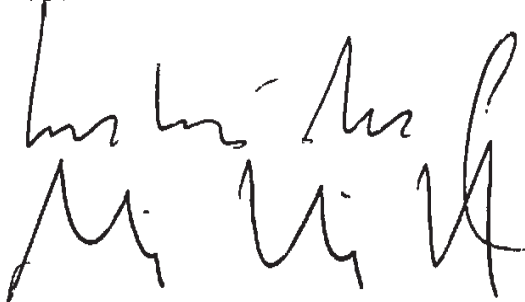
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.130, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, veto de congratulações pelos 40 anos da Revista **Veja**, um dos mais importantes veículos de comunicação que sempre contribuiu com a liberdade de expressão e o fortalecimento da democracia.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2008.

Senador 


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O REQUERIMENTO DE VOTO DE CONGRATULAÇÃO NA REUNIÃO
DE 09/09/08
OS SENHORES SENADORES:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
-----------------	--------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.131, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Grupo Sevieriano Ribeiro, pelos 91 anos de atuação

no mercado cinematográfico brasileiro e como o maior grupo de exibição nacional, até a presente data.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2008.

Senador *Arinho A.*
Luiz Henrique
Arinho A.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O REQUERIMENTO DE VOTO DE CONGRATULAÇÃO NA REUNIÃO
DE 09/09/08
OS SENHORES SENADORES:**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

REQUERIMENTO Nº 1.132, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Diretor e ator Carlos Manga, pelos 80 anos de idade e 58 anos de carreira artística. Ao longo de sua trajetória profissional, Carlos Manga, dirigiu 25 filmes de longa-metragem, (entre eles os maiores sucessos da extinta Atlântida Filmes, o maior estúdio de cinema brasileiro), além de 2000 comerciais publicitários. Hoje, atua como Diretor de novelas, séries e mini-séries da Rede Globo de Televisão. A obra e a trajetória de Carlos Manga o

transformaram numa referência não só para o cinema, como para a cultura nacional.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2008.

Senador


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O REQUERIMENTO DE VOTO DE APLAUSO NA REUNIÃO DE
09/09/08
OS SENHORES SENADORES:**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB

– AP) – A Presidência encaminhará os votos solidificados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.133, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 14 a 19 de setembro de 2008, em prorrogação ao período previsto no Requerimento nº 1.078/2008, com vistas a acompanhar a Operação Upatakon III e da reserva indígena Raposa Serra do Sol, bem como os desdobramentos desse processo, conforme prorrogação encaminhada pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Heráclito Fortes, através do Ofício nº 134/2008-CRE (cópia anexa).

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2008. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2008-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de Companhias Docas, crédito suplementar no valor total de R\$42.113.381,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008) crédito suplementar no valor total de R\$42.113.381,00 (quarenta e dois milhões, cento e treze mil e trezentos e oitenta e um reais), em favor de Companhias Docas, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de repasses do Tesouro Nacional, a título de participação da União no capital social das respectivas Companhias Docas, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE		TOTAL - GERAL	42.113.381
			42.113.381
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			603.000
305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			1.194.000
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			40.316.381
		TOTAL - GERAL	42.113.381
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
26 TRANSPORTE			42.113.381
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			603.000
305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			1.194.000
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			40.316.381
		TOTAL - GERAL	42.113.381
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			603.000
1457 VETOR LOGISTICO CENTRO-NORTE			800.000
1458 VETOR LOGISTICO LESTE			24.969.797
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL			9.304.710
1460 VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL			1.738.063
1461 VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE			4.697.811
		TOTAL - GERAL	42.113.381
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA		TOTAL - GERAL	42.113.381
			42.113.381
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			41.360.381
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			849.684
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			849.684
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			40.510.697
6.2.1.0.00.00 TESOURO			40.510.697
6.2.1.1.00.00 DIRETO			22.711.550
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES			17.799.147
TOTAL DA RECEITA	41.360.381 RECEITAS CORRENTES	849.684 RECEITAS DE CAPITAL	40.510.697
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA			
ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 42.113.381			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			42.113.381
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			603.000
305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA			1.194.000
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			40.316.381
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			603.000
1457 VETOR LOGISTICO CENTRO-NORTE			800.000
1458 VETOR LOGISTICO LESTE			24.969.797
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL			9.304.710
1460 VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL			1.738.063
1461 VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE			4.697.811
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
20205 COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC			4.624.710
20206 COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO - CODESA			5.896.500
20207 COMPANHIA DAS DOCS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA			1.738.063
20208 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP			4.697.811
20210 COMPANHIA DOCS DO PARA - CDP			1.403.000
20211 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ			19.073.297
20212 COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN			4.680.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			42.113.381
TOTAL			42.113.381
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			41.360.381
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			849.684
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			849.684
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			40.510.697
6.2.1.0.00.00 TESOURO			40.510.697
6.2.1.1.00.00 DIRETO			22.711.550
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES			17.799.147
TOTAL DA RECEITA	41.360.381 RECEITAS CORRENTES	849.684 RECEITAS DE CAPITAL	40.510.697
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA			
UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC			
ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.624.710			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			4.624.710
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			4.624.710
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL			4.624.710

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.624.710
TOTAL	4.624.710
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.274.710
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.274.710
6.2.1.0.00.00 TESOURO	4.274.710
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.274.710
TOTAL DA RECEITA 4.274.710 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL	4.274.710

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL									4.624.710
		PROJETOS							
26 784	1459 100W	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DE FORTALEZA (CE)							350.000
26 784	1459 100W 0023	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA							350.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 11	I	4 - INV	2	90	0	495	350.000
26 784	1459 10VZ	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA (CE)							184.049
26 784	1459 10VZ 0023	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA							184.049
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 4	I	4 - INV	2	90	0	495	184.049
26 784	1459 1307	RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA DO CAIS COMERCIAL E PIER PETROLEIRO DO PORTO DE FORTALEZA (CE)							167.411
26 784	1459 1307 0023	RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA DO CAIS COMERCIAL E PIER PETROLEIRO DO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA							167.411
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	2	90	0	495	167.411
26 784	1459 1938	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE FORTALEZA (CE)							2.323.250
26 784	1459 1938 0023	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA							2.323.250
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 504	I	4 - INV	2	90	0	495	2.323.250
26 784	1459 5490	DERROCAGEM NO PORTO DE FORTALEZA (CE)							1.600.000
26 784	1459 5490 0023	DERROCAGEM NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA							1.600.000
		DERROCAGEM REALIZADA (M³) 1235	I	4 - INV	2	90	0	495	1.600.000
TOTAL - INVESTIMENTO									4.624.710

ORÇAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

ANEXO I **CREDITO SUPLEMENTAR**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.896.500

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES	
26 TRANSPORTE	5.896.500

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES	
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	472.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	5.424.500

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	5.896.500

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.896.500

TOTAL	5.896.500
--------------	------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.896.500
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.896.500
6.2.1.0.00.00 TESOURO	5.896.500
6.2.1.1.00.00 DIRETO	2.624.500
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.272.000
TOTAL DA RECEITA 5.896.500 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL	5.896.500

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20206 - COMPANHIA DOÇAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S P	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1458 VETOR LOGISTICO LESTE									5.896.500
		PROJETOS							
26 305	1458 1K87	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA							472.000
26 305	1458 1K87 0032	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							472.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	472.000
26 784	1458 11LV	IMPLANTACAO DE ACESSO RODOFERROVIARIO AO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES)							1.840.000
26 784	1458 11LV 0032	IMPLANTACAO DE ACESSO RODOFERROVIARIO AO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							1.840.000
		OBRA REALIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 20	1	4 - INV	2	90	0	495	1.840.000
26 784	1458 11LY	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ILUMINACAO E SINALIZACAO DO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES)							1.432.000
26 784	1458 11LY 0032	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ILUMINACAO E SINALIZACAO DO PORTO DE BARRA DO RIACHO (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							1.432.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 35	1	4 - INV	2	90	0	495	1.432.000
26 784	1458 3E77	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO NO CAIS DE CAPUABA (ES)							148.510
26 784	1458 3E77 0032	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO NO CAIS DE CAPUABA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							148.510
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 77	1	4 - INV	2	90	0	495	148.510
26 784	1458 7362	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA							2.003.990
26 784	1458 7362 0032	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							2.003.990
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 12	1	4 - INV	2	90	0	495	2.003.990
TOTAL - INVESTIMENTO									5.896.500
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA									
ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						
TOTAL DA UNIDADE: R\$ 1.738.063									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE									1.738.063
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO									1.738.063
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 1460 VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL									1.738.063
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									1.738.063
TOTAL									1.738.063
QUADRO SINTESE POR RECEITA									
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									1.738.063
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO									1.738.063
6.2.1.0.00.00 TESOURO									1.738.063
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES									1.738.063
TOTAL DA RECEITA									1.738.063
1.738.063 RECEITAS CORRENTES									1.738.063
0 RECEITAS DE CAPITAL									1.738.063

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1460 VETOR LOGISTICO NORDESTE MERIDIONAL									1.738.063
		PROJETOS							
26 784	1460 10VD	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ILUMINACAO NO PATIO DE ESTOCAGEM DO PORTO DE ARATU (BA)							16.830
26 784	1460 10VD 0029	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE ILUMINACAO NO PATIO DE ESTOCAGEM DO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							16.830
		AREA ILUMINADA (M²) 530	1	4 - INV	2	90	0	495	16.830
26 784	1460 10VQ	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA)							394.255
26 784	1460 10VQ 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							394.255
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495	394.255
26 784	1460 10VX	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU (BA)							425.029
26 784	1460 10VX 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							425.029
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 26	1	4 - INV	2	90	0	495	425.029
26 784	1460 10VY	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS (BA)							136.300
26 784	1460 10VY 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							136.300
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 7	1	4 - INV	2	90	0	495	136.300
26 784	1460 7328	OBRAS DE ESTABILIZACAO DE ENCOSTAS NO PORTO DE ARATU (BA)							765.649
26 784	1460 7328 0029	OBRAS DE ESTABILIZACAO DE ENCOSTAS NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							765.649
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 50	1	4 - INV	2	90	0	495	765.649
TOTAL - INVESTIMENTO									1.738.063

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.697.811

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

26 TRANSPORTE 4.697.811

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA 722.000
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO 3.975.811

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

1461 VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE 4.697.811

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 4.697.811

TOTAL 4.697.811

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 4.697.811
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 4.697.811
6.2.1.0.00.00 TESOURO 4.697.811
6.2.1.1.00.00 DIRETO 4.697.811
TOTAL DA RECEITA 4.697.811 **RECEITAS CORRENTES** 0 **RECEITAS DE CAPITAL** 4.697.811

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
1461 VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE									4.697.811
		PROJETOS							
26 305	1461 1K87	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA							722.000
26 305	1461 1K87 0035	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE CONTINGENCIA DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE INFLUENZA - NO ESTADO DE SAO PAULO							722.000
		PLANO IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	722.000
26 784	1461 3E68	CONSTRUCAO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTOS (SP)							75.811
26 784	1461 3E68 0035	CONSTRUCAO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							75.811
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	75.811
26 784	1461 3E69	REMOCAO DE DESTROCOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP)							3.900.000
26 784	1461 3E69 0035	REMOCAO DE DESTROCOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							3.900.000
		SERVICO EXECUTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 54	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
TOTAL - INVESTIMENTO									4.697.811

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

ANEXO I	CREDITO SUPLETOR		
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00		
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.403.000			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			1.403.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			603.000
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO			800.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			603.000
1457 VETOR LOGISTICO CENTRO-NORTE			800.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			1.403.000
TOTAL			1.403.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			1.000.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS			200.000
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			200.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			800.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			800.000
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES			800.000
TOTAL DA RECEITA	1.000.000	RECEITAS CORRENTES	200.000
		RECEITAS DE CAPITAL	800.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									603.000

		ATIVIDADES							
26 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							603.000
26 126	0807 4103 0015	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PARA							603.000
			1	4 - JNV	2	90	0	495	603.000
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE									800.000
		PROJETOS							
26 784	1457 1C86	CONSTRUCAO DE DOLPHINS DE ATRACACAO NO PIER Nº 1 DO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)							800.000
26 784	1457 1C86 0015	CONSTRUCAO DE DOLPHINS DE ATRACACAO NO PIER Nº 1 DO TERMINAL DE MIRAMAR (PA) - NO ESTADO DO PARA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 13							800.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	800.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.403.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20211 - COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 19.073.297

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES					
26 TRANSPORTE					19.073.297

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	19.073.297

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	19.073.297

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		19.073.292

TOTAL	19,073,397
--------------	------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		19.073.297
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS		649.684
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA		649.684
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.423.613
6.2.1.0.00.00	ESQUEJO		15.389.239
6.2.1.1.00.00	DIRETO		3.034.374
6.2.1.3.00.00	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
TOTAL DA RECEITA	19.073.297	RECEITAS CORRENTES	649.684
		RECEITAS DE CAPITAL	18.423.613

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20211 - COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C O D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1458 VETOR LOGISTICO LESTE									19.073.297
		PROJETOS							
26 784	1458 3E70	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							649.684
26 784	1458 3E70 0033	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							649.684
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495	649.684
26 784	1458 3E74	AMPLIACAO DA REDE ELETRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							3.034.374
26 784	1458 3E74 0033	AMPLIACAO DA REDE ELETRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							3.034.374
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 86	1	4 - INV	2	90	0	495	3.034.374
26 784	1458 7376	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO E NA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)							15.389.239
26 784	1458 7376 0033	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO E NA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							15.389.239
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL. M ³) 595	1	4 - INV	2	90	0	495	15.389.239

TOTAL - INVESTIMENTO

19.073.297

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20212 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.680.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
26 TRANSPORTE

4.680.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
784 TRANSPORTES HIDROVIARIOS

4.680.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL

4.680.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

4.680.000

TOTAL 4.680.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

4.680.000

6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO

4.680.000

6.2.1.0.00.00 TESOURO

4.680.000

6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES

4.680.000

TOTAL DA RECEITA 4.680.000 RECEITAS CORRENTES

0 RECEITAS DE CAPITAL

4.680.000

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20212 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/A CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL									4.680.000
		ATIVIDADES							
26 784	1459 2C05	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)							4.000.000
26 784	1459 2C05 0024	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							4.000.000
		PROJETOS							
26 784	1459 10VP	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SEGURANCIA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL (RN)							380.000
26 784	1459 10VP 0024	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SEGURANCIA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							380.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 33	I	4 - INV	2	90	0	495	380.000
26 784	1459 10VV	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SEGURANCIA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)							300.000
26 784	1459 10VV 0024	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SEGURANCIA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							300.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 47	I	4 - INV	2	90	0	495	300.000

TOTAL - INVESTIMENTO

4.680.000

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1.00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		753.000
	TOTAL - GERAL	753.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		403.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		350.000
	TOTAL - GERAL	753.000
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
26 TRANSPORTE		753.000
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		403.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		350.000
	TOTAL - GERAL	753.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		403.000
1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL		350.000
	TOTAL - GERAL	753.000
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		753.000
	TOTAL - GERAL	753.000
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 753.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		753.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCoes		
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		403.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		350.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		403.000
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		350.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
20205 COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC		350.000
20210 COMPANHIA DOCS DO PARA - CDP		403.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		753.000
TOTAL		753.000
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		
UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC		

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.000
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 350.000		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
26 TRANSPORTE		350.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		350.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		350.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		350.000
TOTAL		350.000
ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA UNIDADE : 20205 - COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC		

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	S E S	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL									350.000
		PROJETOS							
26 784	1459 1043	RECUPERACAO DE DEFENSAS NO PORTO DE FORTALEZA (CE)							350.000
26 784	1459 1043 0023	RECUPERACAO DE DEFENSAS NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA							350.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 42	1	4 - INV	2	90	0	495	350.000
TOTAL - INVESTIMENTO									350.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 403.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
26 TRANSPORTE

403.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

403.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

403.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

403.000

TOTAL

403.000

ORGÃO : 20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
UNIDADE : 20210 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									403.000
PROJETOS									
26 122	0807 3286	INSTALAÇÃO DE BENS IMOVEIS							403.000
26 122	0807 3286 0015	INSTALAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PARA							403.000
		IMÓVEL INSTALADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	403.000
TOTAL - INVESTIMENTO									403.000

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e

aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 167. São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

LEI Nº 11.647, DE 24 DE MARÇO DE 2008

**Estima a receita e fixa a despesa da
União para o exercício financeiro de 2008.**

LEI Nº 11.463 DE 28 DE MARÇO DE 2007

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Conversão da MPv nº 336 de 2006

Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$385.263.657,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais), para os fins que especifica.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

DECRETO Nº 6.519, DE 30 DE JULHO DE 2008

Altera o art. 9º e os Anexos I, II, VII, VIII, IX e X do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2008 e dá outras providências.

ANEXO V

(Anexo IX do Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008)

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

DISCRIMINAÇÃO	Valores Acumulados	
	Quadrimestres	
	II	III
A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)	833.385	1.441.521
I – Receitas	24.040.064	36.430.224
II – Despesas	22.514.202	34.475.672
Investimentos	3.914.198	5.917.278
Demais Despesas	18.600.004	28.558.394
III - Ajuste Competência/Caixa	292.361	1.058.195
IV – Juros	984.838	1.571.226
B - Grupo PETROBRÁS (I-II+III-IV)	6.323.688	12.685.380
I – Receitas	131.488.898	200.098.210
II – Despesas	133.167.676	209.055.677
Investimentos	25.976.125	40.442.940
Demais Despesas	107.191.551	168.612.737
III - Ajuste Competência/Caixa	8.989.916	23.397.293
IV – Juros	987.450	1.754.446
C - ITAIPU (I-II+III-IV)	3.156.902	5.125.334
I – Receitas	5.149.731	7.835.258
II – Despesas	3.483.573	5.201.560
Investimentos	418.000	633.000
Demais Despesas	3.065.573	4.568.560
III - Ajuste Competência/Caixa	(248.625)	(71.556)
IV – Juros	(1.739.369)	(2.563.192)
D - Demais empresas (I-II+III-IV)	(9.634)	(512.468)
I – Receitas	16.883.643	25.331.465
II – Despesas	16.897.168	26.383.287
Investimentos	1.926.380	3.139.612
Demais Despesas (*)	14.970.788	23.243.675
III - Ajuste Competência/Caixa	(69.138)	386.514
IV – Juros	(73.029)	(152.840)
RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C+D)	10.304.341	18.739.767

(*) Inclui ajuste metodológico.

(À Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 15-9-2008

Até 20-9 publicação e distribuição de avulsos;

Até 28-9 prazo final para apresentação de emendas;

Até 3-10 publicação e distribuição de avulsos das emendas; e

Até 18-10 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº CE/106/2008

Brasília, 9 de setembro de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia de hoje, substitutivo de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque, ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de Sua Excelência a Senhora Senadora Lúcia Vânia que, “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que ao **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 1.106/08/SGM-P

Brasília, 12 de setembro de 2008

Assunto: Envio de PLV à sanção presidencial

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal que, em Sessão Plenária do dia 3-9-08, foram rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 3, com parecer contrário, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2008 (Medida Provisória nº 429/08, do Poder Executivo), o qual “Autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN para a formação de seu patrimônio; altera as Leis nºs 9.365, de 16 de dezembro de 1996, 5.662, de 21 de junho de 1971, 9.019, de 30 de março de 1995, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 6.704, de 26 de outubro de 1979, e 9.818, de 23 de agosto de 1999; e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

Of. nº 1.107/08/SGM-P

Brasília, 12 de setembro de 2008

Assunto: Envio de PLV à sanção presidencial

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que em Sessão Plenária do dia 3-9-08, foram aprovadas as Emendas de nºs 2 e 3, com parecer favorável, e rejeitada a Emenda de nº 1, com parecer contrário, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2008 (Medida Provisória nº 433/08, do Poder Executivo), o qual “Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – CONFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum e isenta do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM as cargas de trigo e de farinha de trigo, até 31 de dezembro de 2008, alterando as Leis nºs 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.893, de 13 de julho de 2004, 10.560, de 13 de novembro de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e cópia dos autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência comunica ao Plenário que os **Projetos de Lei de Conversão nºs 20 e 23, de 2008**, provenientes

das **Medidas Provisória nºs 429 e 433, de 2008**, respectivamente, voltam à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Não havendo mais nada a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 31 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1916, de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo **015516/90-3**,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 146, de 1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor aposentado do Quadro de Pessoal do Senado Federal, **AYRTON JORGE CLAPP**, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, para substituir a vantagem “20% de Acréscimo”, prevista no artigo 517, inciso IV, da Resolução SF nº 58, de 1972, pelas vantagens da Resolução (SF) nº. 74, de 1994, c/c o Ato do Diretor-Geral nº 148/94, com efeitos financeiros a partir de 12 de março de 2007, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 15 de setembro de 2008.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1917 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 000211/90-7 e anexo,

RESOLVE, fundamentado no art. 7º, da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioria, cancelar a cota de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) da pensão temporária concedida a RAVAN OLIVEIRA DE CARVALHO, na condição de filho menor, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei 3.373/58 c/c 6.782/80, reverter a referida cota cancelada para ALINE OLIVEIRA CARVALHO e RAVANA OLIVEIRA CARVALHO, na condição de filhas, alterando a cota da pensão temporária de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) para cada uma, e manter a pensão vitalícia concedida a RAQUEL DE MARIA OLIVEIRA CARVALHO, na qualidade cônjuge, na proporção de 50% (cinquenta por cento), da remuneração que percebia o ex-servidor AURINO CARVALHO, matrícula 123563, a partir da data da maioria do pensionista, 15/12/2007.

Senado Federal, 15 de setembro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL ADJUNTO**Nº 1918 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pelo Ato nº 821, do Diretor-Geral do Senado Federal, tendo em vista o que consta do Processo nº 2195/08-9, resolve ALTERAR o Ato nº 1637/2008, do Diretor Geral adjunto do senado Federal que aposentou voluntariamente com proventos integrais ao tempo de contribuição, o servidor JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA, matrícula 40232, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, para incluir o fundamento do art. 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que a mesma foi considerado portador de doença especificada em Lei por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, em 13 de agosto de 2008, sendo o diagnóstico confirmado em 05 de dezembro de 2007.

Senado Federal, em 15 de setembro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1931 , de 2008*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 020965/03-6

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiária, por ter atingido a maioria, cancelar a cota de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) da pensão temporária concedida a THIEGO RODOLFO LEAL, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para HENRIQUE RODOLFO LEAL e GABRIEL RODOLFO LEAL, na condição de filhos menores, alterando a cota de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) para cada, da pensão temporária, e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA CRISTINA LEAL, na condição na condição de cônjuge, concedida pelo Título Concessório de 22/12/2007, dos proventos que percebia o ex-servidor MANUEL LÚCIO DE JESUS LEAL, matrícula 41522, a partir da data da maioria, 25/06/2007.

Senado Federal, em 15 de setembro de 2008.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1932 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 009171/04-5,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a DANIELE E SILVA SANTOS, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MARIA DO SOCORRO E SILVA SANTOS, na condição de cônjuge, alterando a cota de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento) da pensão vitalícia, concedida pelo Título Concessório de 02/07/2004, dos proventos que percebia o ex-servidor RUY GOMES DOS SANTOS, matrícula 7265, a partir da data da maioridade, 26/09/2006.

Senado Federal, 15 de setembro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1933 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007996/91-8.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente do Senado Federal nº 574, de 1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **LEONARDO GOMES DE CARVALHO LEITE NETO**, Consultor Legislativo, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 21 de novembro de 2001, sendo o diagnóstico confirmado em 05 de outubro de 2001, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 15 de setembro de 2008.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
 - vago**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁶⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(3,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁵⁾	

PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽¹²⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(5,9)	1. ⁽¹¹⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
11. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
12. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (15)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
Virgínio de Carvalho (PSC) (6)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Marco Antônio Costa (DEM) (14)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (10)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹¹⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,13)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor ⁽¹⁴⁾	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).

2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
14. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ^(1,5)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
5. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (5)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) (11)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.

3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB N° 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. N° 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹¹⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹³⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽¹⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03 a 16.09.2008.
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 194 PÁGINAS